

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

HENRIQUE IACOVO IRINEU DE SOUZA

**O USO DO ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
COMO FUNÇÃO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM
MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE - MS
2010**

HENRIQUE IACOVO IRINEU DE SOUZA

**O USO DO ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
COMO FUNÇÃO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM
MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Curso de Pós-Graduação em Administração.
Área de concentração em Gestão do Agronegócio.

Orientador: Leandro Sauer, Dr.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais Luiz Antônio Irineu de Souza e Cristina Iacovo de Souza Costa por todo o amor que me foi dado durante a vida, pela educação que me foi possibilitada e pelo valores morais por eles transmitidos que me tornaram o que sou, além de todo o suporte dado durante vários momentos.

A Deus que possibilitou-me força e saúde e me fez chegar até este momento capaz de concluir com sucesso mais esta importante etapa de minha vida.

Aos meus amigos Paulo Teixeira, Kelly Wolff, Emerson Camargo e ao professor Milton Mariani que contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Leandro Sauer, que através de sua ajuda e orientação, possibilitou a realização deste trabalho.

RESUMO

SOUZA, Henrique. **O Uso do Índice de Responsabilidade Social como Função Controle de Políticas Públicas em Mato Grosso Do Sul**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2008.

Orientador: Leandro Sauer

Este trabalho foi elaborado com o intuito de verificar o uso do Índice de Responsabilidade Social do Mato Grosso do Sul (IRS-MS), como ferramenta de controle para acompanhamento de políticas públicas no estado. O método utilizado para este trabalho foi o indutivo. É feita uma análise dos pontos necessários e comuns a indicadores sociais sintéticos e uma breve contextualização histórica dos indicadores sociais no cenário nacional e internacional. A partir de dados secundários da SEMAC (Secretaria de Estado, do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia), foram analisadas as características presentes no indicador estudado. Para obtenção do resultado esperado pela pesquisa, foi feita também uma análise dos pontos críticos para a obtenção de uma ferramenta de controle. São propostas também a divisão e análise dos municípios do estado por meio do uso do indicador. A partir disto, é feita uma análise da possível utilização do índice em questão (IRS), como uma ferramenta administrativa de controle. Foi observado que conceitualmente o IRS é apropriado para o uso proposto, contudo a periodicidade da coleta dos dados e a demora do cálculo comprometem sua utilização.

Palavras-chave: Índice de Responsabilidade Social do Mato Grosso do Sul; Ferramenta de Controle; Políticas Públicas; Indicadores Sociais Sintéticos

ABSTRACT

SOUZA, Henrique. **O Uso do Índice de Responsabilidade Social como Função Controle de Políticas Públicas em Mato Grosso Do Sul**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2008.

Orientador: Leandro Sauer

This project was prepared in order to verify the use of the Index of Social Responsibility of Mato Grosso do Sul (IRS-MS), as an instrument for control of public policies in the state. The method used for this study was inductive. It made an analysis of the necessary and common to synthetic social indicators and a brief historical contextualization of social indicators in national and international scenario. From the secondary data SEMAC (Secretary of State of the Environment, the Cities of Planning, Science and Technology), were analyzed the characteristics present in the indicator studied. To obtain the expected result for the search, was also an analysis of critical points for a instrument of control. Proposals are also the division and analysis of the municipalities of the state through the use of the indicator. From this, an analysis is made of the possible use of the index in question (IRS) as an instrument of administrative control. It was noted that the IRS is conceptually appropriate for its intended use, however the frequency of data collection and delay calculation compromise their use.

Key Words: Index of Social Responsibility of Mato Grosso do Sul; Instrument of Control; Public Policies; Synthetic Social Indicators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1 – Regiões de Mato Grosso do Sul.....	24
Figura 7.1 - Classificação dos Municípios ano 2003	41
Figura 7.2 - Classificação dos Municípios ano 2005	42
Figura 7.3 - Classificação dos Municípios ano 2007	43
Figura 8.1.1 – Região do Bolsão 2003	46
Figura 8.1.2 - Região do Bolsão 2005	47
Figura 8.1.3 - Região do Bolsão 2007	48
Figura 8.2.1 - Região de Campo Grande 2003	49
Figura 8.2.2 - Região de Campo Grande 2005	50
Figura 8.2.3 - Região de Campo Grande 2007	51
Figura 8.3.1 - Região do Conesul 2003.....	52
Figura 8.3.2 - Região do Conesul 2005.....	53
Figura 8.3.3 - Região do Conesul 2007.....	54
Figura 8.4.1 - Região da Grande Dourados 2003	55
Figura 8.4.2 - Região da Grande Dourados 2005 e 2007	56
Figura 8.5.1 - Região Leste 2003	57
Figura 8.5.2 - Região Leste 2005	58
Figura 8.5.3 - Região Leste 2007	59
Figura 8.6.1 - Região Norte 2003	60
Figura 8.6.2 - Região Norte 2005	61
Figura 8.6.3 - Região Norte 2007	62
Figura 8.7.1 - Região Sudoeste 2003.....	63
Figura 8.7.2 - Região Sudoeste 2005.....	64
Figura 8.7.3 - Região Sudoeste 2007.....	65
Figura 8.8.1 - Região Sul-Fronteira 2003	66
Figura 8.8.2 - Região Sul-Fronteira 2005	67
Figura 8.8.3 - Região Sul-Fronteira 2007	68
Figura 8.9.1 - Região do Pantanal 2003 e 2005.....	69
Figura 8.9.2 - Região do Pantanal 2007.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 - IPRS.....	28
Tabela 6.1 - Estrutura de pesos adotada para as variáveis (2003)	31
Tabela 6.2 - Estrutura de pesos adotada para as variáveis (2005)	31
Tabela 6.3 - Estrutura de pesos adotada para as variáveis (2007)	32
Tabela 7.1 - Estrutura de pesos para as variáveis conjuntas (2003).....	36
Tabela 7.2 - Estrutura de pesos para a variável riqueza (2003).....	36
Tabela 7.3 - Estrutura de pesos para a variável longevidade (2003)	36
Tabela 7.4 - Estrutura de pesos para a variável escolaridade (2003)	37
Tabela 7.5 - Estrutura de pesos para as variáveis conjuntas (2005).....	37
Tabela 7.6 - Estrutura de pesos para a variável riqueza (2005).....	38
Tabela 7.7 - Estrutura de pesos para a variável longevidade (2005)	38
Tabela 7.8 - Estrutura de pesos para a variável escolaridade (2005)	38
Tabela 7.9 - Parâmetros para a Classificação dos Municípios ano 2003, 2005 e 2007.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEM/MS	Agência Estadual de Metrologia de Mato Grosso do Sul
AGEPAN	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEX	Índice de Exclusão Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
IRS	Índice de Responsabilidade Social
IRS-MS	Índice de Responsabilidade Social do Mato Grosso do Sul
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SEMAC	Secretaria de Estado, do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
SETAS	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social
SUPLAN	Superintendência de Planejamento
SUS	Sistema Único de Saúde
TTCI	Travel and Tourism Competitiveness Index
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UNRISD	United Nations Research Institute for Social Development
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. O planejamento público e o diagnóstico social	11
1.2. Indicadores sociais sintéticos	14
2. OBJETIVOS	18
2.1. Objetivo Geral	18
2.2. Objetivos Específicos	18
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3.1. Problema e Problemática	19
3.2. Questões Norteadoras	19
3.3. Abordagem	19
3.4. Bases Lógicas	20
3.5. Bases Técnicas	20
4. REGIÕES DO MATO GROSSO DO SUL	22
5. REFERENCIAL TEÓRICO	25
6. IRS - MS	29
7. DIVISÃO DOS MUNICÍPIOS EM GRUPOS	33
8. GRUPOS POR REGIÃO	46
8.1. Bolsão	46
8.2. Campo Grande	49
8.3. Conesul	52
8.4. Grande Dourados	55
8.5. Leste	57
8.6. Norte	60
8.7. Sudoeste	63
8.8. Sul - Fronteira	66
8.9. Pantanal	69
9. POLÍTICA PÚBLICA	71
10. PLANO PLURIANUAL	74
10.1. MS Competitivo	75
10.2. MS Cidadão	76
11. FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS E FUNÇÃO CONTROLE	79
12. ABRANGÊNCIA E LIMITAÇÃO DO IRS	85
13. CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXOS	102

1. INTRODUÇÃO

1.1. O planejamento público e o diagnóstico social

Na gestão urbana, tanto nos processos administrativos de planejamento quanto de controle, se faz necessária a mensuração da realidade social para uma distribuição mais racional e equânime de recursos. Uma das ferramentas informacionais utilizadas nesses processos é a construção e utilização de estatísticas sociais. Esses dados, também chamados de indicadores sociais são recortes da sociedade em diferentes dimensões, abstraindo números que quantificam temas da realidade social como taxa de mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer ou mesmo nível de qualidade de vida.

O planejamento é um processo consciente, que de forma sistemática toma decisões sobre objetivos e metas a serem alcançadas no futuro (BATEMAN e SNELL, 2006). Nesse processo são escolhidas metas e meios para atingi-las (planos agrupados em ordem lógica de progressão e em ordem de prioridades), de modo que o planejamento ofereça um mapa de trabalho pleno de detalhes, e flexível a mudanças no ambiente, que orienta as ações da organização (MAXIMIANO, 2006).

A partir de uma ótica econômica, o planejamento consiste na tentativa de selecionar as melhores alternativas disponíveis para alcançar metas específicas. O conhecimento humano deve ser aplicado de forma racional para utilizar os recursos de forma mais eficiente, de tal forma que os recursos escassos da sociedade produzam a maior satisfação e bem estar social com o menor custo (KON, 1997).

O planejamento, como função administrativa, é dividido em cinco etapas principais para Schermerhorn (2006): (1) *Análise do contexto*, quando é estudada a realidade social no presente momento, sendo quantificados os problemas e avaliados os pontos fortes e fracos que a organização dispõe para galgar resultados. Podem ser utilizados indicadores que mensurem a disponibilidade de recursos do setor público como número de médicos por habitantes ou número de escolas por alunos. Também são utilizados indicadores para diagnosticar os problemas sociais existentes, como taxa de mortalidade infantil ou taxa de analfabetismo; (2) *Definição de objetivos e metas*, quando são escolhidos resultados ou efeitos desejados em detalhamento suficiente para que possam ser mensurados. Por objetivo entende-se

um conceito mais amplo de caráter programático, e por meta um conceito mais específico e facilmente quantificável. Por exemplo, os objetivos do milênio da ONU, em especial o objetivo de reduzir a mortalidade infantil. Sua meta é reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 15 anos; (3) *Geração de cenários*. Nessa etapa são avaliadas as forças internas e externas que podem influir no ambiente, e de certa forma quantificada sua influência. Para tal são previstas tendências, que podem ser temas como crescimento populacional ou taxa de crescimento da economia mundial, por exemplo; (4) *Escolha de alternativas de ação*. São escolhidos, para cada conjuntura esperada, um conjunto de planos de ação, com sua sequência temporal de execução e ordem de prioridade; e (5) *Implementação, avaliação e monitoramento*. Última etapa, as ações são executadas e comparadas com objetivos e metas para averiguar se estão seguindo o rumo previsto. Nesta etapa são identificadas diferenças entre desempenhos esperados e resultados obtidos e são estudados ajustes ao plano original. Destaque para os indicadores sociais no processo de planejamento como insumo informacional, principalmente quanto ao diagnóstico situacional e ao controle dos planos de ação.

O diagnóstico social, em especial de um município, é parte integrante do planejamento público. É uma atividade complexa e envolve uma série de profissionais com formação multidisciplinar. Localizar a exclusão social, problemas infra-estruturais e sócio-ambientais da gestão urbana passa por algumas etapas. A primeira refere-se à própria reflexão teórica de como definir as dimensões que se pretende mensurar, em seguida como medir tais dimensões – quais variáveis se devem utilizar- e por último como ponderar cada uma dessas variáveis em um indicador social apropriado (JANNUZZI, 2003). Só então as informações estarão apropriadas para uma análise consistente.

A idéia de planejamento público teve aparecimento há aproximadamente um século com intuito de controlar o futuro urbanístico de alguma forma. Oliveira (2006) atribui os primeiros documentos ao final do século XIX e início do século XX na Inglaterra para fins de planejamento espacial de suas cidades. O crescimento caótico destas na época exigiu uma resposta ao problema, que veio na forma da previsão e distribuição das funções espaciais da cidade, amenizando os problemas de congestionamento e má qualidade de vida.

A partir das décadas de 1930 a 1950 o planejamento espacial-urbanístico, principalmente nos EUA e Europa, assimila as esferas sociais e econômicas dos rumos da sociedade. Neste período avançavam as idéias keynesianas de intervenção do estado na economia, e no mesmo contexto ganha força também a vertente do planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento regional (OLIVEIRA, 2006), sendo desenvolvidos diferentes indicadores sociais para diferentes demandas de informações para a administração pública.

No Brasil, o histórico do planejamento urbano não favoreceu a formação urbanística atual. A falta de um planejamento urbano consistente a partir da década de 1930 - quando se acentuam o êxodo rural e o crescimento populacional urbano - contribuiu para que a urbanização brasileira em seu processo de formação histórico se caracterizasse pelo agravamento das disparidades já existentes na repartição de renda entre regiões sociais e entre diferentes regiões do país. Ao longo dos anos surgiram diversos problemas relacionados à degradação do meio ambiente e ao uso predatório dos recursos naturais. Dessa forma, a maioria das cidades brasileiras apresenta problemas sócio-ambientais de tal forma que a exclusão social, transporte público ineficiente, violência urbana e um padrão de desenvolvimento não sustentável são alguns dos temas recorrentes no cotidiano da vida urbana do país (NAHAS et. al., 2006).

O desenvolvimento social, era mensurado com base apenas no desempenho econômico dos países, deixando de lado temas como educação, saúde e concentração de renda para avaliar apenas o nível de desenvolvimento material do país (VEIGA 2003).

No início da década de 1970 são publicados novos instrumentos de mensuração do bem estar social. Os livros: *"Social Indicators"* e *"Toward a Social Report"* desta década são lançados para atender as necessidades do governo americano, dando visibilidade ao que foi chamado na época de movimento dos indicadores sociais, quando exigia-se novas informações para avaliar a situação (JANNUZZI, 2003).

A maior pressão social e o acúmulo de demandas locais contribuíram para que a geração e disseminação periódica de estatísticas, indicadores e índices municipais passassem a ostentar um caráter mais acentuado no processo de

planejamento, fazendo parte do processo de implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Procurando adaptar-se a essa nova conjuntura institucional, municípios e agências governamentais investem tempo, recursos humanos e financeiros na organização de sistemas de informações estatísticas municipais, pacotes estatísticos, construção de indicadores sintéticos para diagnóstico social e focalização de políticas.

1.2. Indicadores sociais sintéticos

Indicadores, em uma perspectiva ampla, são substitutos objetivos (geralmente numéricos) de conceitos abstratos utilizados para inferir sobre algum aspecto da realidade. (CARLEY 1985). JANNUZZI (2003) acrescenta que um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usados para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social de interesse teórico (para estudos acadêmicos) ou programático (para formulação de políticas públicas). Essas medidas são construídas por estatísticas sociais adaptadas dentro de um marco teórico que permite a análise de dimensões da realidade e sua mensuração em termos quantitativos. Por exemplo, o índice de longevidade – calculado através da esperança de vida ao nascer de uma população - presente como medida intermediária no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Essa medida propõe a mensuração de um nível de vida saudável. Apesar de não contemplar todos os aspectos que envolvem uma vida com saúde (que podem envolver taxa de óbito por faixa etária, taxa de mortalidade infantil, taxa de desnutrição populacional, número médio de dias sem moléstias), essa medida permite inferir sobre um quadro mais amplo, que guardadas suas proporções, se torna de quantificação simples. Nota-se que as demais medidas de aferição de um nível de vida saudável também são indicadores sociais, com características, limites e potencialidades diferentes para cada uma delas.

Dados estatísticos sobre a sociedade têm sido coletados desde o século XVI. Dados sobre mortalidade eram coletados eventualmente, e estimativas populacionais eram utilizadas para fins fiscais e avaliação de poderio militar da região ou país (CARLEY, 1985).

Entre os séculos XVII e XIX desenvolveu-se e ampliou-se o movimento de coleta e organização de dados sociais, econômicos e demográficos. Tais informações passaram a ser utilizadas como uma forma rudimentar de contabilidade social. Uma forma de identificar tendências e mudanças na sociedade, sendo introduzidas progressivamente na gestão pública como ferramentas informacionais ao longo da história (CARLEY, 1985). A construção e utilização desses indicadores é a expressão em parâmetros de filosofia, conhecimento, direção política e compromissos de ação de seus formuladores (BLANES, 2003), sendo construídos diferentes tipos de indicadores para diferentes momentos na história da sociedade.

Em decorrência de falhas do planejamento urbano no Brasil, desenvolveu-se uma urbanização que acentuou as disparidades econômico-sociais já existentes ao longo de sua história. Problemas relativos à repartição de renda entre regiões e classes sociais, crescimento não planejado das cidades e degradação do meio ambiente compõem os desafios que o planejamento de políticas públicas deve enfrentar. Nesse quadro de complexidade crescente, o diagnóstico social e as dificuldades na gestão pública também se revestem de dificuldades adicionais, em especial para o objetivo de redução das disparidades sócio-econômicas existentes no país, tanto entre diferentes regiões e cidades quanto dentro do próprio município em seus diferentes bairros e classes sociais.

No Brasil, diferentemente da maioria dos países latino-americanos, a coleta, compilação e divulgação de estatísticas sócio-econômicas são feitas por diferentes agências, situadas em âmbito federal ou estadual. Através de uma rede capilarizada pelo território nacional, com delegacias estaduais e agências municipais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) opera como um agente coordenador do sistema nacional de produção e disseminação de estatísticas públicas. Nota-se que as agências estaduais também têm funções de compilação de uma ampla variedade de dados administrativos produzidos pelas secretarias de estado, e em alguns casos, também a produção de dados primários provenientes de pesquisas amostrais (JANNUZZI, 2003).

Com o intuito de enfrentar os problemas do processo de urbanização brasileiro, principalmente quanto às disparidades inter-regionais, iniciativas foram tomadas no sentido de construir sistemas de indicadores sociais municipais. Hoje existem duas linhas principais de enfoque para construção de tais ferramentas. A

primeira linha, mais recente, consolidada a partir de 1996, é o desenvolvimento de sistemas intra-urbanos, cujos indicadores são georreferenciados em setores censitários no interior da cidade. São exemplos: o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) em Belo Horizonte (NAHAS et al., 1997), o Índice de Exclusão Social (IEX) adaptado para Campo Grande (SAUER; CAMPÊLO, 2005) e o IDH-M adaptado para Recife (PNUD, 2005). Esses indicadores, devido a suas características sintéticas, são amplamente utilizados pela gestão pública para um primeiro diagnóstico da situação dos diferentes bairros na cidade; para identificação de tendências de evolução no nível de qualidade de vida, exclusão social ou desenvolvimento humano; e, contribuem para a maior participação da sociedade nos rumos da administração pública, já que permite a mensuração e acompanhamento dos resultados de cada gestão.

Nahas et. al. (2006) apontam a existência de apenas três indicadores sintéticos em 1995, existindo um aumento significativo no número de novos índices a partir do ano de 2003. Os autores argumentam que o aumento no número de iniciativas dessa natureza está relacionado à divulgação dos resultados de pesquisas de cobertura municipal como o Censo demográfico do IBGE.

A construção de indicadores sintéticos envolve estágios nos quais avaliações devem ser feitas, tais como: a seleção dos sub-indicadores, escolha do modelo, ponderações dos indicadores e tratamento de valores faltantes. Estes julgamentos devem ser transparentes e baseados em princípios estatísticos claros (SALTELLI et.al., 2004).

No Brasil, o desenvolvimento desses sistemas em âmbito intermunicipal é tendência crescente. Desde 1990, quando se desenvolveu o IDH, e em 1991 foi produzido o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para a totalidade dos municípios brasileiros, registra-se o surgimento de novos índices com o intuito de servir como base comparativa entre diferentes municípios. Apenas nos anos de 2003 e 2004 foram criados dezenove (19) novos sistemas de indicadores sintéticos. Existem catalogados na segunda conferência do Ministério das Cidades seis (6) sistemas de indicadores sintéticos que abrangem todos os municípios do Brasil, e trinta e nove (39) sistemas que abrangem os municípios de determinadas unidades da federação (NAHAS et al., 2006).

Existem ainda indicadores sintéticos referentes a temas não necessariamente relacionados à qualidade de vida e a dimensão social: O fórum mundial publica anualmente desde 2007 um indicador sintético de competitividade e atratividade turística “Travel and Tourism Competitiveness Index” (TTCI); A BOVESPA divulga desde 2006 o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) para avaliar empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis da bolsa de valores.

Para que a utilização de tais ferramentas obtenha o máximo de seu potencial se fazem necessárias reflexões mais aprofundadas sobre suas metodologias de construção, e principalmente suas implicações práticas das diferentes formas de cálculo. Sob essa perspectiva, a construção de novas ferramentas de mensuração que melhor se adéquem ao diagnóstico social brasileiro também necessita de informações sobre as potencialidades e os limites dos atuais sistemas de indicadores sintéticos disponíveis.

O indicador sintético a ser considerado será o Índice de Responsabilidade Social do Mato Grosso do Sul (IRS- MS).

As variáveis que formam o IRS são compostas por fatores ligados a riqueza, longevidade e escolaridade:

1-Riqueza: Consumo residencial de energia elétrica; Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços; Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público; Valor adicionado fiscal per capita.

2-Longevidade: Mortalidade perinatal; Mortalidade infantil; Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos ; Mortalidade de adultos de 60 anos ou mais.

3-Escolaridade: Taxa de matrículas na pré-escola; Taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª; Taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª; Taxa de matrículas no ensino médio.

Será estudado seu uso como função controle de políticas públicas e políticas governamentais, verificando sua atuação e abrangência no que tange os pontos e focos principais da função administrativa de controle. Entre os pontos e características desse sistema podemos citar: objetividade; economia; aceitação; precisão; rapidez; foco.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Avaliar o uso do índice de responsabilidade social como função controle no acompanhamento de políticas públicas em Mato Grosso do Sul.

2.2. Objetivos Específicos

- Analisar se as políticas públicas podem ser acompanhadas usando o índice de responsabilidade social (IRS) como função controle.
- Verificar a distribuição dos municípios de Mato Grosso do Sul segundo o índice de responsabilidade social.
- Verificar quais são as limitações e abrangências do IRS no acompanhamento e controle de políticas públicas no âmbito social.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Será aplicado o Índice de Responsabilidade Social para os municípios de Mato Grosso do Sul, levando em consideração os dados secundários obtidos através do cd do IRS feito pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente das Cidades do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC.

As categorias estudadas serão as variáveis componentes do sistema indicador em questão. Será feito um estudo sobre como o IRS pode ser utilizado como ferramenta de controle de gestão em políticas públicas.

3.1. Problema e Problemática

As políticas públicas de um estado são elaboradas visando obter sucesso em todas as áreas que a mesma abrange.

Existe uma dificuldade para o acompanhamento dos resultados dessas políticas.

Os indicadores sintéticos servem também para expressar de forma quantitativa dados, facilitando assim sua análise e entendimento.

Quais são as limitações e abrangências do IRS (Índice de Responsabilidade Social) no acompanhamento e controle de políticas públicas?

3.2. Questões Norteadoras

Quais as políticas públicas de Mato Grosso do Sul?

Como o IRS pode ser utilizado para acompanhamento das políticas públicas?

Qual a abrangência e limitação do IRS na elaboração de políticas públicas?

3.3. Abordagem

A abordagem qualitativa é amplamente utilizada no âmbito das ciências e atividades sociais humanas, pois pretende compreender o objeto de pesquisa através da subjetividade presente nas representações sociais.

O método qualitativo é útil e necessário para identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e as interações que estabelecem, assim possibilitando estimular o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais (BARTUNEK; SEO, 2002).

A abordagem quantitativa é aquela cujos dados recebem tratamento estatístico, é objetivo e focado na mensuração de fenômenos.

A pesquisa quantitativa permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente (NEVES, 1996).

Para este estudo foi utilizada a abordagem quali-quantitativa, agregando aspectos qualitativos aos quantitativos.

3.4. Bases Lógicas

O método utilizado será o indutivo. “A indução é uma espécie de análise, uma vez que decompõe o objeto complexo, dado à experiência, com o fim de compreender nele a essência, a natureza, a causa, o princípio ou a lei” (JOLIVET, 1984, pág. 75 apud MARQUES, 2004).

Segundo Collis e Hussey (2005) a pesquisa indutiva é uma metodologia na qual a teoria se forma a partir da observação da realidade empírica. Inferências gerais são induzidas a partir de casos particulares. Partindo da observação individual e transformando-se em afirmações de padrões ou leis gerais, o método vai do específico para o geral.

Parte de questões particulares até chegar a conclusões generalizadas. Generalizações são buscadas a partir da apreciação de fatos tomados como amostra representativa.

3.5. Bases Técnicas

O período pós-guerra é de destaque na elaboração de indicadores de natureza predominantemente econômica - devido à influência da econometria no planejamento público, em destaque na época - chamados de indicadores de primeira geração. Essas medidas disseminam o uso de indicadores na administração pública, em especial para o planejamento econômico (CARLEY, 1985). Seu destaque era para os sistemas de contas nacionais e a mensuração dos agregados

macroeconômicos, dentre os quais o PIB per capita é o mais difundido. Esse indicador ao longo dos anos passa a ser utilizado também como medida de comparação do grau de desenvolvimento de diferentes nações (JANNUZZI, 2004).

Os indicadores de primeira geração demonstraram diversas limitações no decorrer da história para mensurar a realidade social, em especial o PIB, entre as quais se pode destacar o reducionismo da dimensão social apenas a aspectos econômicos; a não sensibilidade quanto a concentração de renda; a não sensibilidade quanto a incidência de diferentes níveis de pobreza; e, a não abrangência de outros temas considerados relevantes para a mensuração do desenvolvimento humano como um todo. Para suprir tais demandas, em meados dos anos 1960 diversas propostas de indicadores sociais que abarcassem uma maior quantidade de variáveis foram apresentadas, estudos realizados no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNRISD). Entre essas propostas, foram formulados por organismos internacionais diversos indicadores chamados de compostos – indicadores de segunda geração - dos quais o IDH se tornou sem dúvidas o mais conhecido (JANNUZZI, 2004).

Indicadores simples são construídos a partir de uma estatística social específica, referida a uma dimensão social escolhida (taxa de alfabetização de adultos, por exemplo). Indicadores sintéticos são elaborados mediante a aglutinação de dois ou mais indicadores simples, referidos a uma mesma ou diferentes dimensões da realidade social. Uma das principais características comum a todos os indicadores sociais sintéticos, é a capacidade de resumo de pontos da realidade social em uma única medida numérica de interpretação relativamente simples em comparação a um sistema complexo de vários indicadores simples.

A utilização de indicadores sociais sintéticos apresenta propriedades favoráveis no que se refere à interpretação de dados, em resumo:

“-Indicadores sintéticos podem ser usados para sumarizar questões complexas ou multidimensionais, com o intuito de apoiar tomadores de decisão.”

“-Indicadores sintéticos fornecem uma grande representação. Podem ser mais fáceis de interpretar do que tentar encontrar uma tendência em muitos indicadores separados. Eles facilitam a tarefa de ordenar países segundo questões complexas.”

“-Indicadores sintéticos podem ajudar a atrair a atenção do público, fornecendo um número sumarizado com o qual se pode comparar o desempenho entre países e seus progressos do decorrer do tempo.”

“-Indicadores sintéticos podem ajudar a reduzir o tamanho de uma lista de indicadores ou incluir mais informação acerca de uma lista com um dado tamanho.” (SALTELLI et. al., 2004).

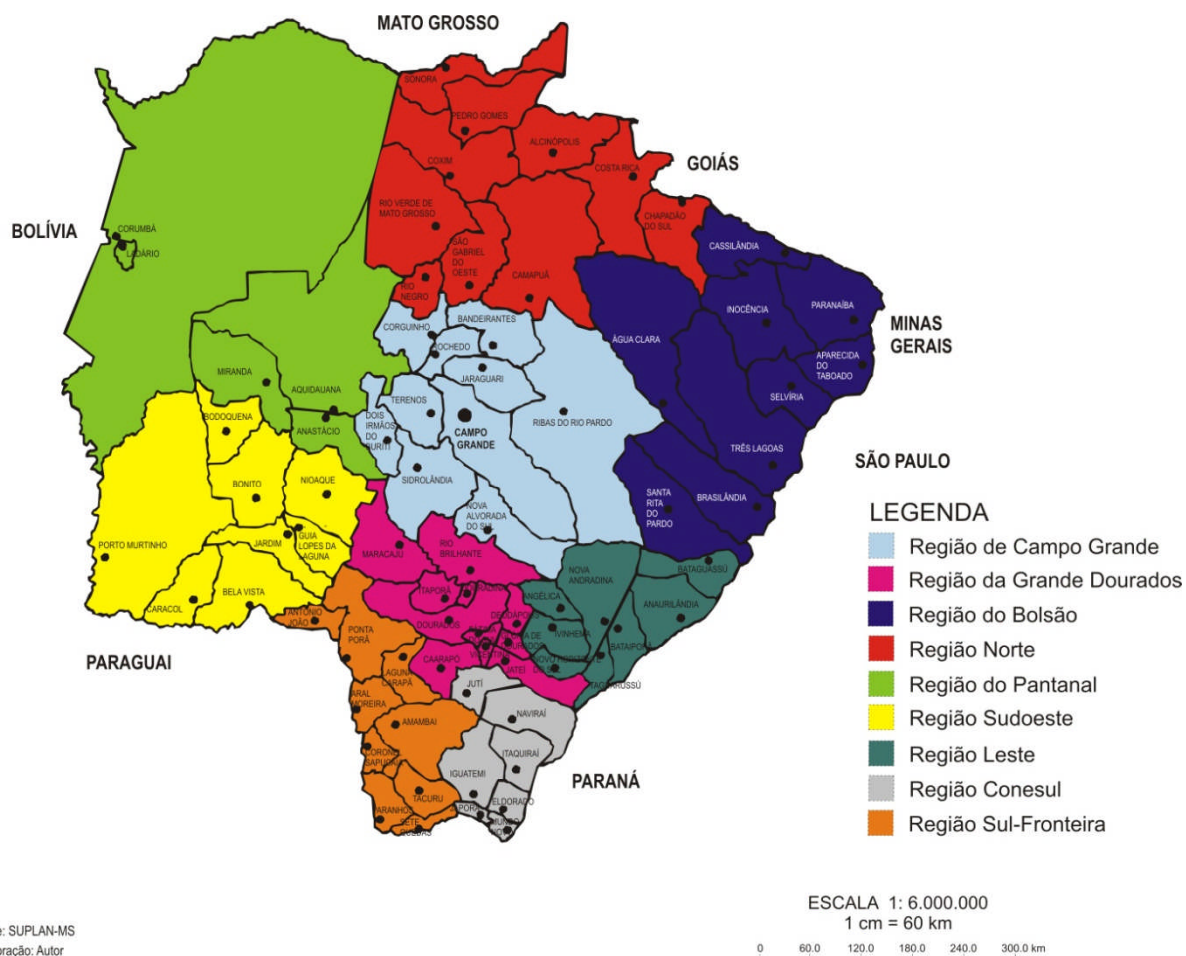
4. REGIÕES DO MATO GROSSO DO SUL

Segundo dados da SEMAC (Secretaria de estado do meio ambiente, das cidades, do planejamento, da ciência e tecnologia) e da SUPLAN (Superintendência de Planejamento), o estado de Mato Grosso do Sul pode ser dividido para fins de planejamento em nove micro regiões homogêneas:

- **Região de Campo Grande**
Abrange dez municípios: Bandeirantes, Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada o Sul, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.
- **Região da Grande Dourados**
Compreende onze municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Itaporã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina.
- **Região do Bolsão**
Abrange nove municípios: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Três Lagoas.
- **Região Norte**
Compreende onze municípios: Alcinópolis, Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Pedro Gomes, Rio Negro, Rio Verde de MT, São Gabriel do Oeste, Sonora.
- **Região do Pantanal**
Possui cinco municípios: Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda.

- **Região Sudoeste**
Abrange oito municípios: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto Murtinho.
- **Região Leste**
Possui oito municípios: Anaurilândia, Angélica, Bataguassu, Bataiporã, Ivinhema, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu.
- **Região do Conesul**
Compreende sete municípios: Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí.
- **Região Sul-Fronteira**
Abrange nove municípios: Amambai, Antonio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas, Tacuru.

Figura 4.1 – Regiões de Mato Grosso do Sul



5. REFERENCIAL TEÓRICO

O IRS para o Estado de Mato Grosso do Sul foi criado com base no IPRS, que é o Índice Paulista de Responsabilidade Social, é necessário entender sua formulação para compreender o IRS e como o mesmo pode ser aplicado no Mato Grosso do Sul.

A Fundação Seade recebeu em 2000, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a incumbência de construir um indicador que permitisse mensurar o grau de desenvolvimento humano de todos os municípios paulistas. Tal instrumento permitiria que a Assembléia dispusesse de mais subsídios para refletir a respeito dos elementos que induzem diferentes performances econômicas e sociais dos municípios do Estado.

Com o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), a Fundação Seade procurou criar para o Estado de São Paulo um indicador que, preservando as três dimensões componentes do IDH (renda, escolaridade e longevidade), tivesse como base:

- variáveis com o intuito de captar mudanças nas condições de vida do município em curto espaço de tempo;
- registros administrativos, para satisfazer as condições de periodicidade e cobertura, necessárias para atualização do indicador para os anos entre os censos demográficos e para todos os municípios do Estado;
- uma tipologia de municípios que permitisse identificar a situação de cada um nas dimensões renda, escolaridade e longevidade.

O IPRS foi criado com a finalidade de caracterizar os municípios paulistas no que se refere ao desenvolvimento humano, por meio de indicadores sensíveis a variações de curto prazo e capazes de incorporar informações relevantes referentes às diversas dimensões que compõem o índice. As variáveis escolhidas para compor o sistema IPRS são distintas das empregadas no cálculo do IDH, apesar de representarem os mesmos aspectos: renda, longevidade e escolaridade. Para cada uma dessas dimensões foi criado um indicador sintético que permite a

hierarquização dos municípios paulistas de acordo com a sua situação. Os três indicadores sintéticos são expressos em uma escala de 0 a 100, constituindo-se em uma combinação linear de um conjunto específico de variáveis. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda o grau de interdependência entre diversas variáveis.

Os fatores – periodicidade e cobertura – exigiram a avaliação de diversas fontes alternativas, em especial de registros administrativos, que permitiram a criação de indicadores municipais, passíveis de atualização em períodos inferiores aos Censos Demográficos e abrangendo todos os municípios do Estado, quais sejam:

- indicador de riqueza municipal: registros administrativos fornecidos anualmente pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego;
- indicador de longevidade: projeções populacionais e dados do Registro Civil produzidos anualmente pela Fundação Seade;
- indicador de escolaridade: dados provenientes dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e informações referentes ao Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) órgão pertencente ao Ministério da Educação (MEC).

Os três indicadores (longevidade, riqueza e escolaridade) foram formulados no ano de 2000, quando ocorreu o primeiro levantamento do IPRS, para o ano de 2004 alguns parâmetros para esses três fatores foram substituídos.

O indicador de riqueza municipal é composto por quatro variáveis: consumo anual de energia elétrica por ligações residenciais, consumo de energia elétrica na agricultura, no Comércio e nos serviços por ligações, valor adicionado fiscal per capita e remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público. O indicador de riqueza também sofreu alteração, decorrente de uma

mudança no cálculo do consumo anual de energia elétrica por ligação residencial. A forma de obtenção dessa variável foi alterada para os 61 municípios definidos por lei como estâncias turísticas, de acordo com uma demanda surgida no âmbito do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado. A grande presença, nessas localidades, de domicílios de uso ocasional acaba por subestimar o consumo residencial per capita de energia elétrica. A correção desse problema deu-se por meio da criação de um redutor para o número de ligações que compõem o denominador do indicador, utilizando-se a projeção da proporção de domicílios de uso ocasional.

O indicador de longevidade adotado no IPRS compõe-se da combinação de quatro taxas de mortalidade específicas a determinadas faixas etárias: mortalidade perinatal; infantil; de pessoas de 15 a 39 anos; e de pessoas de 60 anos e mais. Também neste caso, o indicador sintético de longevidade é o resultado da combinação dessas quatro variáveis, sendo que o peso de cada uma delas foi obtido por meio do modelo de estatística multivariada, denominado Análise Fatorial, com a respectiva transformação do indicador em uma escala que varia de 0 a 100.

O indicador de escolaridade é o único totalmente reformulado na edição de 2004. Isso porque, até 2000, o indicador era construído a partir de dados censitários, fato que impossibilitava sua reprodução em períodos inferiores aos dos censos, decenais. Foram utilizados o Censo Demográfico de 1991 e os dados da Contagem da População de 1996, na primeira divulgação do IPRS, e o Censo Demográfico de 2000, na segunda. Outra razão para a reestruturação do indicador foi o rápido progresso da cobertura escolar no Estado de São Paulo, evidenciado na comparação entre os dados sobre escolaridade do Censo Demográfico de 2000 e aqueles obtidos pela Contagem da População de 1996. Esse fato mostrou que alguns dos parâmetros utilizados na geração do indicador haviam se tornado insuficientes. Quatro variáveis compõem o novo indicador sintético de escolaridade, são elas:

- percentagem de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo;
- percentagem de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo;

- percentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo;
- percentagem de crianças de 5 a 6 anos que freqüentam pré-escola.

A tabela a seguir resume a composição do IPRS:

Tabela 5.1 - IPRS

Indicador	Componentes
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica por ligação (44%) Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços por ligação (23%) Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público (19%) Valor adicionado fiscal <i>per capita</i> (14%)
Longevidade	Mortalidade perinatal (30%) Mortalidade infantil (30%) Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos (20%) Mortalidade de adultos de 60 anos e mais (20%)
Escolaridade	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental (36%) Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade (8%) Porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio (36%) Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos que freqüentam a pré-escola (20%)
Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.	

Apesar de ter sido inspirado no Índice Paulista de Responsabilidade Social, o IRS-MS possui variáveis próprias e diferenciadas, com seus pesos adequados a realidade do estado de Mato Grosso do Sul.

6. IRS - MS

O IRS-MS (índice de responsabilidade social de Mato Grosso do Sul) é composto de 12 variáveis, dispostas em três indicadores. Os indicadores são semelhantes ao IDH (índice de desenvolvimento humano), que contempla a riqueza, expectativa de vida e escolaridade, porém o IRS utiliza variáveis diferentes para seus indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade.

O indicador de riqueza é constituído de variáveis para mensurar a riqueza do município, juntamente com variáveis que objetivam dimensionar a riqueza das famílias. As fontes de dados para formulação desse indicador foram:

- Consumo residencial de energia elétrica (Banco de Dados da SEMAC);
- Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços (Banco de Dados da SEMAC);
- Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público (Banco de Dados do Ministério do Trabalho);
- Valor adicionado fiscal per capita (Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ).

O indicador de longevidade mede as taxas de mortalidade nas faixas etárias em que a sua incidência é maior.

Os dados são da Secretaria de saúde do Estado e são repassados ao Ministério da Saúde. As variáveis são:

- Mortalidade perinatal;
- Mortalidade infantil;
- Mortalidade de adulto de 15 a 39 anos;

- Mortalidade de adultos de 60 anos e mais.

Para a variável escolaridade o cálculo do IRS levou em consideração a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental, já para as variáveis da pré-escola e do ensino médio, o objetivo foi verificar se as matrículas efetuadas no ensino pré-escolar e no médio atendem ao total da população na faixa de idade correspondente nos diferentes municípios. As variáveis são:

- Taxa de matrículas na pré-escola;
- Taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª;
- Taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª;
- Taxa de matrículas no ensino médio.

Apesar das variáveis consideradas e selecionadas para a formulação do IRS para Mato Grosso do Sul permaneceram as mesmas para os anos de 2003 e 2005, os pesos adotados para as mesmas sofreram alterações de um período para o outro.

Tabela 6.1 - Estrutura de pesos adotada para as variáveis (2003)

Dimensões	Variáveis	Pesos
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica	25%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, comércio e serviços	27%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	25%
	Valor adicionado fiscal per capita	23%
Longevidade	Mortalidade perinatal	29%
	Mortalidade infantil	29%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	29%
	Mortalidade de adultos de 60 anos ou mais	13%
Escolaridade	Taxa de matrículas na pré-escola	23%
	Taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª	26%
	Taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª	25%
	Taxa de matrícula no ensino médio	26%

Tabela 6.2 - Estrutura de pesos adotada para as variáveis (2005)

Dimensões	Variáveis	Pesos
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica	28%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, comércio e serviços	29%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	19%
	Valor adicionado fiscal per capita	24%
Longevidade	Mortalidade perinatal	24%
	Mortalidade infantil	29%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	29%
	Mortalidade de adultos de 60 anos ou mais	18%
Escolaridade	Taxa de matrículas na pré-escola	23%
	Taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª	29%
	Taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª	25%
	Taxa de matrícula no ensino médio	23%

Tabela 6.3 - Estrutura de pesos adotada para as variáveis (2007)

Dimensões	Variáveis	Pesos
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica	28%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, comércio e serviços	31%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	17%
	Valor adicionado fiscal per capita	24%
Longevidade	Mortalidade perinatal	30%
	Mortalidade infantil	29%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	22%
	Mortalidade de adultos de 60 anos ou mais	19%
Escolaridade	Taxa de matrículas na pré-escola	23%
	Taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª	29%
	Taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª	26%
	Taxa de matrícula no ensino médio	22%

7. DIVISÃO DOS MUNICÍPIOS EM GRUPOS

Foi utilizada a técnica estatística de análise multivariada de dados para poder congrega os municípios através de características semelhantes que os mesmos compartilhem, dividindo-os em cinco grupos.

A Estatística Multivariada permite o estudo de fenômenos complexos, pois realiza o tratamento de diversas variáveis simultaneamente, mesmo quando não se conhece o modelo teórico das relações entre as variáveis.

Para fazer esta classificação, as variáveis utilizadas na constituição de cada um dos indicadores foram padronizadas em uma escala de 0 a 100. Através da análise fatorial, foram estabelecidos os pesos correspondentes, que após serem multiplicados por cada uma das variáveis, somaram-se os resultados e chegou-se a cada um dos indicadores.

A fórmula utilizada para a padronização foi:

$$100 \cdot \frac{(X - \text{mínimo})}{\text{máximo} - \text{mínimo}}$$

Onde X é o valor da cidade e os valores máximo e mínimo são correspondentes aos valores máximos e mínimos encontrados dentre todas os municípios de Mato Grosso do Sul na dimensão do indicador.

Para exemplificar, segue a fórmula da padronização do município de Campo Grande na dimensão taxa de óbitos de 15 a 39 anos, do quesito longevidade no ano de 2005.

$$100 \cdot \frac{(1,55 - 0,55)}{5,81 - 0,55} = 19,01$$

Onde 1,55 é o valor da dimensão para o município de Campo Grande, 0,55 é a valor do mínimo, no caso do município de Taquarussu, e 5,81 é o valor de Japorã, no caso o valor máximo encontrado.

Para Kerlinger (1980) análise fatorial é um método para determinar o número de fatores existentes em um conjunto de dados, ajuda o pesquisador a saber quais testes devem ficar juntos e quais possuem a mesma medida.

Segundo Mingoti (2005) a análise fatorial inclui a análise de componentes principais e análise dos fatores comuns. É aplicada quando há um número grande de variáveis e correlacionadas entre si, com o objetivo de identificar um número menor de novas variáveis alternativas, não correlacionadas e que, de algum modo, resumem as informações principais das variáveis originais encontrando os fatores ou variáveis latentes.

A análise fatorial trata de analisar as correlações entre um grande conjunto de variáveis para então definir um conjunto de dimensões, denominadas de fatores. Vista de outra forma, é uma técnica de interdependência nas quais todas as variáveis são simultaneamente consideradas, cada uma relacionada com todas as outras de um modo linear.

De acordo com Hair et. al (2005), a análise fatorial pode ser definida como uma classe de métodos estatísticos multivariados, que tem como principal objetivo a definição de uma estrutura subjacente em uma matriz de dados. Baseado neste tipo de análise é possível primeiramente determinar as dimensões separadas da estrutura e então verificar quanto explicável é cada variável por cada dimensão. Esta técnica é diferente das análises de dependência como a regressão, na qual existem variáveis explicadas e explicativas.

A análise fatorial busca explicar a correlação ou covariância, entre um conjunto de variáveis, em termos de um número limitado de variáveis não-observáveis. Essas variáveis não-observáveis ou fatores são calculados pela combinação linear das variáveis originais e também representam as dimensões latentes que resumem ou explicam o conjunto de dados originais.

Uma carga fatorial é um coeficiente, um número decimal, positivo ou negativo, geralmente menor do que um (1), que expressa o quanto um teste ou variável observada está carregado ou saturado em um fator. Por outras palavras, quanto maior for a carga em cima de um fator, mais a variável se identifica com o que quer que seja o fator.

As cargas fatoriais obtidas são, com efeito, reduções de dados muito mais complexos a tamanho manuseável para que o pesquisador possa interpretar melhor os resultados (Kerlinger, 1980). Assim, o objetivo da análise fatorial é a parcimônia, procurando definir o relacionamento entre as variáveis de modo simples e usando um número de fatores menor que o número original de variáveis.

Em síntese, a análise fatorial é essencialmente um método para determinar o número de fatores existentes em um conjunto de dados, para determinar quais testes ou variáveis pertencem a quais fatores, e em que extensão os testes ou variáveis pertencem ou estão saturados com o fator. Pode ser aplicada quando há uma grande quantidade de dados e busca-se a sua sumarização com fatores latentes, que são definidos através de comportamento semelhantes entre as variáveis.

De acordo com Hair et al. (2005) o pesquisador deve buscar minimizar o número de variáveis incluídas, mas manter um número razoável de variáveis por fator. A força da análise fatorial consiste na definição de padrões entre grupos de variáveis, tornando-se de pouca utilidade na identificação de fatores compostos por uma única variável. Além disso, deve-se dar cuidado especial ao tamanho da amostra. Como regra geral, o mínimo é ter pelo menos cinco vezes mais observações do que o número de variáveis a serem analisadas, e a proporção mais aceitável é de dez para um.

Através da análise fatorial é possível determinar os pesos e os valores referentes à importância de determinada variável dentro do conjunto de dados. Fazendo isso com os dados originais do IRS, fornecidos pela SEMAC, é possível determinar o quanto cada variável explicaria dentro de sua dimensão.

Tal análise pode ser feita levando em consideração as três dimensões do IRS de forma conjunta ou separando-as e analisando-as pelas variáveis dentro de cada dimensão e posteriormente atribuindo-as valores diferentes ou dando a cada uma a importância de um terço, por tratar-se de um indicador composto por três dimensões.

Referente ao ano de 2003, através da análise fatorial e variância os pesos seriam:

Tabela 7.1 - Estrutura de pesos para as variáveis conjuntas (2003)

Dimensões	Variáveis	Pesos
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica	3,3%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, comércio e serviços	2,7%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	2,2%
	Valor adicionado fiscal per capita	1,4%
Longevidade	Mortalidade perinatal	8,3%
	Mortalidade infantil	6,8%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	5,8%
	Mortalidade de adultos de 60 anos ou mais	4,1%
Escolaridade	Taxa de matrículas na pré-escola	27,7%
	Taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª	11%
	Taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª	10,2%
	Taxa de matrícula no ensino médio	16,4%

Tabela 7.2 - Estrutura de pesos para a variável riqueza (2003)

Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica	41,4%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, comércio e serviços	25,1%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	21,2%
	Valor adicionado fiscal per capita	12,3%

Tabela 7.3 - Estrutura de pesos para a variável longevidade (2003)

Longevidade	Mortalidade perinatal	51,2%
	Mortalidade infantil	25,6%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	14%
	Mortalidade de adultos de 60 anos ou mais	9,1%

Tabela 7.4 - Estrutura de pesos para a variável escolaridade (2003)

Escolaridade	Taxa de matrículas na pré-escola	60,1%
	Taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª	10,6%
	Taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª	8,9%
	Taxa de matrícula no ensino médio	20,4%

Referente ao ano de 2005, através da análise fatorial e variância os pesos seriam:

Tabela 7.5 - Estrutura de pesos para as variáveis conjuntas (2005)

Dimensões	Variáveis	Pesos
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica	3,8%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, comércio e serviços	2,7%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	1,8%
	Valor adicionado fiscal per capita	1,4%
Longevidade	Mortalidade perinatal	8,6%
	Mortalidade infantil	7,2%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	5%
	Mortalidade de adultos de 60 anos ou mais	4%
Escolaridade	Taxa de matrículas na pré-escola	27,6%
	Taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª	12,8%
	Taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª	9,7%
	Taxa de matrícula no ensino médio	15,3%

Tabela 7.6 - Estrutura de pesos para a variável riqueza (2005)

Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica	38,9%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, comércio e serviços	25,4%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	23,3%
	Valor adicionado fiscal per capita	12,3%

Tabela 7.7 - Estrutura de pesos para a variável longevidade (2005)

Longevidade	Mortalidade perinatal	53,8%
	Mortalidade infantil	24,7%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	15%
	Mortalidade de adultos de 60 anos ou mais	6,5%

Tabela 7.8 - Estrutura de pesos para a variável escolaridade (2005)

Escolaridade	Taxa de matrículas na pré-escola	52,2%
	Taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª	14,2%
	Taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª	8%
	Taxa de matrícula no ensino médio	25,6%

Cabe ressaltar que tal análise é uma sugestão/possibilidade para o uso e interpretação dos dados, porém os pesos de cada variável podem ser determinados de maneiras diferentes, o que de fato ocorreu no cálculo do IRS. Para essa análise específica, os dados foram primeiramente padronizados e depois foi verificado o percentual de variância de cada variável dentro de sua dimensão. Todo o cálculo foi feito com ajuda da ferramenta Minitab (programa de computador desenvolvido em 1972, voltado para fins estatísticos com a capacidade de executar análises estatísticas complexas).

Os grupos foram constituídos por análise de cluster, que segundo Haddad (1999) consistem de indústrias e instituições que tem ligações particularmente fortes entre si, tanto horizontal quanto verticalmente e focaliza os insumos críticos num sentido geral. Hair (1998) descreve cluster como um conjunto de técnicas estatísticas cujo objetivo é agrupar objetos segundo suas características, formando grupos ou conglomerados homogêneos.

Análise de Clusters é o processo de agrupar um conjunto de objetos físicos ou abstratos em classes de objetos similares. Um cluster é uma coleção de objetos que são semelhantes uns aos outros (de acordo com algum critério de similaridade pré-fixado) e não semelhantes a objetos pertencentes a outros clusters.

A análise de cluster, ou conglomerados, segundo Mingoti (2005) tem como objetivo dividir os elementos de uma amostra em grupos, de forma que elementos pertencentes a um mesmo grupo sejam similares entre si, com respeito às variáveis (características) que neles foram medidas, e que elementos em grupos diferentes sejam heterogêneos em relação a estas mesmas características.

As técnicas para construção de clusters são classificadas em dois tipos: técnicas hierárquicas e não hierárquicas.

As técnicas hierárquicas são utilizadas em análises exploratórias dos dados, visando à identificação de possíveis agrupamentos e o valor provável do número de grupos, enquanto o uso de métodos não hierárquicos requer que o número de clusters seja previamente especificado (MINGOTI, 2005).

Tabela 7.9 - Parâmetros para a Classificação dos Municípios ano 2003, 2005 e 2007

Dimensões	Alta			Média			Baixa		
	2003	2005	2007	2003	2005	2007	2003	2005	2007
Riqueza	53 a 40	49 a 41	50 a 41	39 a 26	40 a 27	40 a 26	25 a 3	26 a 5	25 a 5
Longevidade	91 a 78	93 a 79	91 a 72	77 a 61	78 a 56	71 a 55	60 a 25	55 a 17	54 a 25
Escolaridade	75 a 64	84 a 75	89 a 83	63 a 50	74 a 55	82 a 61	49 a 7	54 a 16	60 a 4

Grupos

- Grupo 1
Constituído por municípios com alta riqueza.
- Grupo 2
Formado por municípios com riqueza média.
- Grupo 3
Inclui municípios que apresentam baixa riqueza e escolaridade que não seja baixa.
- Grupo 4
Composto por municípios com riqueza e escolaridade baixas e longevidade alta ou média.
- Grupo 5
Formado por municípios com riqueza, escolaridade e longevidade baixas.

Figura 7.1 - Classificação dos Municípios ano 2003

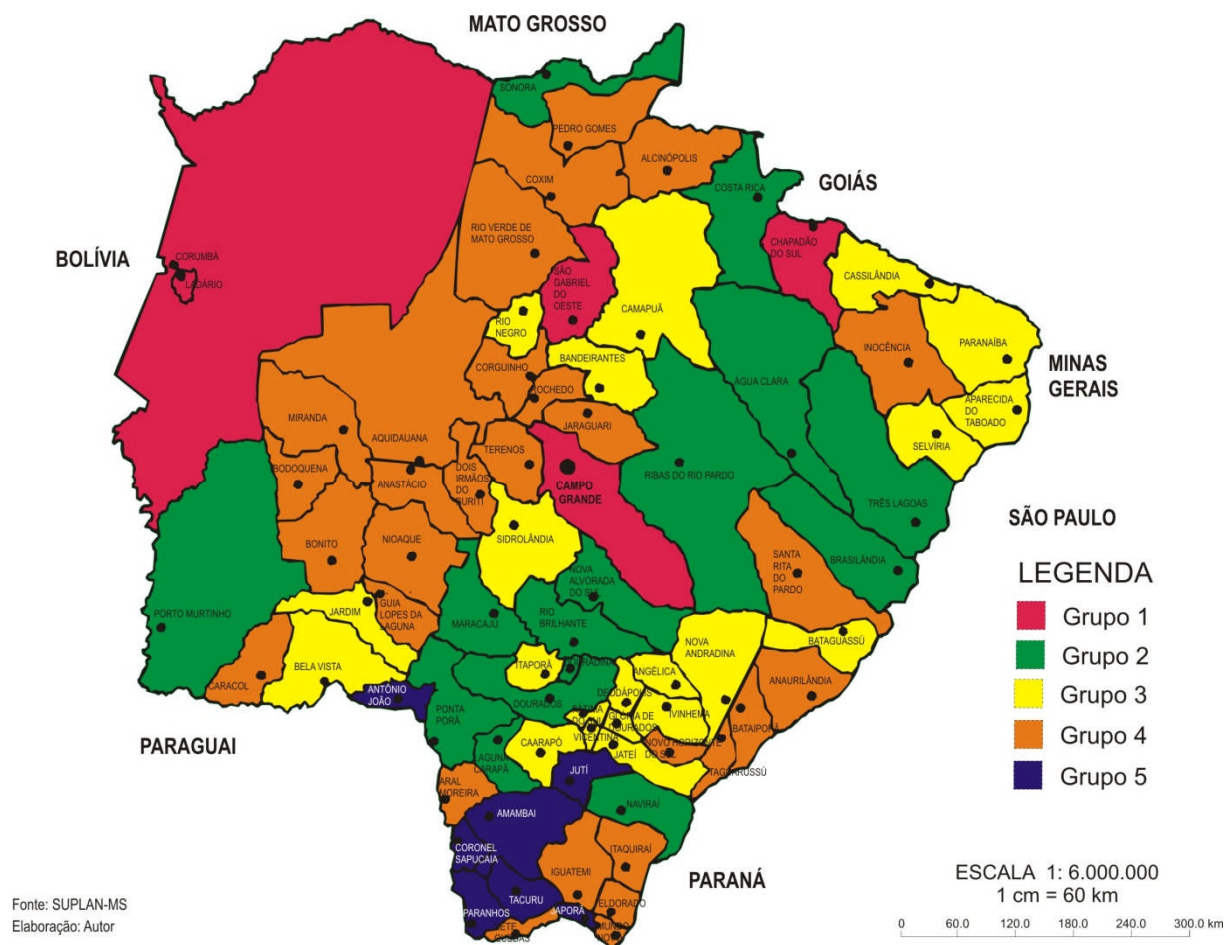


Figura 7.2 - Classificação dos Municípios ano 2005

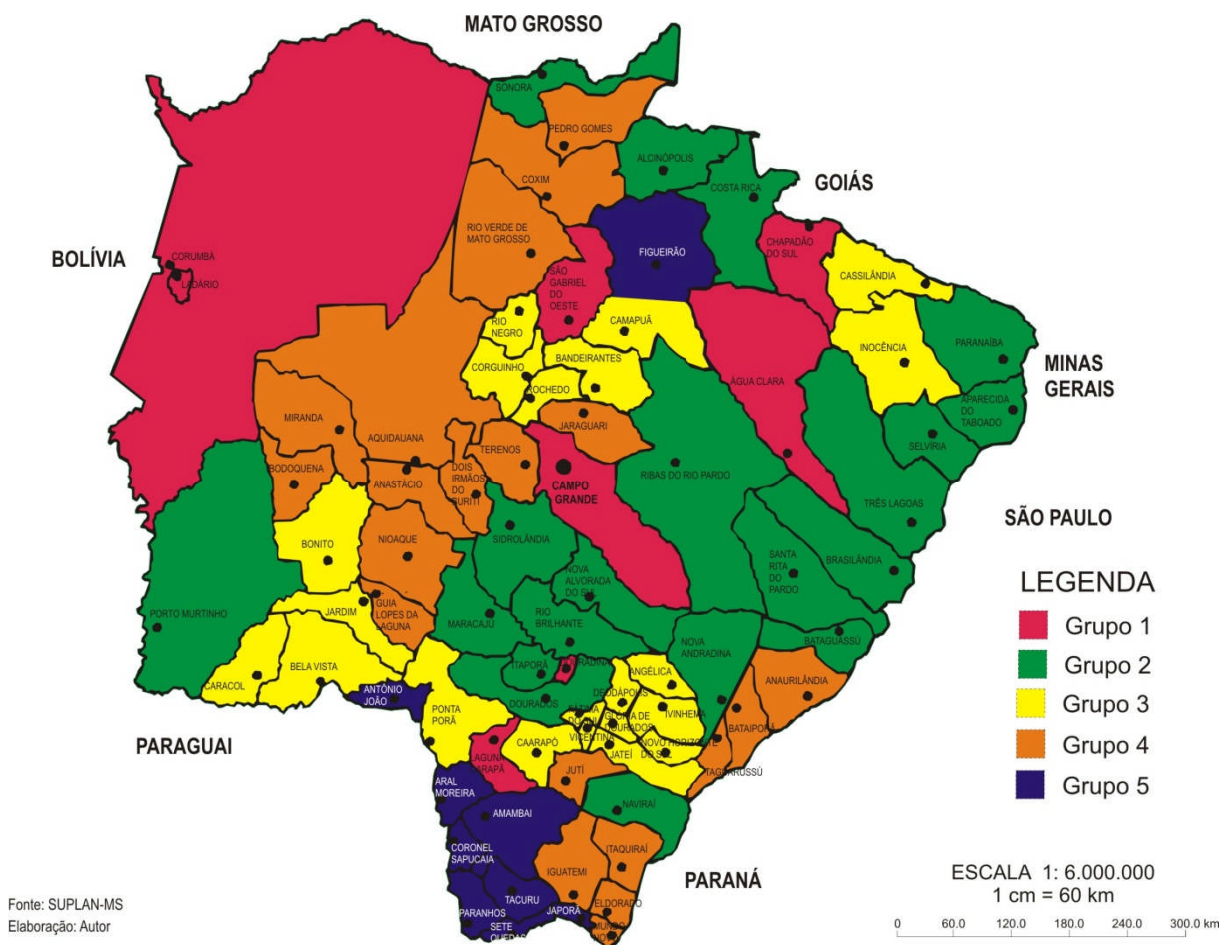
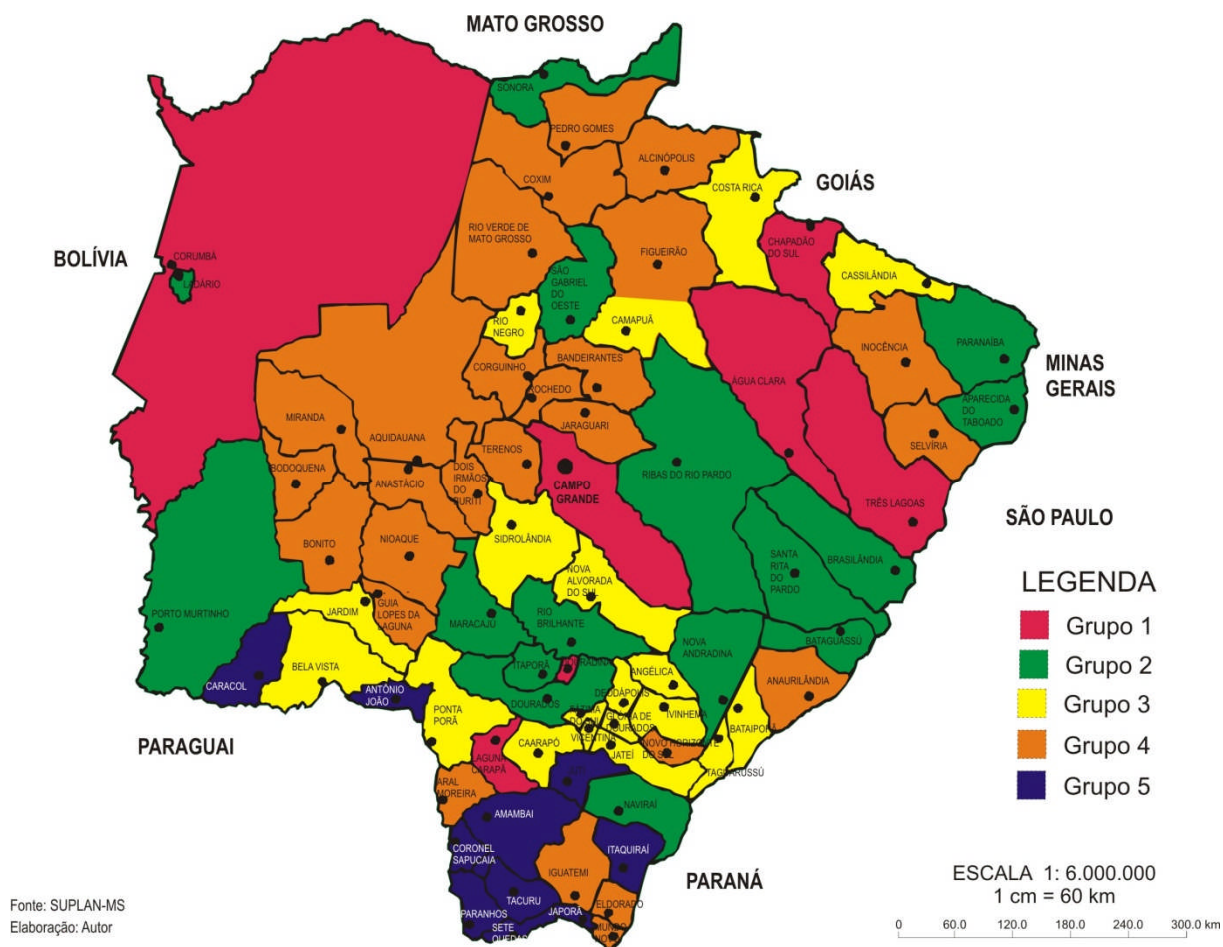


Figura 7.3 - Classificação dos Municípios ano 2007



O Grupo 1 foi constituído por municípios com alta riqueza; longevidade alta, média ou baixa e escolaridade alta, média ou baixa. Para o ano de 2003, fizeram parte desse grupo os municípios de Chapadão do Sul, Campo Grande, São Gabriel do Oeste, Corumbá e Ladário.

No ano de 2005, o Grupo 1 foi ampliado, incorporando também os municípios de Douradina, Água Clara e Laguna Carapã.

Para o ano de 2007, os municípios de São Gabriel do Oeste e Ladário saíram do grupo e o município de Três Lagoas foi incorporado.

O Grupo 2 é constituído por municípios com média riqueza; longevidade alta, média ou baixa e escolaridade alta, média ou baixa. Para o ano de 2003, fizeram parte desse grupo os municípios de Sonora, Maracaju, Rio Brilhante, Três Lagoas, Naviraí, Costa Rica, Dourados, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Laguna Carapã, Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Douradina e Porto Murtinho.

Em 2005, o Grupo 2 perdeu para o Grupo 1 os municípios de Douradina, Laguna Carapã e Água Clara. E foi para o Grupo 3 o município de Ponta Porã. O Grupo 2 incorporou os municípios de Itaporã, Bataguassu, Aparecida do Taboado, Sidrolândia, Selvíria, Paranaíba e Nova Andradina, que vieram do Grupo 3, além de Alcinópolis e Santa Rita do Rio Pardo que estavam no Grupo 4 em 2003.

Para o ano de 2007 foram incorporados os municípios de Ladário e São Gabriel do Oeste. Deixaram de fazer parte do grupo os municípios de Três Lagoas, Costa Rica, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Selvíria e Alcinópolis.

O Grupo 3 é composto por municípios que apresentam baixa riqueza; alta, média ou baixa longevidade e alta ou média escolaridade. Em 2003, estavam nesse grupo os municípios de Angélica, Vicentina, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Deodápolis, Ivinhema, Glória de Dourados, Bandeirantes, Fátima do Sul, Caarapó, Itaporã, Jateí, Bataguassu, Jardim, Sidrolândia, Bela Vista, Paranaíba, Nova Andradina, Rio Negro e Camapuã.

No levantamento referente a 2005, o Grupo 3 perdeu municípios para o Grupo 2 e incorporou Caracol, Rochedo, Inocência, Corguinho, Novo Horizonte do Sul e Bonito que, em 2003, estavam no Grupo 4. Ponta Porã, que estava no Grupo 2, passou para o Grupo 3.

Para 2007 os municípios de Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul, Bataiporã, Costa Rica e Taquarussu entraram no grupo. Porém os municípios de Bandeirantes, Caracol, Rochedo, Inocência, Corguinho, Novo Horizonte do Sul e Bonito deixaram de fazer parte.

O Grupo 4 se compõe de municípios com baixa riqueza; alta e média longevidade e baixa escolaridade. Em 2003, faziam parte desse grupo os municípios de Alcínópolis, Caracol, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, Novo Horizonte do Sul, Jaraguari, Anaurilândia, Nioaque, Coxim, Itaquiraí, Bonito, Corguinho, Aquidauana, Iguatemi, Santa Rita do Pardo, Rochedo, Inocência, Terenos, Eldorado, Anastácio, Aral Moreira, Miranda, Bodoquena, Sete Quedas, Guia Lopes da Laguna, Mundo Novo, Taquarussu, Bataiporã e Dois Irmãos do Buriti.

No ano de 2005, permaneceram nesse grupo os municípios de Jaraguari, Taquarussu, Rio Verde de Mato Grosso, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Bataiporã, Anaurilândia, Pedro Gomes, Eldorado, Terenos, Bodoquena, Coxim, Aquidauana, Miranda, Itaquiraí, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Iguatemi e Mundo Novo. Foram para o Grupo 3 os seis municípios mencionados e para o Grupo 5 os municípios de Aral Moreira e Sete Quedas. Incorporou o município de Juti, que em 2003 estava no Grupo 5.

Para 2007 saíram do grupo Bataiporã e Itaquiraí. Retornaram ao grupo Corguinho, Aral Moreira, Novo Horizonte do Sul. Entraram no grupo os municípios de bandeirantes, Alcínópolis, Selvíria, Rochedo, Inocência, Figueirão e Bonito.

O Grupo 5 é constituído por municípios com baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade. Em 2003, dele faziam parte os municípios de Antonio João, Amambai, Juti, Paranhos, Tacuru, Coronel Sapucaia e Japorã.

Em 2005, esse grupo cedeu o município de Juti para o Grupo 4 e congregou os municípios de Aral Moreira e Sete Quedas, que estavam no Grupo 3 em 2003, bem como o novo município de Figueirão.

Em 2007 Juti retornou ao grupo 5 e Caracol e Itaquiraí entraram no grupo. Figueirão e Aral Moreira saíram do grupo.

8. GRUPOS POR REGIÃO

8.1. Bolsão

Figura 8.1.1 – Região do Bolsão 2003

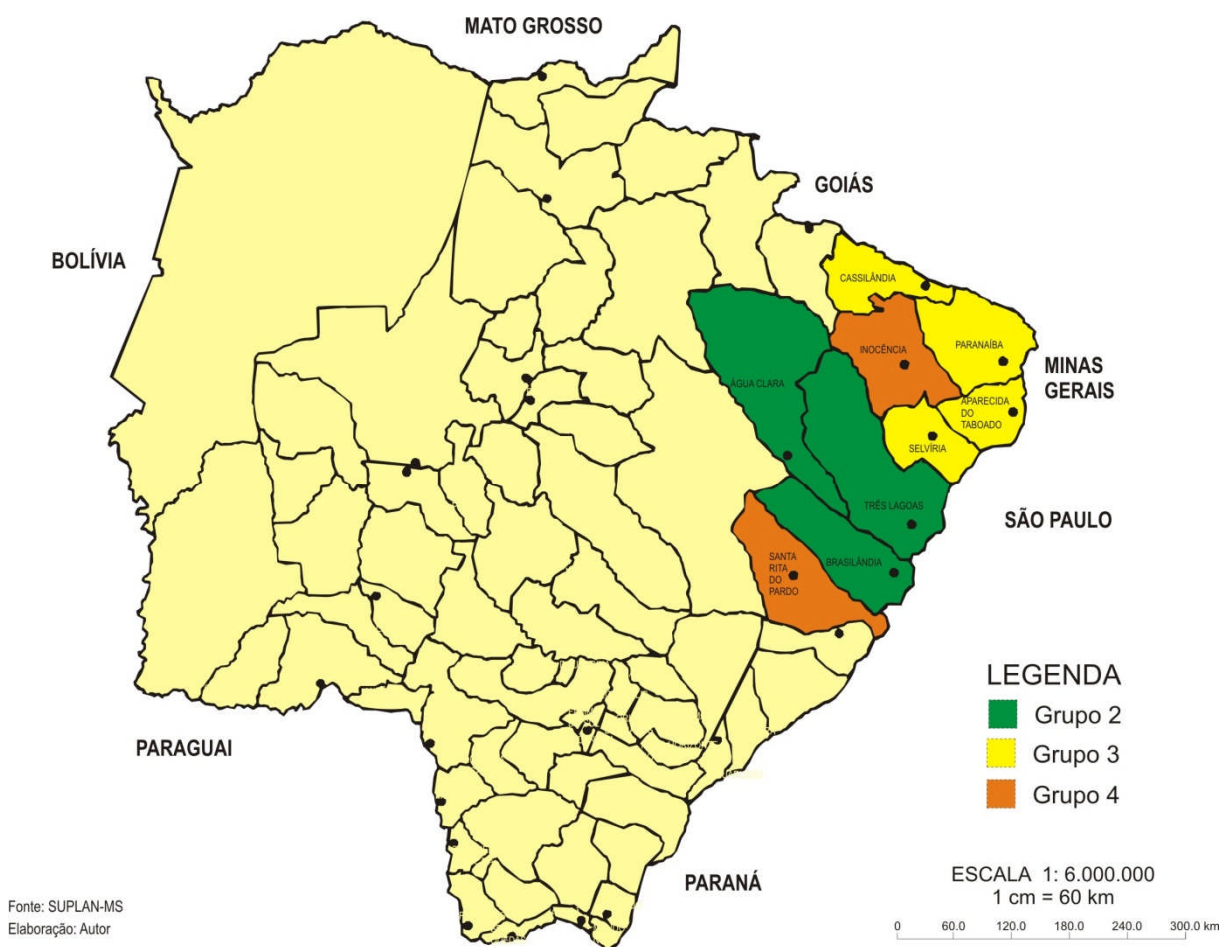


Figura 8.1.2 - Região do Bolsão 2005

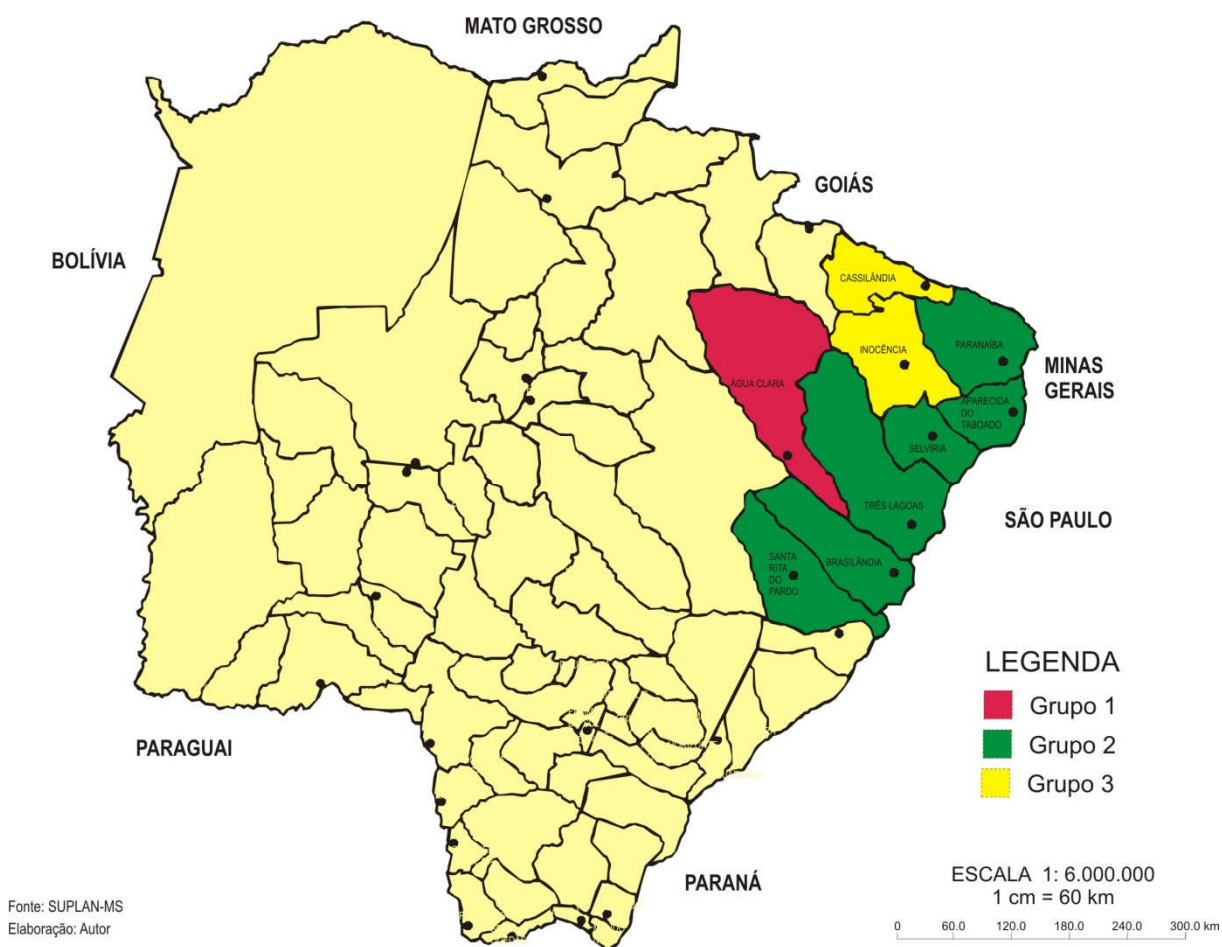
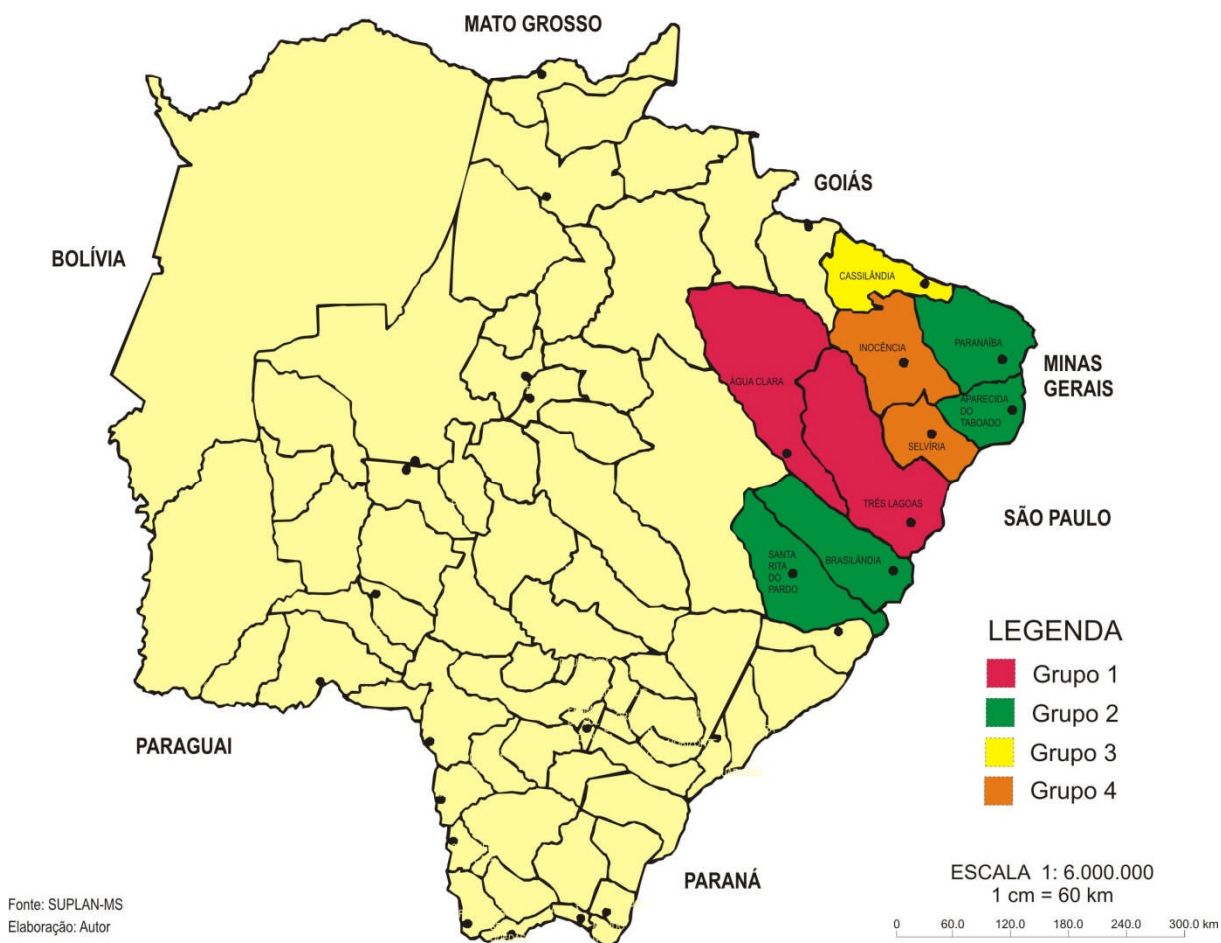


Figura 8.1.3 - Região do Bolsão 2007



A região do Bolsão, caracteriza-se no ano de 2005 por predominância de municípios inseridos no grupo 2. Sendo possível observar também que o município de Água Clara está inserido no grupo 1, caracterizando assim uma melhora da região em relação ao ano de 2003 no que tange o IRS e suas dimensões, pois em 2003 haviam municípios no grupo 4 e a predominância da região estava dividida entre os grupos 2 e 3, não havendo ainda a cidade de Água Clara entrado no grupo 1.

8.2. Campo Grande

Figura 8.2.1 - Região de Campo Grande 2003

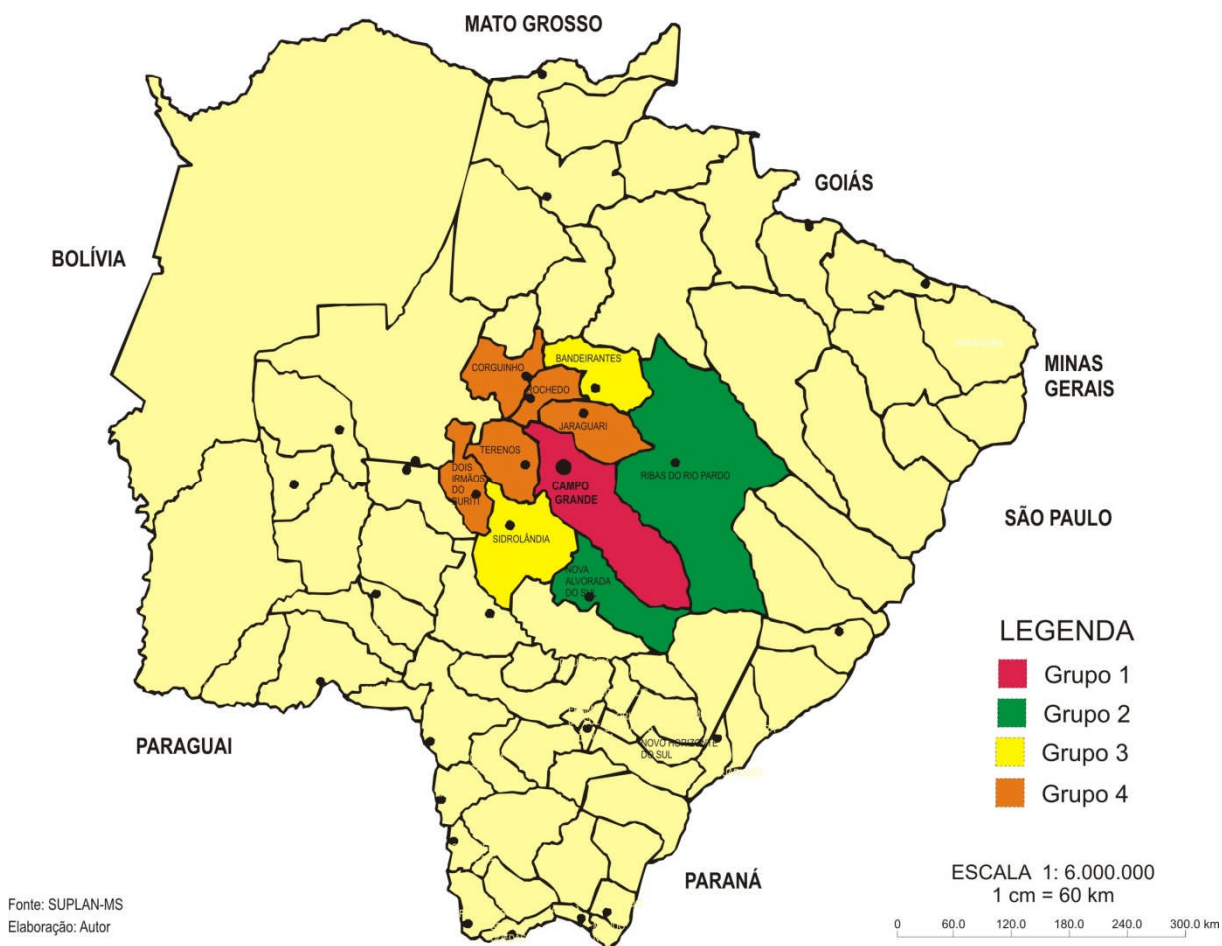


Figura 8.2.2 - Região de Campo Grande 2005

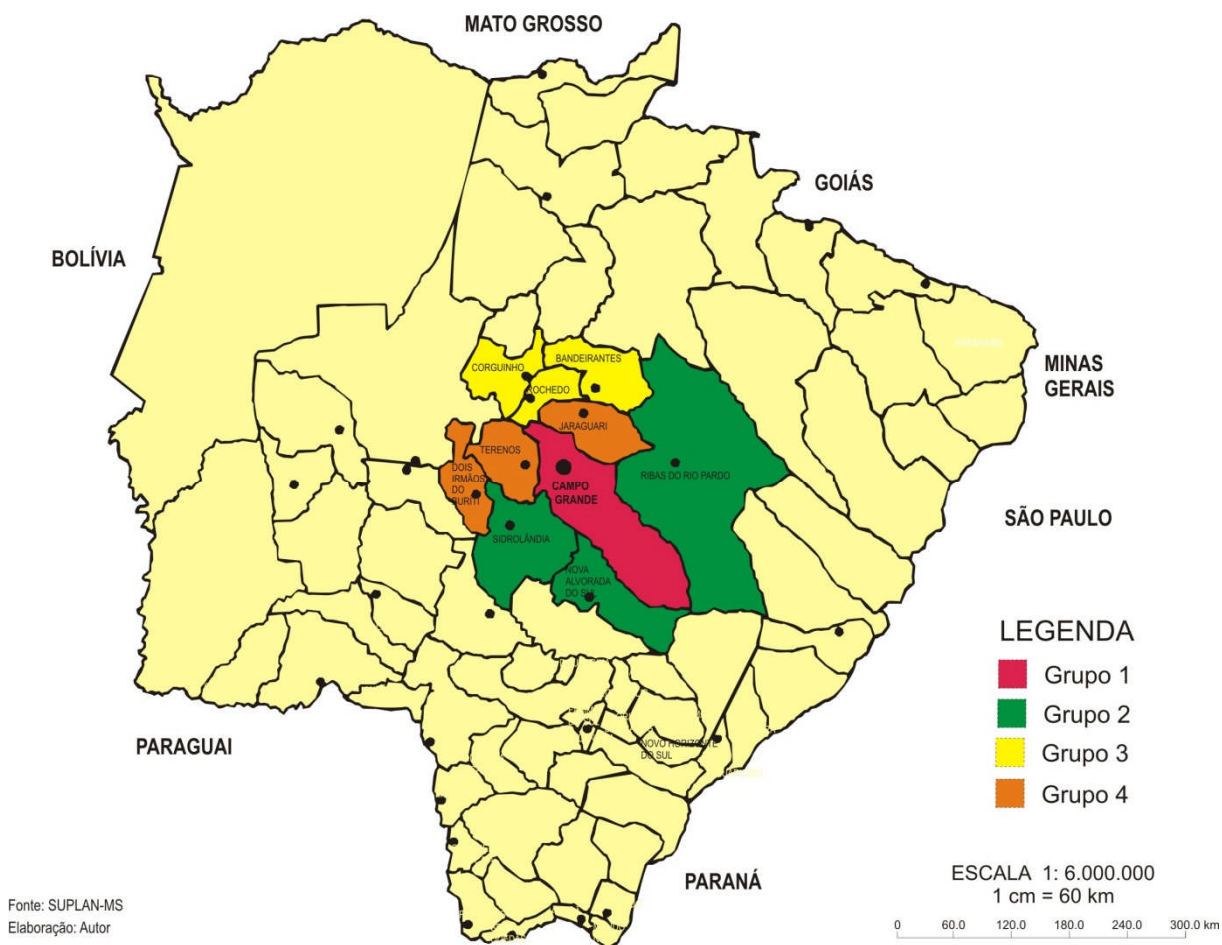
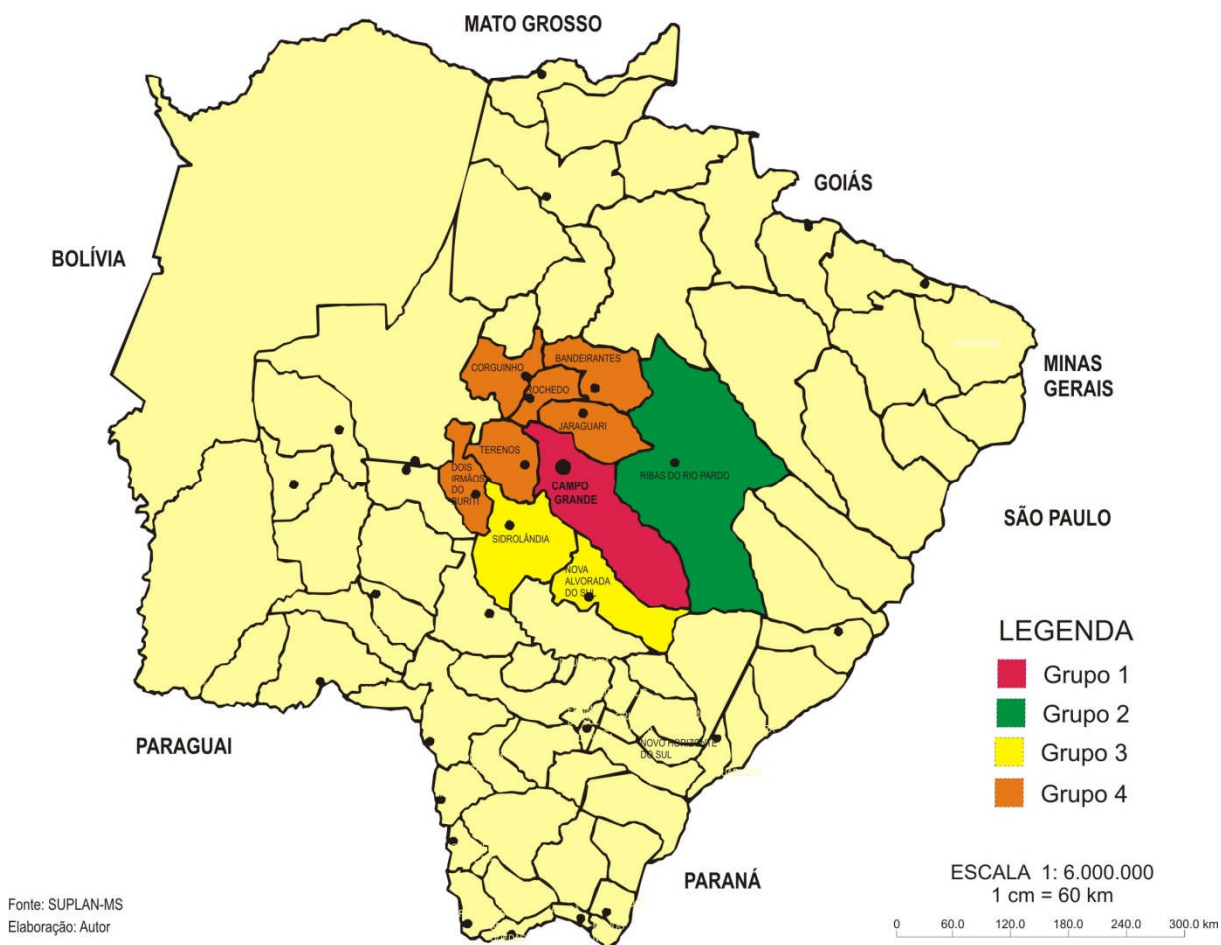


Figura 8.2.3 - Região de Campo Grande 2007



A região de Campo Grande teve uma melhora na classificação de grande parte de seus municípios do ano de 2003 para o ano de 2005, caracterizando alguns bons índices. Porém somente a capital do estado alcançou em ambos os anos números que a colocaram dentro do principal grupo do indicador.

8.3. Conesul

Figura 8.3.1 - Região do Conesul 2003

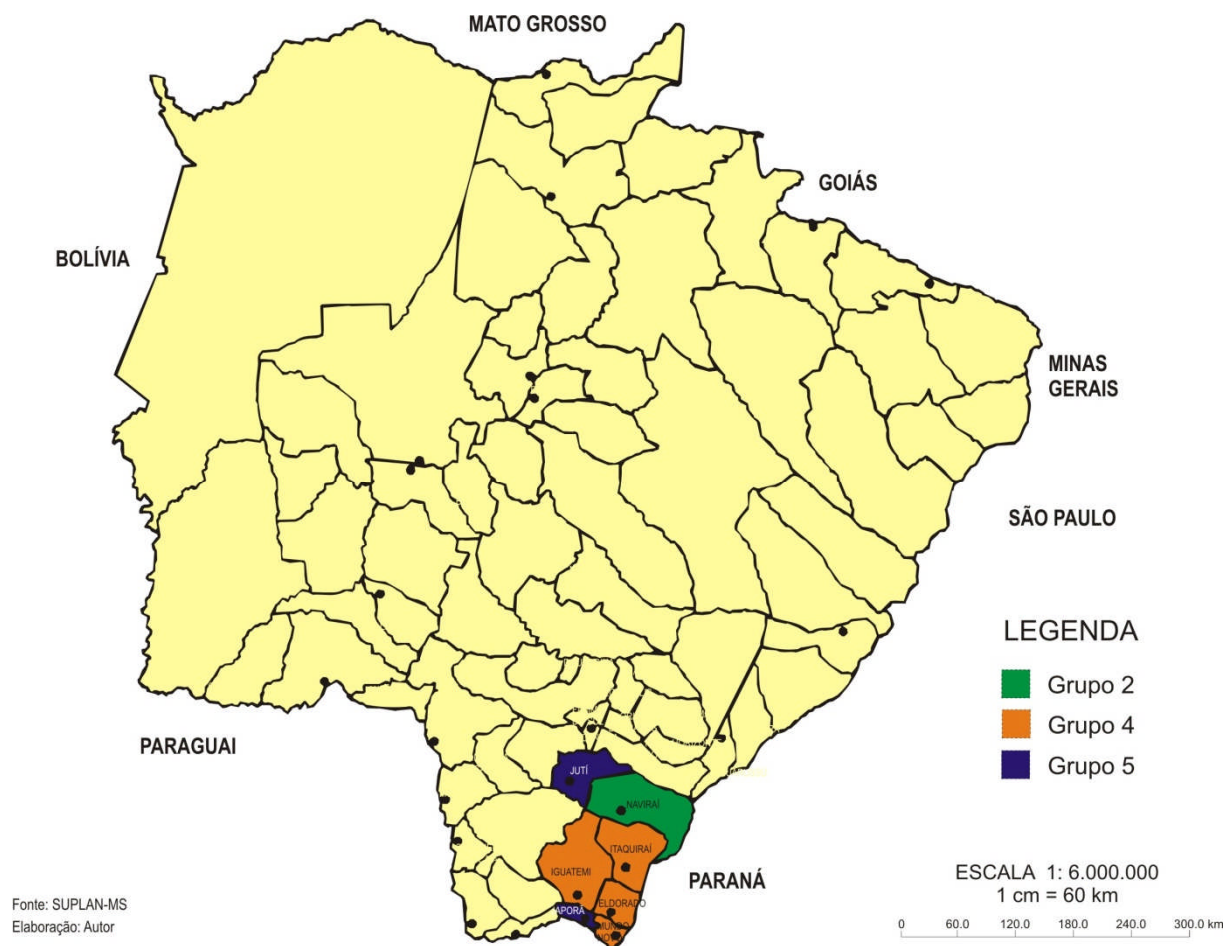


Figura 8.3.2 - Região do Conesul 2005

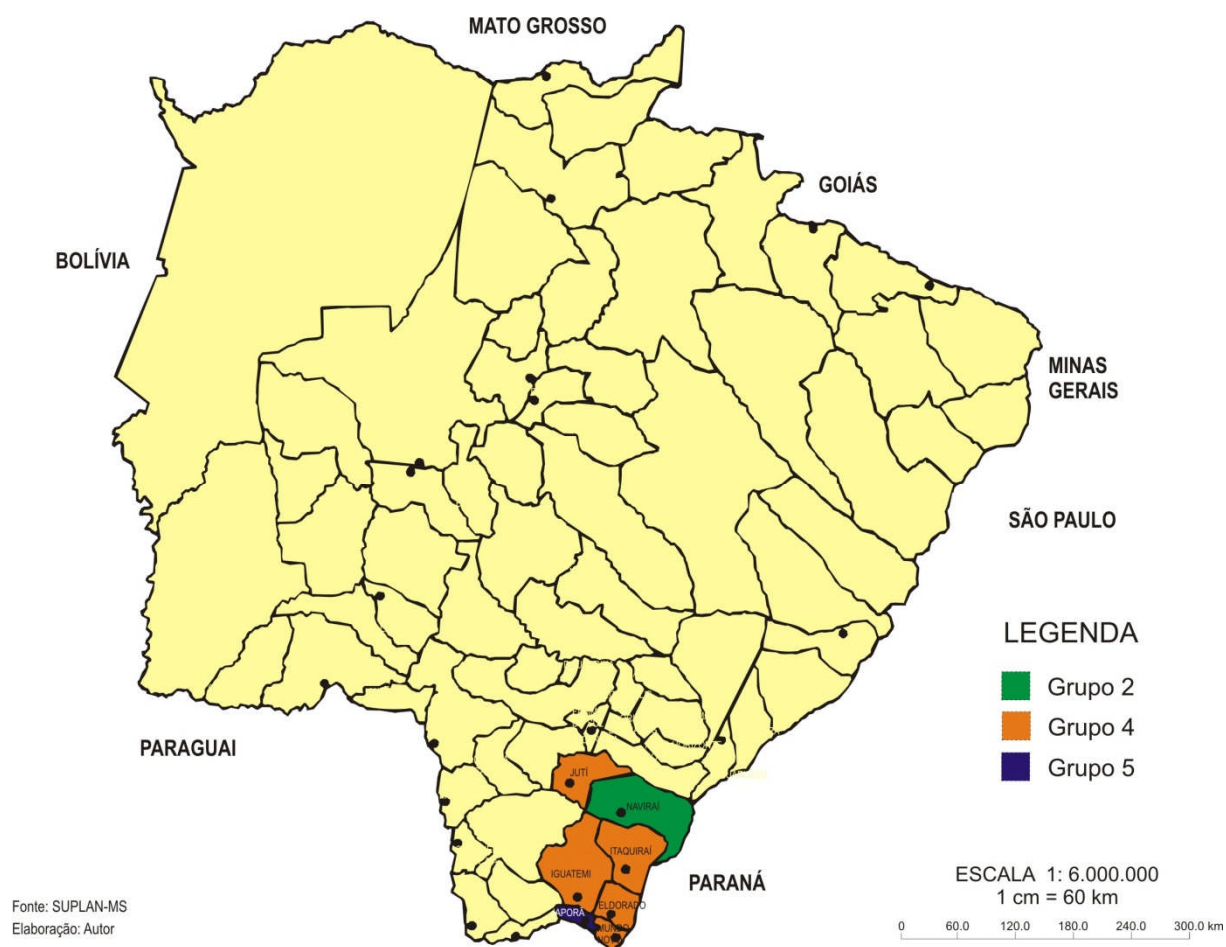
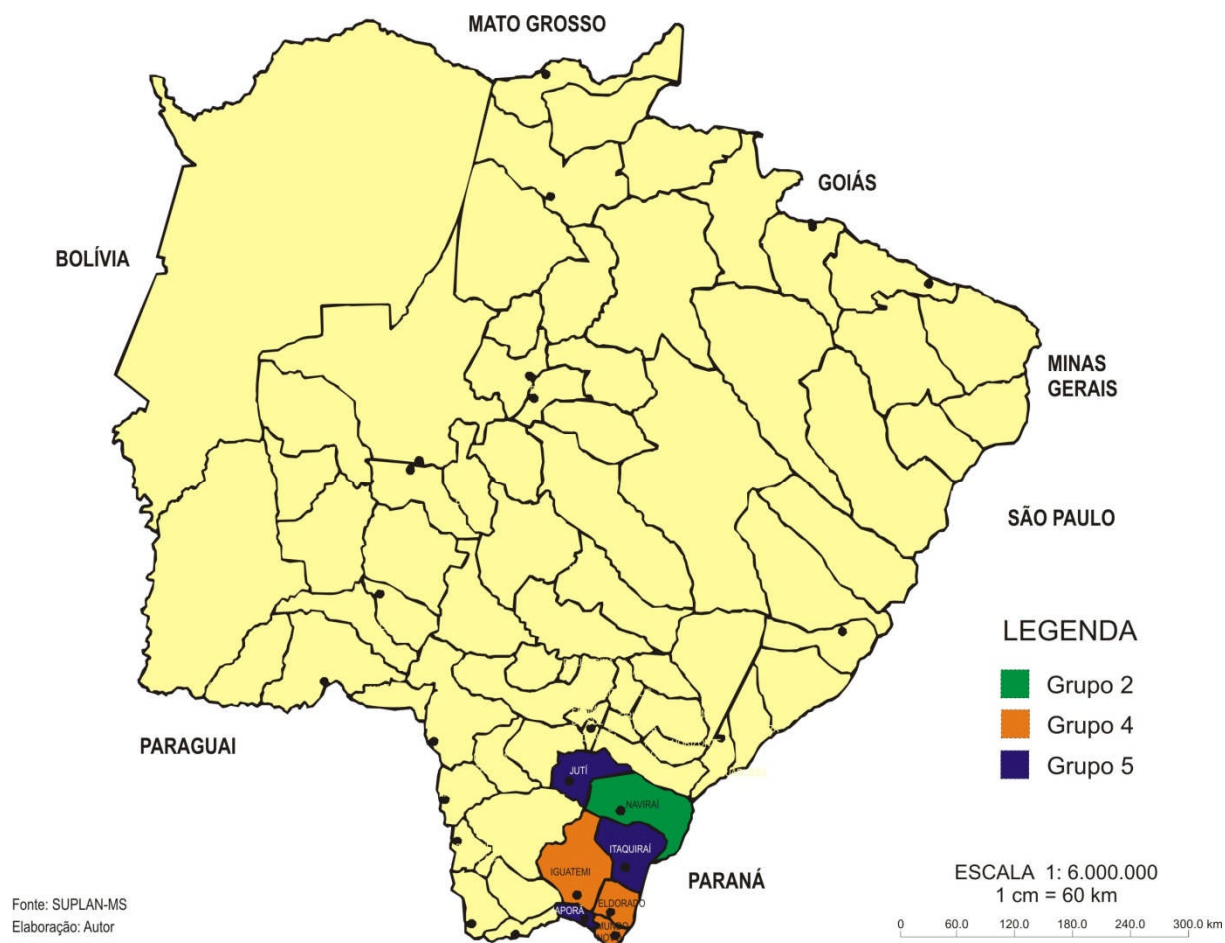


Figura 8.3.3 - Região do Conesul 2007



A região do Conesul não possui grandes números dentre seus municípios, sendo a maior parte deles classificados no grupo com baixa riqueza e escolaridade. Podemos observar que do ano de 2003 para o ano de 2005 houve uma melhora ao menos no município de Juti, que conseguiu elevar sua classificação, saindo do grupo que indicava além de riqueza e escolaridade baixas, a longevidade baixa.

8.4. Grande Dourados

Figura 8.4.1 - Região da Grande Dourados 2003

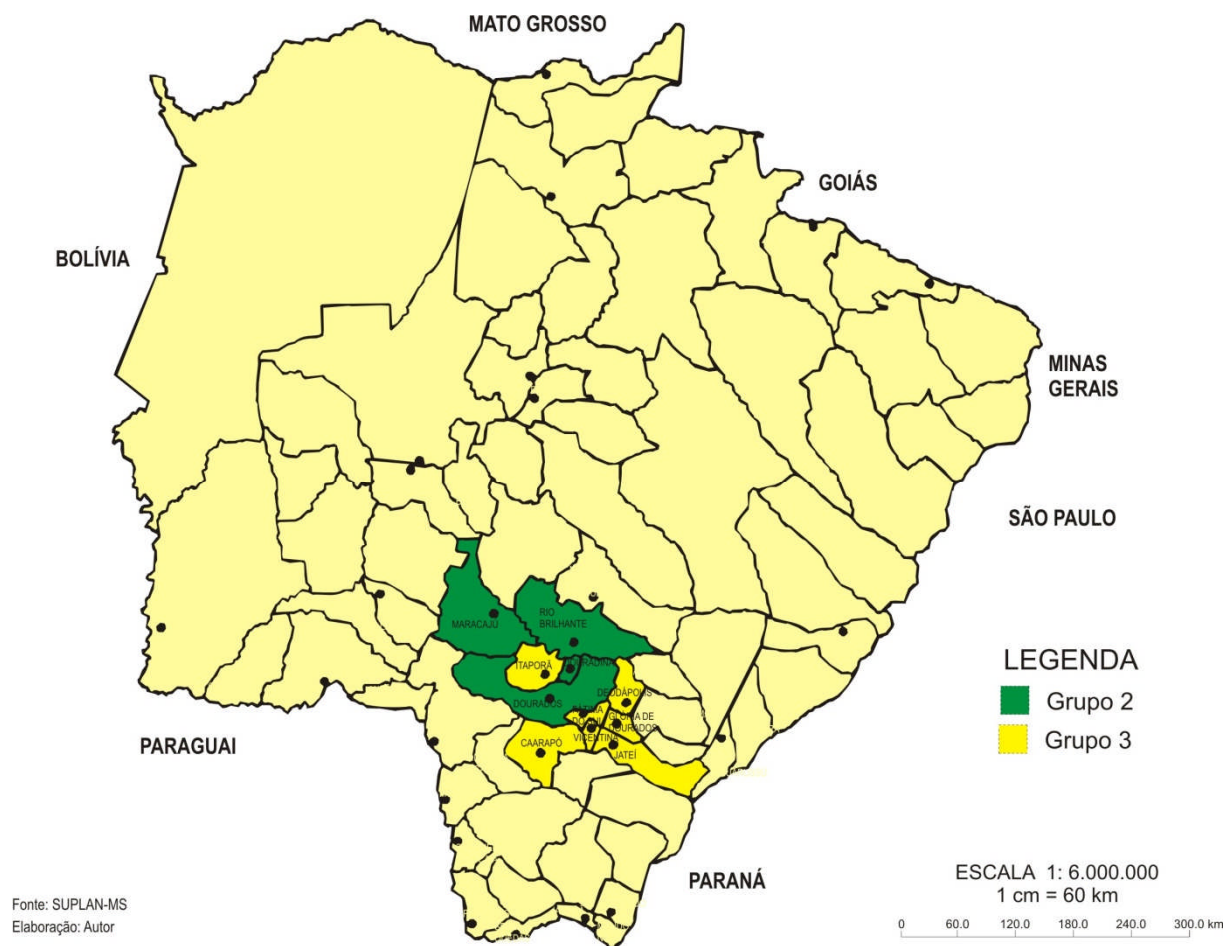
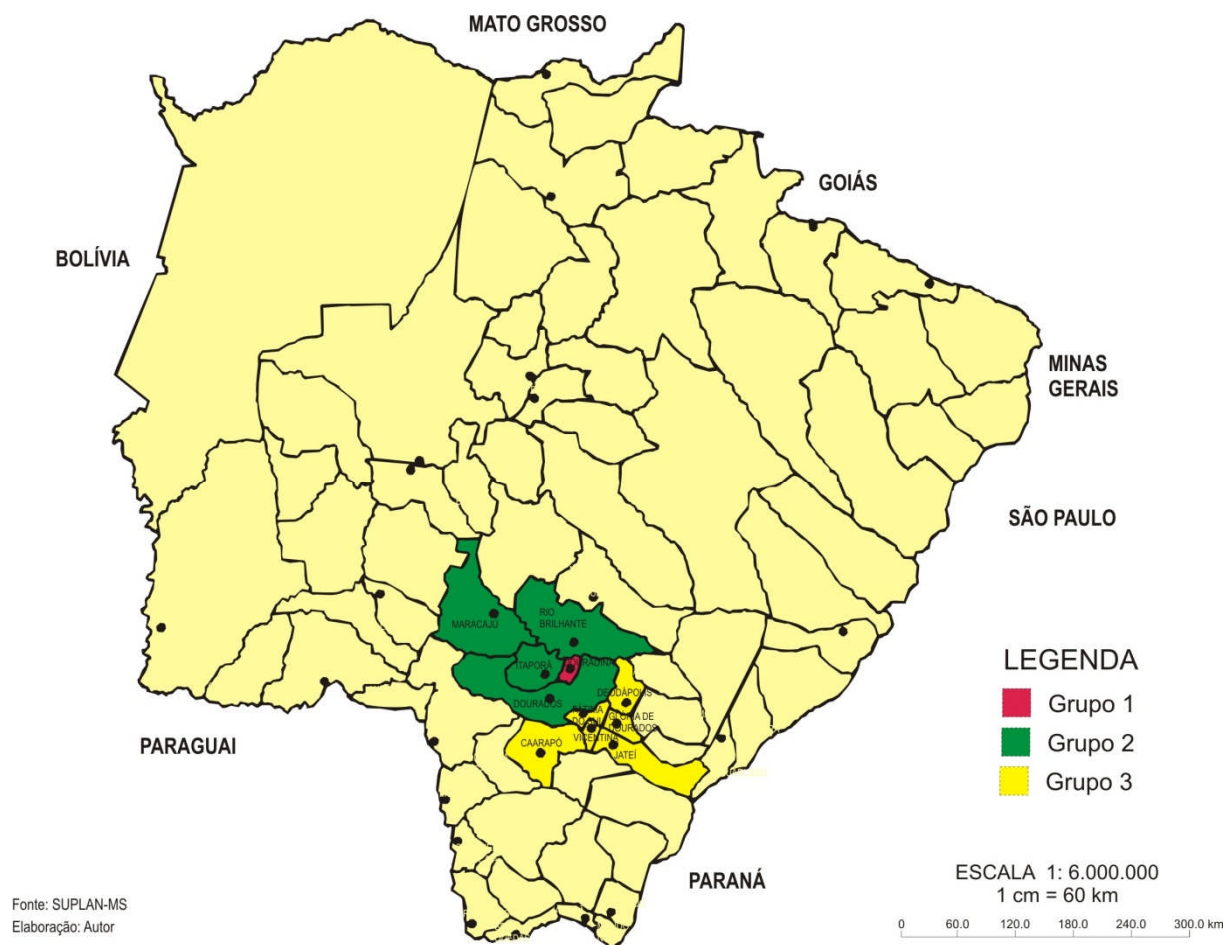


Figura 8.4.2 - Região da Grande Dourados 2005 e 2007



Na região da Grande Dourados no ano de 2003 todos os municípios foram classificados em grupos próximos, no caso o 2 ou o 3. Para o ano de 2005, o município de Douradina conseguiu classificação entre os municípios que apresentam alta riqueza, mostrando assim uma evolução na região.

8.5. Leste

Figura 8.5.1 - Região Leste 2003

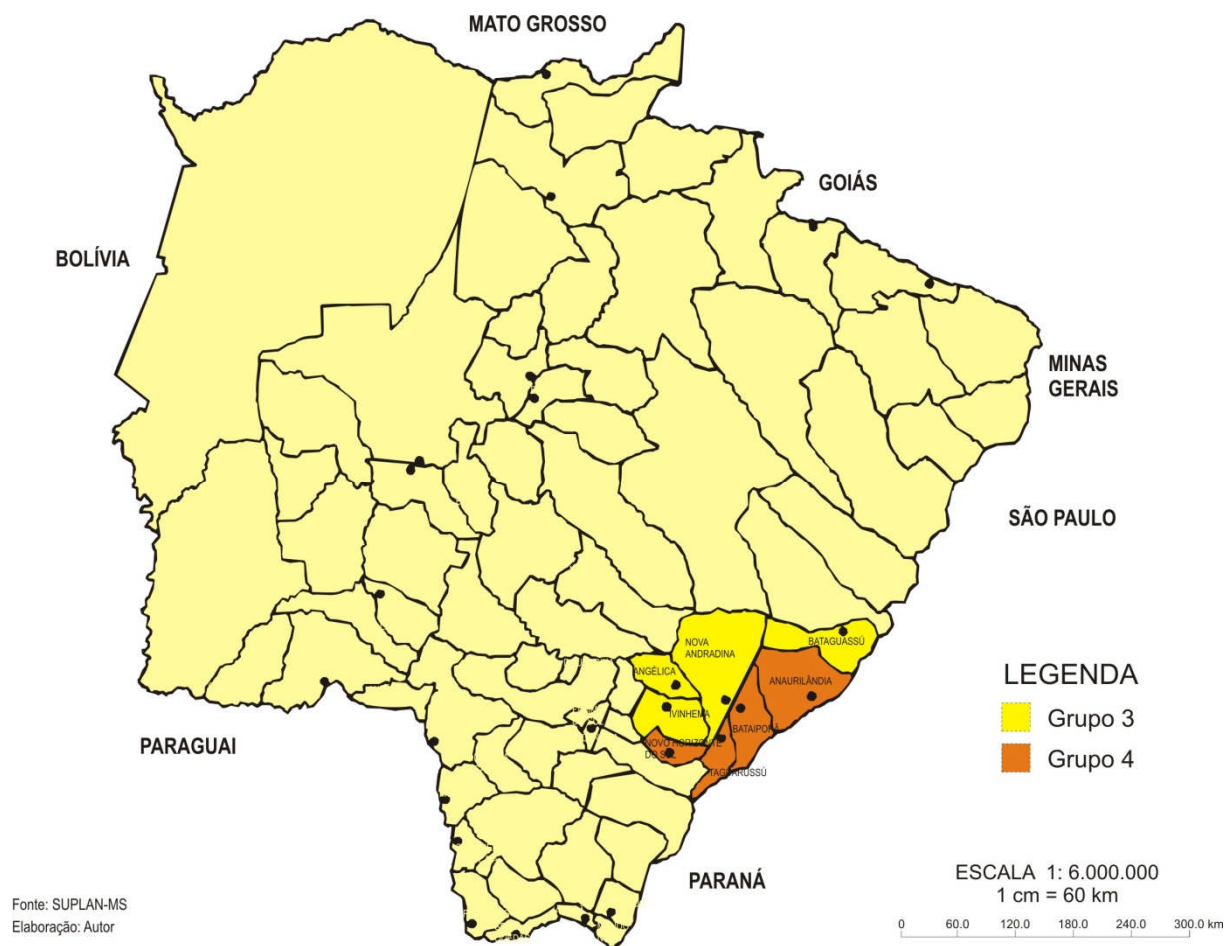


Figura 8.5.2 - Região Leste 2005

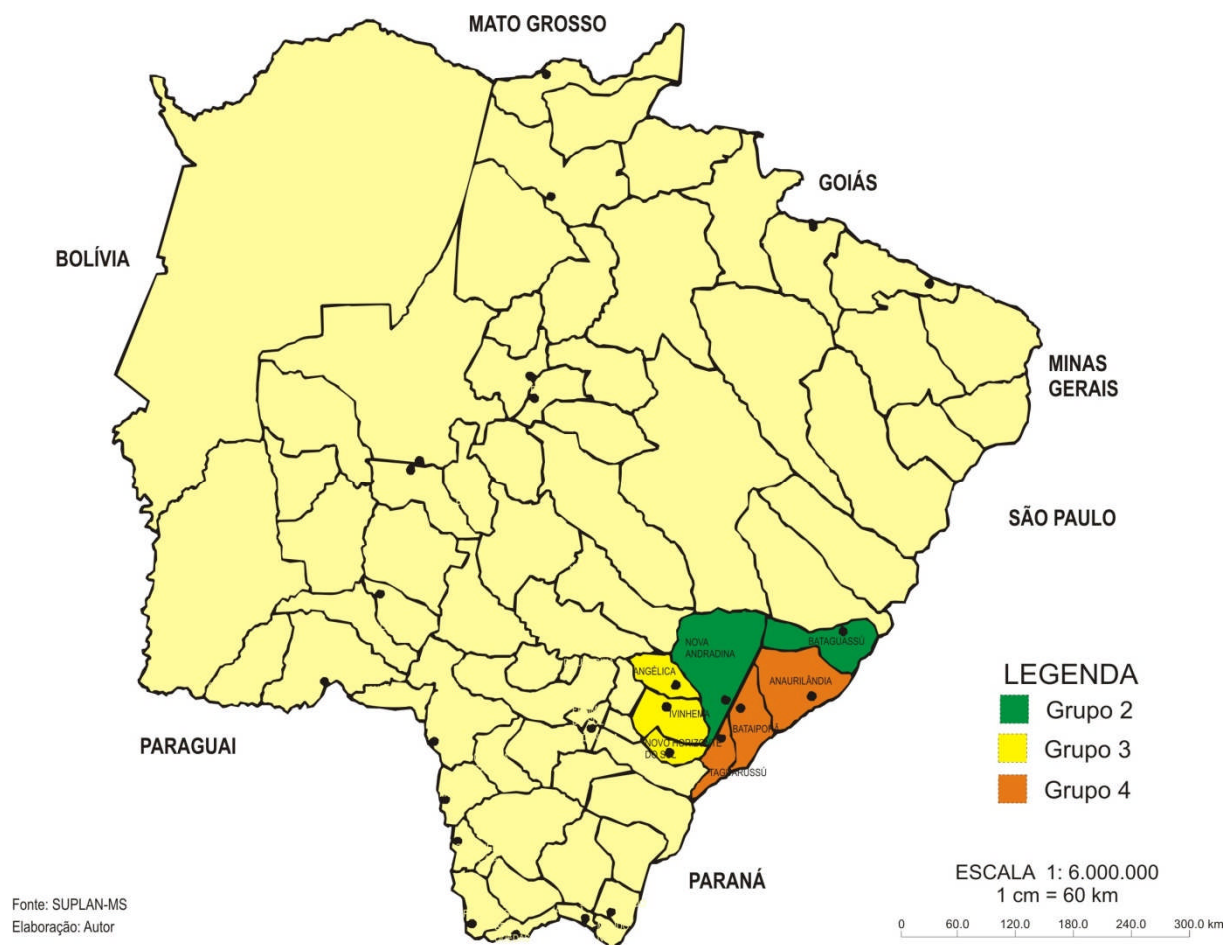
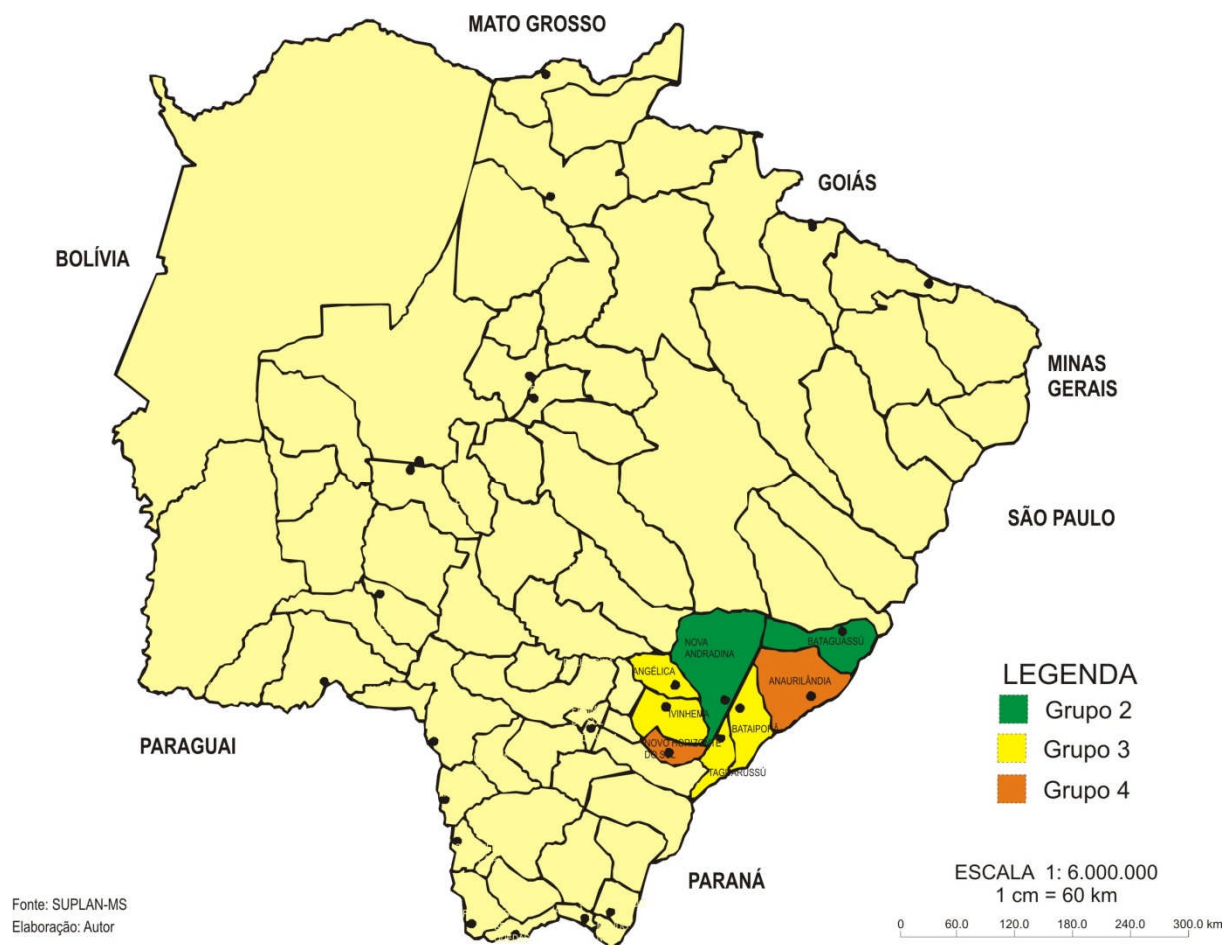


Figura 8.5.3 - Região Leste 2007



A região Leste em 2003 apresentava um comportamento homogêneo, pois todos seus municípios possuíam índices baixos de riqueza. Em 2005, houve uma melhora nesse quadro e Bataguassú e Nova Andradina começaram a figurar não mais entre aqueles com baixa riqueza.

8.6. Norte

Figura 8.6.1 - Região Norte 2003

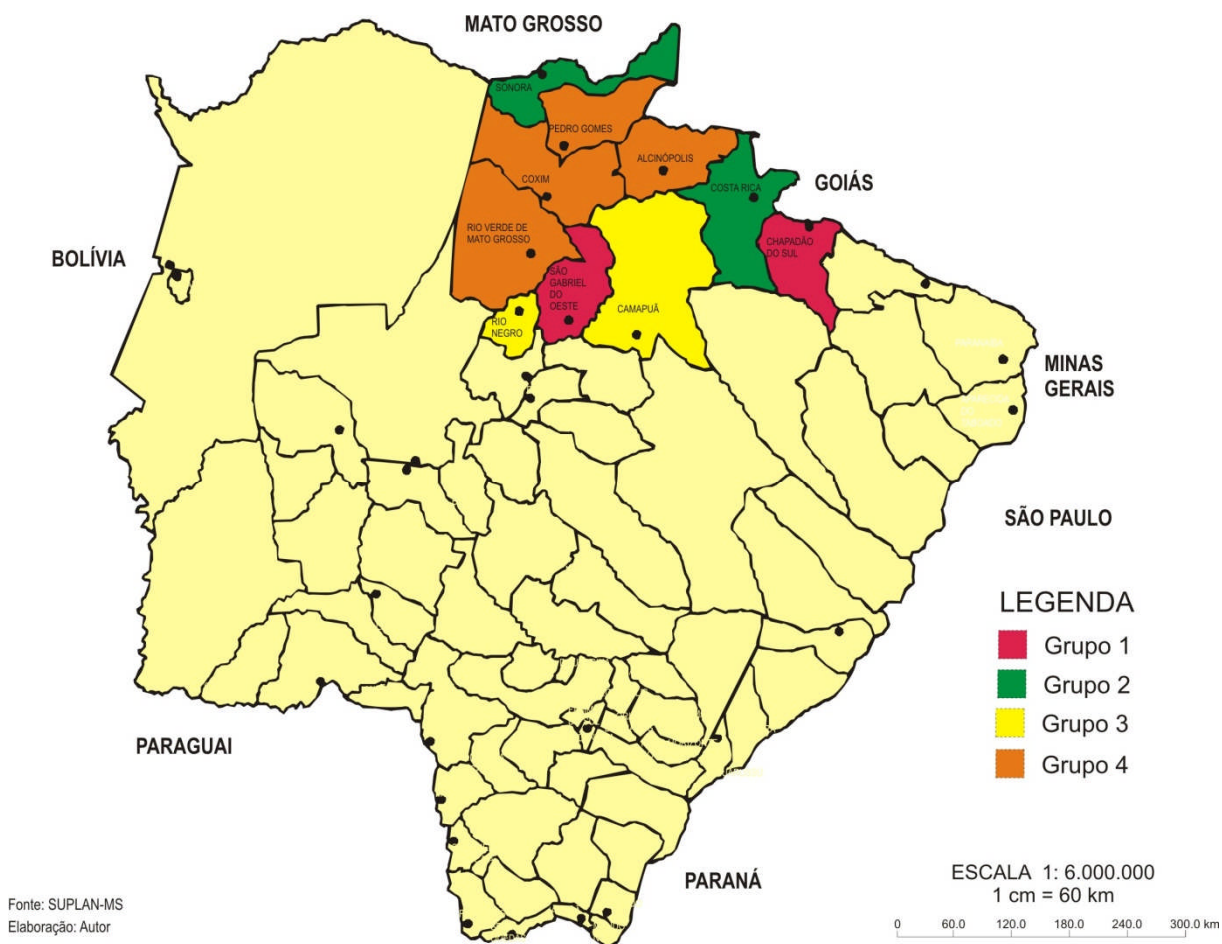


Figura 8.6.2 - Região Norte 2005

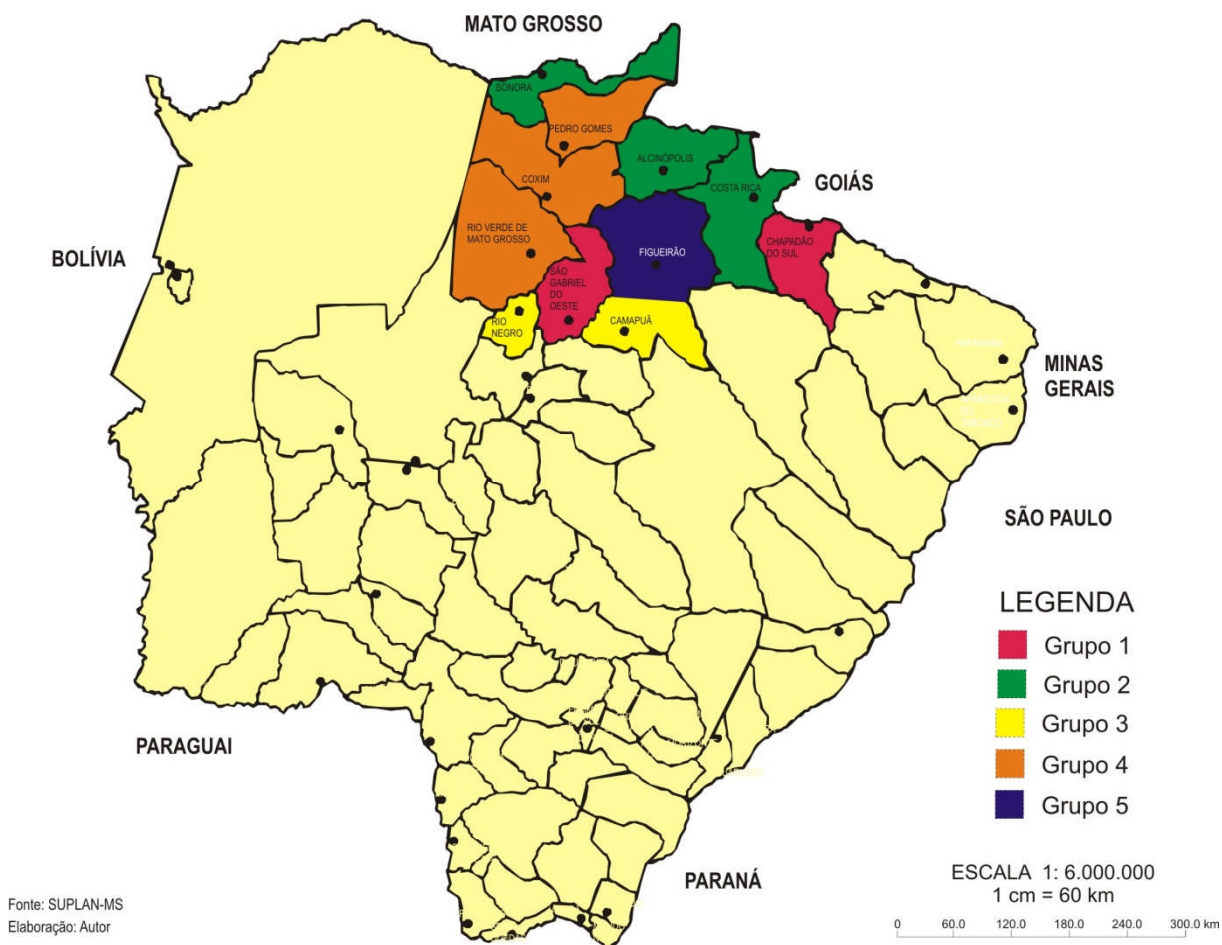
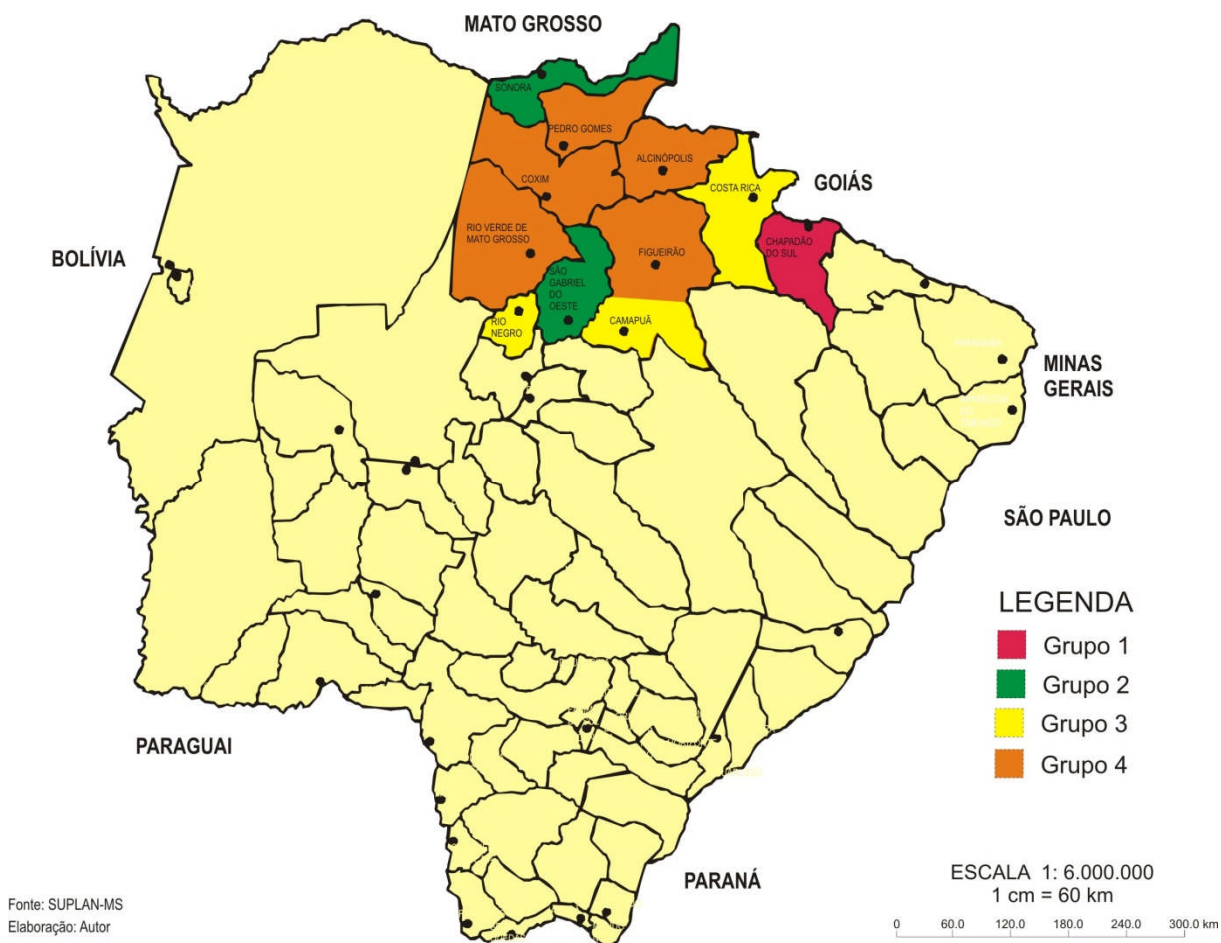


Figura 8.6.3 - Região Norte 2007



A região Norte é a região mais heterogênea do estado, apresentando municípios em todos os grupos no ano de 2005 e em quase todos os grupos no ano de 2003. Há uma particularidade nesta região, Figueirão só foi oficializado como município em 2003, por isso seus dados só foram obtidos para 2005. Os municípios de São Gabriel do Oeste e Chapadão do Sul estão presentes no grupo dos possuidores de riqueza alta em ambos os anos. Todos os municípios permaneceram na mesma classificação de grupos de 2003 para 2005, somente Alcinópolis foi exceção e melhorou seus indicadores passando a integrar o grupo 2.

8.7. Sudoeste

Figura 8.7.1 - Região Sudoeste 2003

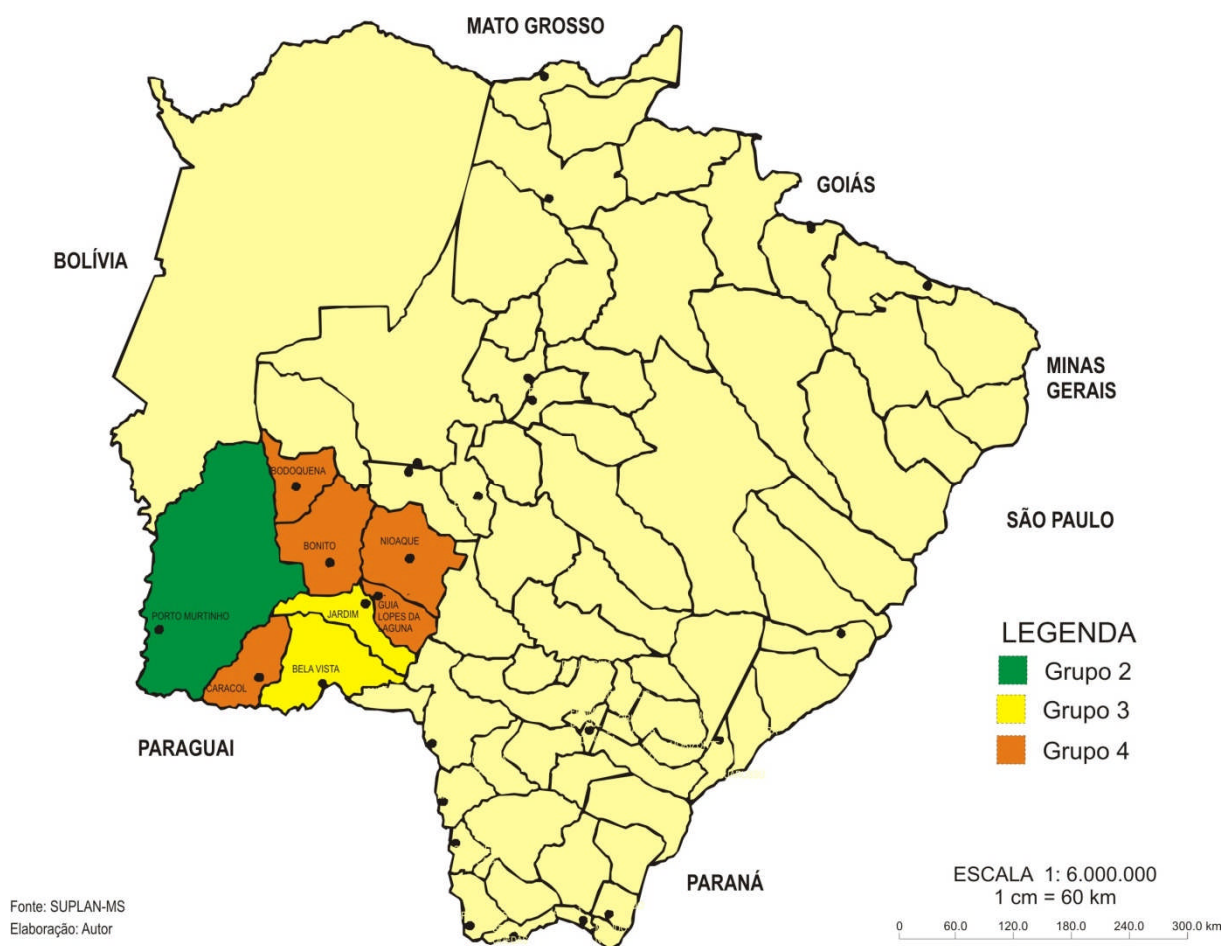


Figura 8.7.2 - Região Sudoeste 2005

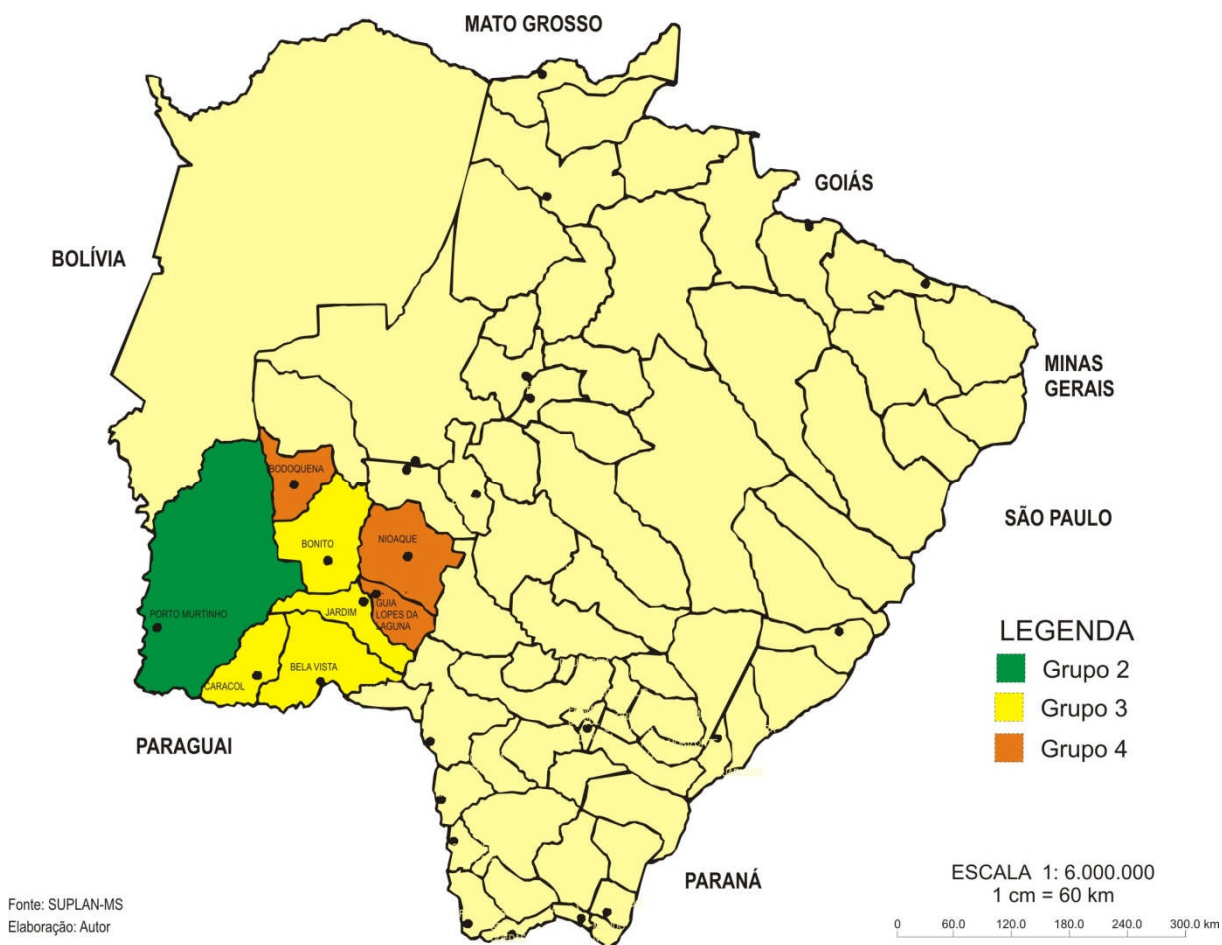
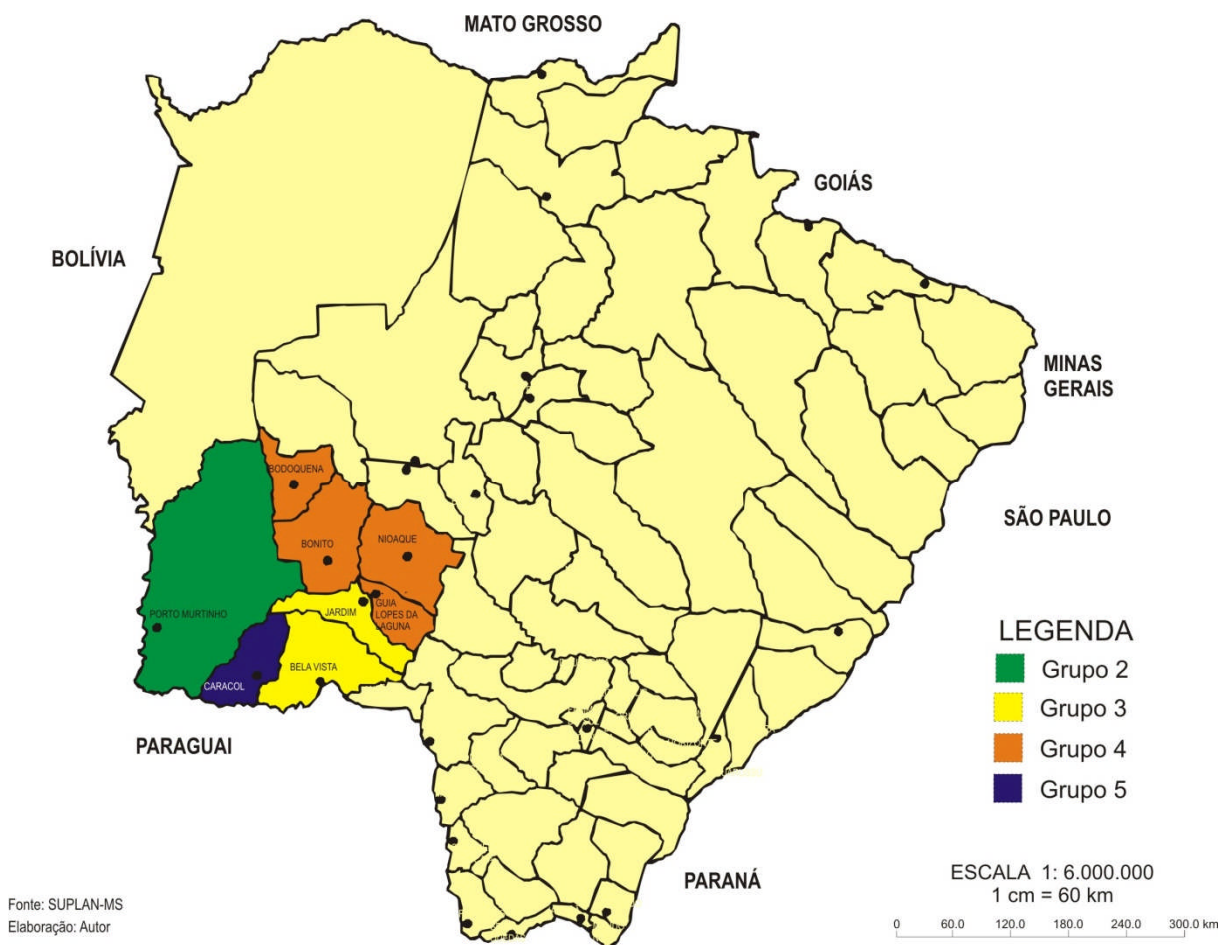


Figura 8.7.3 - Região Sudoeste 2007



A região Sudoeste possui a cidade de Porto Murtinho como principal no quesito renda, sendo a única da região que não possui números baixos para esse indicador. No ano de 2005, as cidades de Bonito e Caracol conseguiram melhorar seus níveis de escolaridade, mudando assim suas classificações dentre os grupos do IRS.

8.8. Sul - Fronteira

Figura 8.8.1 - Região Sul-Fronteira 2003

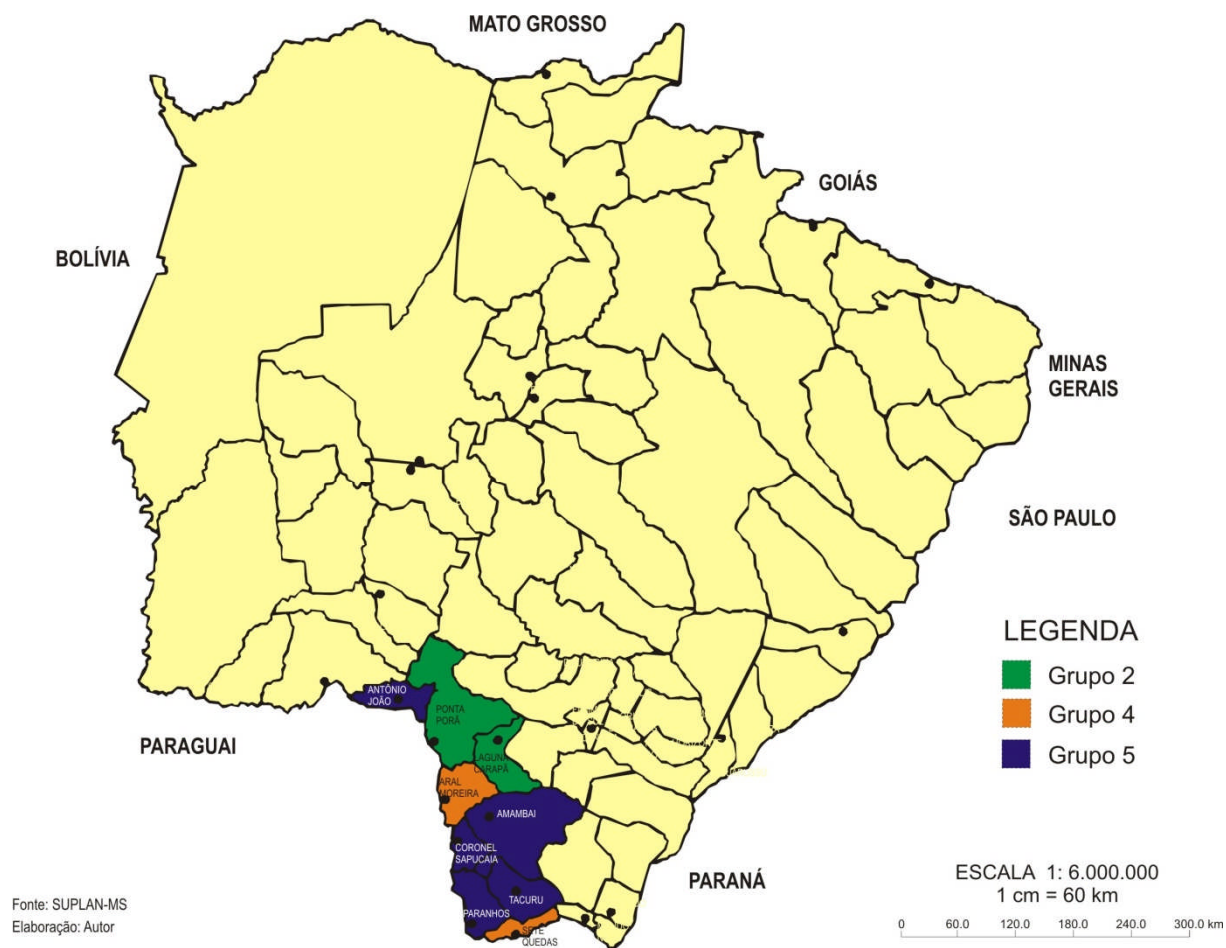


Figura 8.8.2 - Região Sul-Fronteira 2005

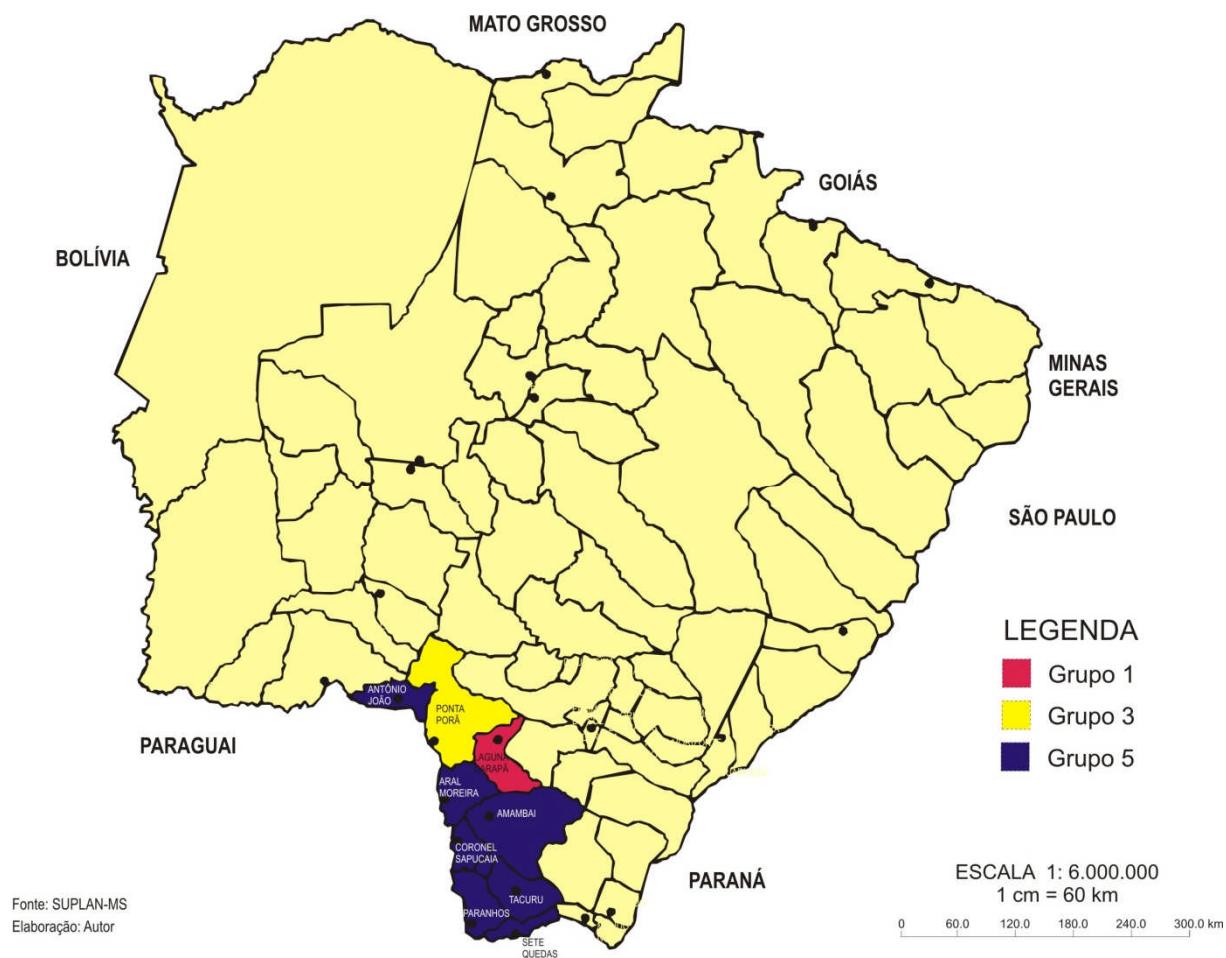
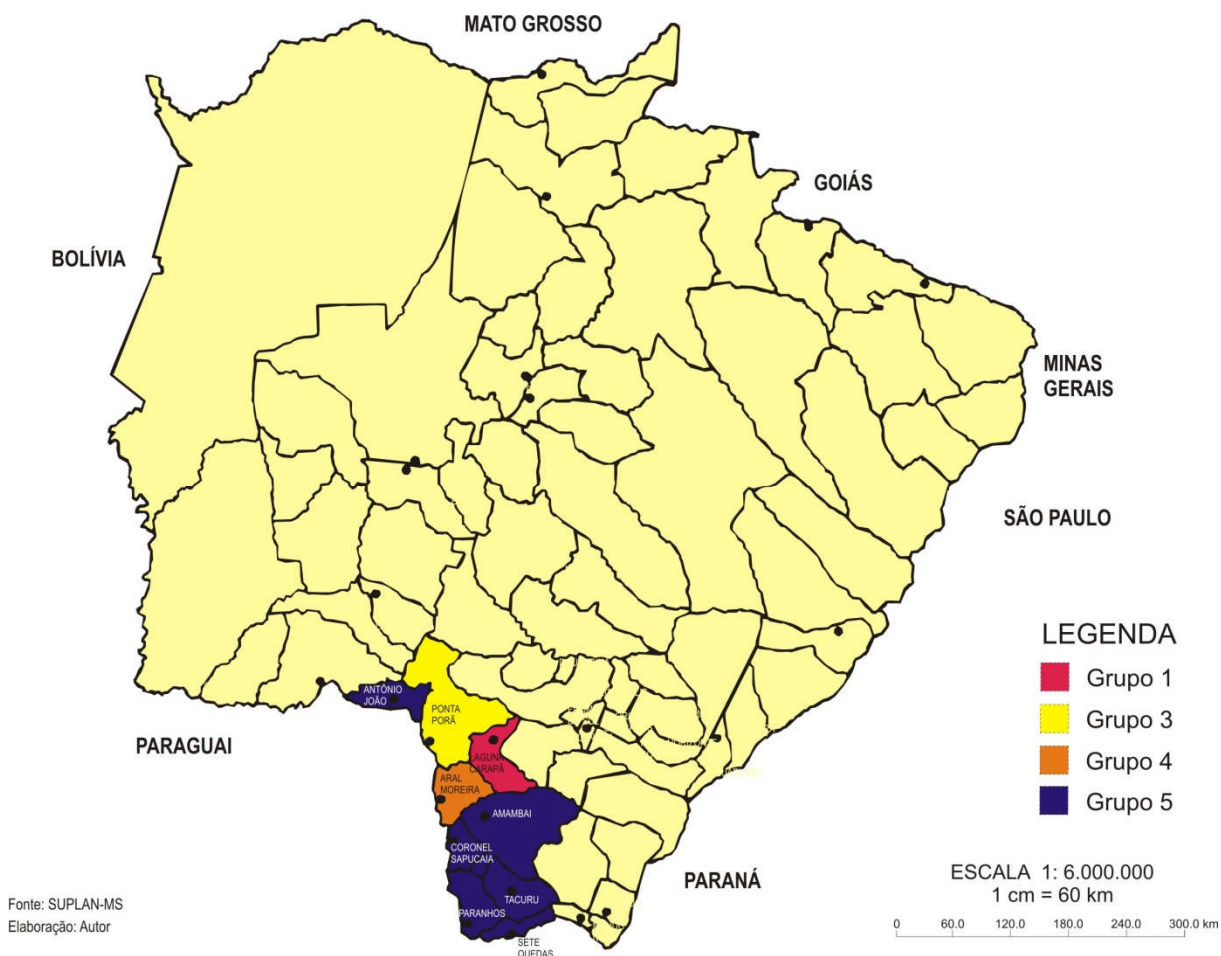


Figura 8.8.3 - Região Sul-Fronteira 2007



A região Sul-Fronteira é aquela que apresenta os mais baixos índices do IRS-MS, tendo a maior parte de seus municípios classificados no grupo 5, referindo-se a índices de riqueza, escolaridade e longevidades baixos para os padrões adotados. Cabe visualizar que o município de Laguna Carapã foi o único da região que melhorou sua classificação de 2003 para 2005, obtendo até lugar no grupo 1. Porém os demais municípios do local, ou pioraram ou permaneceram estagnados em seus grupos.

8.9. Pantanal

Figura 8.9.1 - Região do Pantanal 2003 e 2005

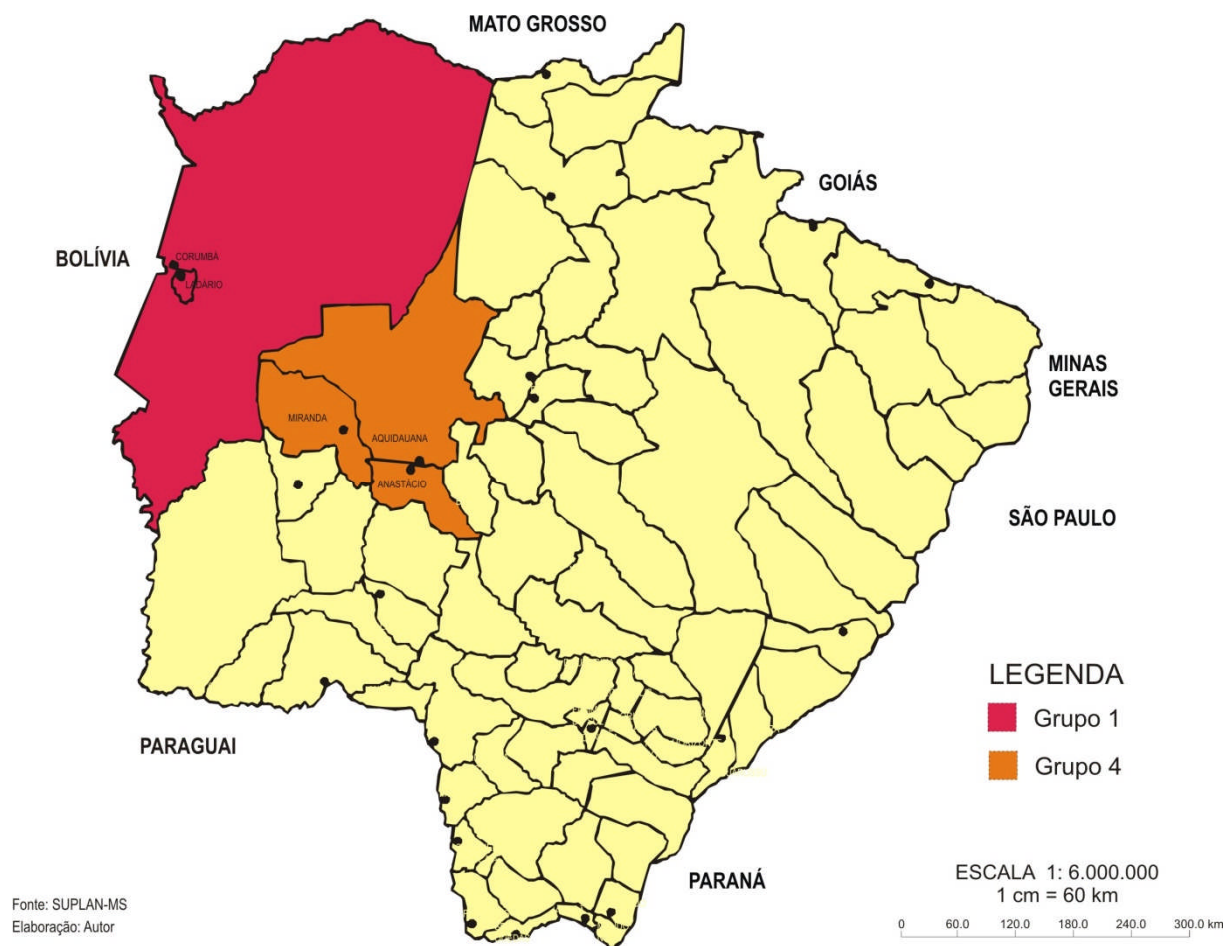
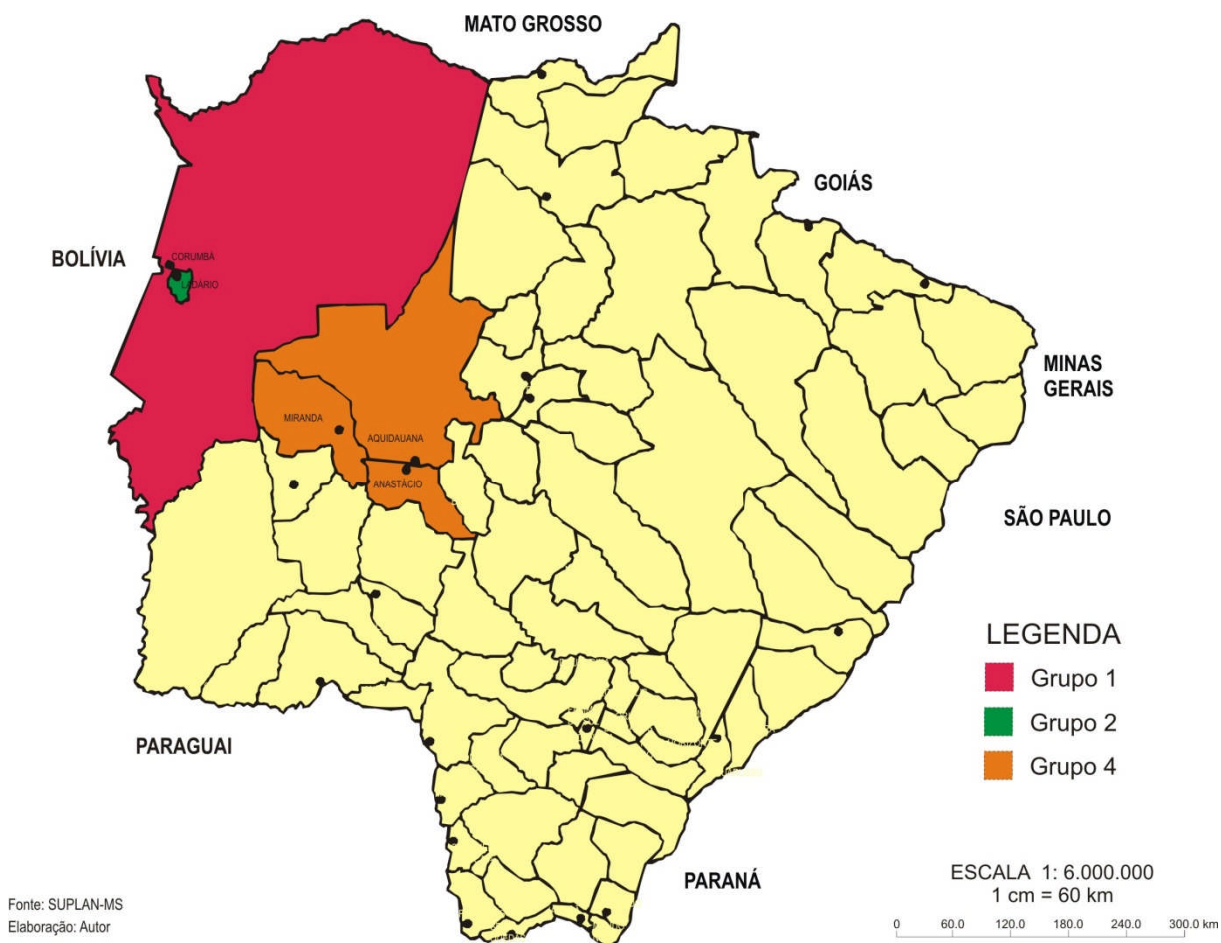


Figura 8.9.2 - Região do Pantanal 2007



Fonte: SUPLAN-MS
Elaboração: Autor

A região do Pantanal não sofreu alteração na classificação dos grupos por municípios do ano de 2003 para o ano de 2005. É interessante observar a discrepância entre os municípios de Corumbá e Ladário em relação aos demais desta região. Os dois citados fazem parte do grupo 1, tendo índices de riqueza considerados altos para o IRS. Os demais desta região foram agrupados no grupo 4, sendo assim possuem riqueza e escolaridade baixas. É a região que possui mais municípios classificados no primeiro grupo.

9. POLÍTICA PÚBLICA

Política pública é um conceito de Política e da Administração que designa certo tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasceu nos Estados Unidos, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Na Europa, a área de política pública surgiu como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo.

Entende-se por Políticas Públicas “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (Guareschi, Comunello, Nardini & Hoenisch, 2004, pág. 180).

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Eastone (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Mead (1995) define políticas públicas como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) entende que a política pública é a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Uma teoria geral da política pública busca sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia.

Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição. A política pública poderia assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, que seriam decisões tomadas pelo governo desconsiderando a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas, em geral são as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas gera pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas alguns elementos pode ser sintetizados:

- A política pública permite distinguir o que o governo pretende fazer e o que realmente o faz.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, apesar de impactar no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos após sua decisão, como: implementação, execução e avaliação.

De acordo com Faria (2003), em seus primórdios, as políticas públicas eram consideradas quase exclusivamente *outputs* do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos *inputs*. Antes que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea da ciência política, os estudos recaíam nos processos de formação de políticas públicas.

Existem diferenças entre decisões políticas e políticas públicas. Nem toda decisão política chega a ser uma política pública. Decisão política é uma escolha dentre um leque de alternativas, já política pública, que engloba também a decisão política, pode ser entendida como sendo um nexo entre a teoria e a ação. Esta última está relacionada com questões de liberdade e igualdade, ao direito à satisfação das necessidades básicas, como emprego, educação, saúde, habitação, acesso à terra, meio ambiente, transporte, etc.

10. PLANO PLURIANUAL

Plano Plurianual – previsto no artigo 165 da Constituição Federal, e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 – estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo Governo ao longo de um período de quatro anos. É aprovado por lei quadrienal, sujeita a prazos e ritos diferenciados de tramitação. Tem vigência do segundo ano de um mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Também prevê a atuação do Governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.

O Plano Plurianual 2008/2011 – PPA 2008/2011 é um instrumento de planejamento de médio prazo, a ser observado na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

É constituído por programas, desmembrados em projetos e ações de governo e deverá guardar compatibilidade com os planos estratégicos de desenvolvimento estadual, regionais e nacionais.

Estes programas estão fundamentados na efetividade das ações de governo, em sua capacidade financeira e gerencial e no potencial socioeconômico do Estado. Cada um destes programas possui um órgão responsável, prazos, metas e estimativa de custos, sendo monitorado e avaliado sistematicamente.

Dividido em planos de ações, que possuem: objetivo, órgão do Governo responsável pela execução do projeto, valor, prazo de conclusão, fontes de financiamento, indicador que represente a situação que o plano visa alterar, necessidade de bens e serviços para a correta efetivação do previsto, ações não previstas no orçamento da União, regionalização do plano, entre outros. O decreto do PPA regula que sempre se deva buscar integração das várias esferas do poder público (federal, estadual e municipal), assim como com o setor privado.

O Plano Plurianual faz parte da política de descentralização do governo federal. Nas diretrizes estabelecidas em cada plano, é fundamental a participação e apoio das esferas inferiores da administração pública, que possuem mais conhecimento dos problemas e desafios que são necessários enfrentar para o desenvolvimento sustentável local.

O PPA 2008/2011 do MS tem por função planejar as ações do Governo, para propiciar que o Estado de Mato Grosso do Sul melhore a sua condição de competitividade em relação às outras unidades federadas, com reflexo direto no aumento do PIB per capita do Estado e na melhoria das condições de vida da população.

As principais metas e propostas do Plano Plurianual são feitas para tentar atender vários ambientes e objetivos econômicos, sociais, ambientais e culturais. O Plano é composto por programas que visam abranger essas propostas. Serão estudados aqui os programas que tangem as área de renda, escolaridade, longevidade e inclusão social.

10.1. MS Competitivo

- Indústria, comércio e serviços**
- Geração de empregos**

As ações desta diretriz estão voltadas para o fomento, desenvolvimento e incremento das atividades econômicas, especialmente a indústria, comércio e serviços, envolvendo a atração de empresas mercantis e os incentivos às indústrias.

Serão implementadas ações de combate ao desemprego, de qualificação profissional, de fomento ao trabalho e ao empreendedorismo, tendo como foco o desenvolvimento equilibrado das regiões do Estado.

A concepção do Programa MS competitivo tem por base a abordagem do diamante da competitividade segundo Michael Porter. A partir de um estudo realizado em dez países, Porter chegou a um conjunto de fatores determinantes da competitividade, que podem ser sintetizados em quatro: condições dos fatores produtivos; condições de demanda; indústrias correlatas de apoio e estratégia; estrutura e rivalidade das firmas.

Segundo Porter (1989), países, estados ou regiões que apresentam os melhores atributos nesses quatro eixos teriam, potencialmente, um melhor nível de competitividade e, por conseguinte, um melhor nível de padrão de vida para seus cidadãos. A competitividade está relacionada ao padrão de vida da população que, por sua vez, está diretamente ligado à produtividade da economia.

10.2. MS Cidadão

- **Gestão da política de saúde**
- **Atenção básica a saúde**
- **Assistência farmacêutica e insumos estratégicos**
- **Atenção especializada em saúde**
- **Vigilância em saúde**

Partes das ações que se encontram nessa diretriz visam fortalecer a gestão do SUS (Sistema Único de Saúde) no Estado, a atuação da AGEPAN, da AEM/MS e da Procuradoria Geral do Estado.

Implementar e fortalecer a rede básica de saúde, inclusive no âmbito da assistência especializada, promovendo a sua reorganização de acordo com a estratégia de saúde da família, o que produzirá resultados positivos nos principais indicadores de saúde e na qualidade de vida da população.

Abrange ações e projetos de combate à pobreza que são integrados à área de saúde, a garantia de acesso da população aos medicamentos, aos insumos estratégicos e aos serviços prestados nas áreas de atenção especializada do SUS, de forma hierarquizada e regionalizada, buscando a redução das desigualdades e a humanização do atendimento.

- **Trânsito seguro**
- **Segurança e defesa social**

Contempla as ações que visam à melhoria do trânsito no Município, proporcionando segurança, modernidade e fluidez ao tráfego de veículos e de transeuntes, abarcando a coordenação e o controle das leis de trânsito, bem como a educação no trânsito.

Também comporta as ações de segurança pública e de defesa civil, voltadas à proteção da vida, da propriedade, da liberdade, da igualdade e do meio ambiente, contra a criminalidade e a violência.

Envolvem ações de socialização e de educação ambiental, a coordenação e a implementação da Política de Segurança Pública, a reestruturação

do Conselho Estadual Antidrogas, a modernização da estrutura física e o reaparelhamento das unidades componentes da SEJUSP/MS.

- **Educando para o futuro**
- **Ensino superior, pesquisa e desenvolvimento**

Essa diretriz tem como prioridade modernizar o ensino público, valorizar o professor e garantir escola de qualidade para a formação integral dos jovens.

Comporta também a gestão das políticas de ciência e tecnologia, tendo como finalidade o amparo ao ensino e o incentivo à pesquisa científica e tecnológica, relevante ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado.

Os projetos e as ações são voltados à formação profissional e ao acesso ao ensino superior, à educação de jovens e adultos, à formação continuada e desenvolvimento do ensino fundamental, médio e infantil. Através de ações e projetos de combate à pobreza, integrados à área de educação.

O sistema de ensino público superior gratuito do Estado deverá contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso do Sul, promovendo a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento da CT&I do Estado.

A UEMS desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão visando o seu fortalecimento enquanto instituição, para contribuir de forma efetiva na difusão do conhecimento e no bem-estar da comunidade.

- **Inclusão Social**

As ações dessa diretriz são voltadas para desenvolver e manter os programas sociais e para criar novas oportunidades para as famílias. Engloba entre outros o Programa de Transferência de Renda, a Bolsa Universitária Indígena, a Bolsa Escola, a Bolsa Universitária, o MOVA – Alfabetização de Jovens e Adultos, a Construção da Cidadania, o desenvolvimento de ações de saúde e educação, o Programa Estadual de Proteção à Testemunhas – PROVITA/MS e o Programa Estadual para Egressos de Medidas Socioeducativas. Envolve a gestão de políticas

públicas para as mulheres; o combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes; o fomento e o desenvolvimento de programas, projetos e atividades de integração para a juventude e de promoção da igualdade racial; o atendimento à população indígena do Estado, as ações em defesa da cidadania e dos direitos humanos; o atendimento à criança e ao adolescente; ações que visam a garantia dos direitos da criança e do adolescente e a implementação de projetos de combate à pobreza. Abarcam as atividades administrativas da SETAS (Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social) , as atividades de gestão e descentralização da política social; a estruturação operacional das Unidades Educacionais de Internação, Semiliberdade e Liberdade Assistida de MS; o atendimento básico e especial ao cidadão e à sua família, o atendimento e defesa do consumidor e o fomento à economia solidária.

11. FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS E FUNÇÃO CONTROLE

Administrar é tão somente prever, organizar, comandar, coordenar e controlar (FAYOL,1977).

Apesar da divisão da empresa de Fayol, as funções administrativas, também conhecidas como funções da administração, foram remodeladas e são correntemente utilizadas, sendo comumente condensadas em quatro: Planejamento, Organização, Liderança e Controle, formando um ciclo que corresponde ao processo administrativo (ROBBINS, 2003).

O processo administrativo é composto por funções que se agrupam de forma dinâmica em desencadeamento contínuo. O objetivo desse ciclo é a própria natureza da administração, que pode ser definida como o processo de tomada de decisões sobre recursos visando atingir objetivos propostos e maximizar os resultados obtidos (MAXIMIANO, 2006).

Para Maximiano (2006), a administração significa em primeiro lugar, ação e compreende cinco processos (ou funções administrativas) principais interligados: planejamento, organização, liderança, execução e controle.

- Planejamento: O processo de planejamento é a ferramenta para administrar as relações com o futuro. As decisões que procuram influenciar o futuro, ou que serão colocadas em prática no futuro, fazem parte das decisões de planejamento.
- Organização: É o processo de dispor os recursos em uma estrutura que facilite a realização dos objetivos. O processo de organizar consiste no ordenamento dos recursos, ou na divisão de um conjunto de recursos em partes coordenadas, seguindo um critério ou princípio de classificação. A partir destas atividades a estrutura organizacional é gerada.
- Liderança: É o processo de trabalhar com pessoas a fim de possibilitar a realização de objetivos. Compreende diversas atividades de

administração de pessoas, como coordenação, direção, motivação, comunicação e participação no trabalho em grupo.

- Execução: O processo de execução consiste em realizar atividades planejadas, através da aplicação de energia física e intelectual.
- Controle: Procura assegurar a realização de objetivos. Controlar é a função que consiste em comparar as atividades realizadas com as atividades planejadas, para possibilitar a realização de objetivos.

O planejamento é um processo consciente de tomada de decisões sobre objetivos e metas a serem alcançadas no futuro de forma sistemática. Nesse processo são escolhidas metas e meios para atingi-las (planos agrupados em ordem lógica de progressão e em ordem de prioridades). O planejamento oferece um mapa de trabalho pleno de detalhes, e flexível a mudanças no ambiente, que orienta as ações da organização (BATEMAN e SNELL, 2006).

A partir de uma ótica econômica, o planejamento consiste na tentativa de selecionar as melhores alternativas disponíveis para alcançar metas específicas. O conhecimento humano deve ser aplicado de forma racional para utilizar os recursos de forma mais eficiente, de tal forma que os recursos escassos da sociedade produzam a maior satisfação e bem estar social com o menor custo (KON, 1997).

Para Maximiano (2006), o planejamento é dividido em três etapas principais: (1) a entrada de dados, (2) o processamento desses dados e (3) a elaboração de planos de ação. O planejamento consiste no processo de coletar dados de entrada, processá-los e analisá-los, criando alternativas de ação e estudando sua viabilidade para elaborar planos com objetivos quantificáveis. Tais planos definem a alocação de recursos e pré-estabelecem os meios de controle dessas ações.

Para Schermerhorr (2006), o planejamento pode ser dividido em cinco etapas ou procedimentos:

1. *Análise do contexto*, quando é estudada a situação no presente momento. São quantificados os problemas e se avaliam os pontos fortes e fracos que a organização dispõe para galgar resultados. São fundamentais indicadores que mensurem a disponibilidade de recursos do que a organização possui, além dos indicadores utilizados para diagnosticar os problemas ou potencialidades existentes.
2. *Definição de objetivos e metas*, quando são escolhidos resultados ou efeitos desejados em detalhamento suficiente para que possam ser mensurados. Por objetivo entende-se um conceito mais amplo de caráter programático, e por meta um conceito mais específico e facilmente quantificável. Os parâmetros devem ser expressos da forma mais precisa possível a fim de reduzir ambiguidades e detalhar mecanismos de controle.
3. *Geração de cenários*. Nessa etapa são avaliadas as forças internas e externas que podem influir no ambiente, e quantificada sua influência. Cenários lidam com o previsível, mas também podem analisar situações aparentemente impossíveis de consolidar-se. Em linhas gerais os cenários fazem especulações sobre ambientes futuros para variações em fatores específicos.
4. *Escolha de alternativas de ação*. Agora é escolhido, para cada conjuntura esperada, um conjunto de planos de ação, com sequência temporal de execução e ordem de prioridade adequada às chances de ocorrência de cada cenário.
5. *Implementação, avaliação e monitoramento*. Última etapa, as ações são executadas e comparadas com objetivos e metas para averiguar se estão seguindo o rumo previsto. Nesta etapa são identificadas diferenças entre desempenhos esperados e resultados obtidos e são estudados ajustes ao plano original.

O processo de controle não tem o significado restrito de fiscalização. Como processo administrativo o controle produz e utiliza informações para tomada de decisões sobre a execução de atividades e sobre objetivos. Para Robbins (2003), o controle é constituído de três etapas distintas: (1) Mensuração do desempenho real; (2) Comparação do desempenho real em relação a um padrão e (3) Tomada de ação gerencial para corrigir desvios ou padrões inadequados. Observa-se que os padrões de desempenho já foram delimitados no processo de planejamento como objetivos e metas, mas na função controle, estes estão suscetíveis a ajustes que os tornem adequados a realidade. Tais metas podem ser ou irrealizáveis ou podem estar subestimando o potencial da organização.

O momento em que as informações são produzidas no processo de controle tem propriedades específicas no processo. Para Maximiano (2006), cada um desses momentos gera uma tipologia diferente de controle:

- *Controle posterior*, no qual as informações são colhidas após o cumprimento das atividades previstas nos planos. Pode ocorrer no final de cada etapa dos planos. As informações desse tipo de controle mostram pontos a serem modificados no futuro, contando com os benefícios de análise posterior, que contém mais informações sobre o objeto de estudo. Sua desvantagem é a impossibilidade de corrigir as atividades que já foram executadas.
- *Controle simultâneo*, para o qual as informações são colhidas durante a execução dos planos, e possibilita a modificação das atividades previstas nos planos. Esse tipo de controle é parte integrante da implementação dos planos, possibilitando a correção de erros no planejamento e adequação dos planos ao ambiente instável.
- *Controle prévio*, que ocorre antes do início execução dos planos. Nele são coletados dados para confirmar a consonância dos planos com o ambiente. Além de coletar informações sobre o ambiente podem ser realizados pré-testes na execução das atividades e diagnosticadas possíveis lacunas no planejamento.

O sistema de controle produz informações sobre o comportamento de um sistema de recursos, do desenvolvimento de atividades e dos objetivos da organização. Para estruturar um sistema de controle mais adequado e gerar melhores resultados, segundo Maximiano (2006), esse sistema deve ter as seguintes características principais:

- *Foco nos pontos estratégicos*: por pontos estratégicos entendem-se os eventos que sejam críticos para o desempenho da organização. Esses pontos provocam maiores transtornos para menores desvios de rendimento ou são pontos com alta frequência de desvios em relação ao resultado esperado. O processo de controle deve direcionar esforços nessa direção prioritariamente.
- *Precisão adequada*: a informação deve ser precisa de acordo com o tipo de decisão a ser tomada pelo administrador. As tomadas de decisões mais pontuais e com menor margem de erro devem ser acompanhada de informações mais detalhadas.
- *Rapidez*: a informação produzida por um sistema de controle deve ser encaminhada o mais rapidamente possível ao administrador, para que as ações corretivas ou de reforço possam ser postas em prática a tempo de produzir os efeitos esperados. No caso da administração pública, devido à dificuldade de coleta de informações há o problema da não atualização das informações, fato que, em ambientes dinâmicos, gera diagnósticos enviesados.

Outras características relevantes do sistema de controle são a sua objetividade, que traz informações claras sobre os desvios dos objetivos; economia, que deve trazer a melhor razão custo - benefício possível, devendo o processo trazer maiores benefícios do que os esforços destinados; e aceitação, no caso do controle de desempenho dos agentes da organização. Tanto ao se tratar de pessoas

individualmente quanto de grupos, caso esse controle não seja aceito, as ações de correção se tornam inviáveis devido à resistência dos agentes humanos envolvidos.

Para Fayol (1977), o controle consiste em verificar se tudo corre de acordo com o programa adotado, as ordens dadas e os princípios admitidos. Tem por objetivo assinalar as faltas e os erros a fim de repará-los e evitar sua repetição. Sob o ponto de vista administrativo é preciso assegurar-se de que o programa existe, é aplicado e está em dia.

É necessário primeiro definir de maneira tão precisa quanto possível quais as atribuições do controle, fixando claramente os limites que ele não deve transpor (FAYOL,1977).

Diante disto objetiva-se verificar a abrangência e limitação do indicador sintético do índice de responsabilidade social para Mato Grosso do Sul e seu uso como ferramenta auxílio no planejamento e controle de políticas públicas.

12. ABRANGÊNCIA E LIMITAÇÃO DO IRS

Variações entre os resultados previstos e os resultados de fato alcançados serão encontradas. Mesmo com a projeção de cenários, alguns planos apresentam resultados fora do esperado, pondo em questão a aplicabilidade do processo de planejamento na gestão. O processo de planejar é mais complexo e passível de erros do que se supõem nos modelos teóricos (JANNUZZI, 2003).

Jannuzzi (2003) argumenta que as projeções dos planos e do planejamento, sofrem influência também da particularidade do processo de implementação no caso da administração pública, que por vezes tem uma influência maior que a esperada na execução das ações. Os agentes envolvidos na execução dos planos podem modificar o destino de todo processo, tornando inoperantes as projeções e condutas de ações premeditadas (JANNUZZI, 2003).

No planejamento de políticas públicas, Oliveira (2006) assinala que um dos motivos causadores de falhas nos resultados de políticas públicas, de acordo com algumas abordagens teóricas sobre o planejamento, é a dissociação entre a elaboração e a implementação no processo de planejamento.

São diversas as razões pelas quais as ações do planejamento público raramente são implementadas de acordo com sua concepção original. Um fator a ser considerado é que os recursos disponíveis para execução dos planos, prioridades políticas e a influência relativa dos agentes encarregados da sua implementação, mudam entre o planejamento de políticas e sua execução. Outro fator é que erros de diagnóstico dos cenários econômicos ou políticos podem comprometer os planos originalmente definidos, e impor alterações durante o processo de implementação.

Os processos administrativos de planejamento e controle são parte de um sistema que recebe entradas na forma de informações e as transforma em planos e diretrizes. Esse processo contém uma série de vieses, que passam desde problemas de diagnóstico da realidade, até as alterações feitas pelos executores dos planos no desdobramento do processo de implementação.

Alguns autores criticam o uso de indicadores no âmbito das políticas públicas. Mesmo o IDH que é um dos mais reconhecidos índices sofre algumas críticas na sua formulação, aplicabilidade e abrangência.

O principal defeito do IDH é que ele resulta da média aritmética de três índices mais específicos que captam renda, escolaridade e longevidade. Mesmo que se aceite a ausência de outras dimensões do desenvolvimento, é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma determinada coletividade. É razoável supor que a essência da questão esteja justamente no possível descompasso entre o nível de renda obtido por determinada comunidade e o padrão social que conseguiu atingir, mesmo que revelado apenas pela escolaridade e longevidade (VEIGA 2003).

Segundo dados da SEADE (2002), considerando o exemplo do IDH, em situações onde um determinado país X com alto PIB per capita, mas baixa esperança de vida ao nascer e baixo grau de educação, e país Y com alto grau de educação, porém baixo PIB per capita e baixa esperança de vida ao nascer, a classificação será feita através da média entre os três componentes do índice. Se o país X obtiver uma classificação melhor que o país Y, significará que é mais importante possuir renda elevada do que alta escolaridade?

Apesar das limitações metodológicas, conceituais e inadequações de uso de Indicadores Sintéticos no âmbito das políticas públicas, não se pode deixar de reconhecer os efeitos positivos que a criação, proposição e uso dos mesmos geraram nas esferas técnicas e políticas no país. A cultura de uso de indicadores sociais certamente se fortaleceu no país, conferindo legitimidade de diversas naturezas aos Indicadores Sintéticos (GUIMARÃES; JANNUZZI 2005).

O IRS pode resultar em um importante indicador e subsequentemente em uma importante ferramenta de planejamento e ou controle pois lida com variáveis e dimensões que podem ser revisadas e atualizadas com uma certa facilidade em relação a outros indicadores sintéticos.

Para analisar o IRS como ferramenta de controle, devemos considerar se o mesmo atende às características correspondentes e comuns à função controle. Características que segundo Maximiano (2006), tratam-se principalmente de economia, objetividade, aceitação, rapidez, precisão.

Por ser um indicador relativamente novo e sua abrangência ainda ser pequena (visto que ainda não há um IRS nacional, somente há a utilização do índice em alguns estados do país), sua aceitação ainda não pode ser comparada com outros mais estabelecidos, mas sua aceitação em grandes estados do Brasil, como São Paulo, gera uma perspectiva de sua possível inclusão ou expansão no cenário nacional. O sucesso do indicador na avaliação dos problemas sociais que ele se propõe a analisar, certamente irá aumentar sua aceitação e consequentemente sua expansão e aplicação para outros estados.

Um fator importante para a utilização e aceitação do IRS, para uma criação do índice nacional, seria a unificação dos critérios que compõe o índice, pois como já foi mostrado, o IRS-MS e o IRS do estado de São Paulo, apesar de serem baseados nas mesmas dimensões, possuem diferenças dentro de algumas variáveis, principalmente no que se refere ao peso dado a cada fator. As diferenças das variáveis e dos pesos podem ser explicadas pelas particularidades regionais e pelas possibilidades para obtenção das informações relacionadas às mesmas. A padronização do indicador facilitaria sua aplicabilidade no cenário nacional, porém é necessário um cuidado, pois tal padronização deve ser feita sem perder os principais objetivos do indicador.

Para avaliar a possível utilização do Índice de Responsabilidade Social como função controle para as Políticas Públicas em Mato Grosso do Sul, é necessário verificar todas as características existentes neste último processo administrativo. A precisão adequada é uma dessas constitutivas, segundo Maximiano (2006), a informação deve ser precisa de acordo com o tipo de decisão a ser tomada pelo administrador, onde as tomadas de decisões mais pontuais e com menor margem de erro devem ser acompanhada de informações mais detalhadas.

O administrador no caso, o administrador público, deve tomar suas decisões para as áreas aferidas, balizadas nas informações obtidas nos resultados do indicador. Para não ocorrer equívocos é necessário que a margem de erro dos saldos do indicador seja mínima.

O IRS foi formulado através das três dimensões anteriormente citadas (renda, longevidade, escolaridade), onde as variáveis escolhidas e testadas tentam

ao máximo abranger todos os possíveis casos e faixas dentro de suas dimensões, diminuindo os possíveis erros de sua avaliação.

O indicador apresenta suas dimensões, que são objetivas em relação aquilo que desejam focar, ou seja, questões relativas à escolaridade, riqueza e longevidade da população. Isto é baseado em um dos objetivos iniciais do IRS, que trata justamente de obter uma tipologia de municípios que permitisse identificar a situação de cada um dos municípios nas dimensões renda, escolaridade e longevidade.

A objetividade, utilidade e até mesmo a precisão destas dimensões para o seu uso em um indicador que deseja verificar o grau de desenvolvimento humano dos municípios do estado até podem ser questionadas, pois obviamente acabam “negligenciando” alguns aspectos sociais que poderiam também ser levados em conta. Esta “negligência” de alguns aspectos acaba não sendo importante, pois segundo JANNUZZI (2003) um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usados para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social de interesse teórico. Sendo assim, pelo próprio conceito, indicadores são substitutos objetivos de conceitos abstratos utilizados para inferir sobre algum aspecto da realidade. (CARLEY 1985). Tais dimensões escolhidas são similares ao IDH, cabendo diferenças nas variáveis dentre os indicadores. O uso destas é aceito como referência para situações relacionadas a aspectos humanos e sociais.

Em relação à rapidez, devemos analisar sobre duas perspectivas diferentes. Primeiro como o indicador é feito de dois em dois anos a sua resposta é um pouco lenta e ele só pode ser considerado e servir como função controle do tipo posterior, que segundo Maximiano (2006) é aquela na qual as informações são colhidas após o cumprimento das atividades previstas nos planos, as informações desse tipo de controle mostram pontos a serem modificados no futuro, contando com os benefícios de análise posterior, que contém mais informações sobre o objeto de estudo, tendo como desvantagem a impossibilidade de corrigir as atividades que já foram executadas.

O indicador deveria ser feito anualmente, para poder atender as necessidades e expectativas de sua formulação. Tal periodicidade proposta não

parece ser um problema, pois os dados coletados são retirados de bancos de dados já existentes.

Em relação a economia, o IRS parece atender as expectativas como ferramenta de uma função controle, pois todos os seus dados são obtidos através de informações disponíveis em outras fontes independentes (banco de dados da SEMAC por exemplo), o que não justifica ou requisita um possível aumento de custos para um levantamento de dados exclusivo para esse indicador. Gera, portanto, uma economia de custos e consequentemente uma relação custo-benefício positiva, considerando que novas informações vão ser suscitadas e podem ser utilizadas através de dados previamente conseguidos, dando novos aproveitamentos para os mesmos.

É possível também analisar esse espaço de tempo de dois anos entre a coleta de dados do indicador como senda “rápida”, pois tratando-se de políticas públicas, que demandam um certo tempo para serem elaboradas e aplicadas, esse tempo pode ser considerado rápido, comparando também com os outros indicadores sociais sintéticos que devido a suas fontes de dados (usualmente dados referentes ao Censo) rotineiramente demoram mais tempo para serem atualizados.

Como estamos falando do uso do indicador para políticas públicas, é necessário lembrar que no caso do Brasil é previsto na Constituição Federal, e regulamentado por Decreto desde 1998, o Plano Plurianual, que estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo Governo ao longo de um período de quatro anos. Tendo vigência do segundo ano de um mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Prevendo também a atuação do Governo em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo. Sendo assim, o indicador torna-se rápido, podendo suas respostas e resultados serem obtidos duas vezes na vigência de um Plano Plurianual. Possibilitando ao gestor verificar os sucessos ou falhas dentro do plano vigente, podendo assim, através do controle posterior, traçar diretrizes para o próximo plano.

Um grande problema é questão do tempo para compilação e publicação dos dados. Na verdade este fato altera completamente a análise e o propósito do indicador. Uma das bases do IRS é referente ao indicador poder captar mudanças nas condições de vida do município em curto espaço de tempo. Devido a esta

demora o indicador acaba perdendo seu diferencial e propósito. É necessário que para os próximos, a compilação dos dados seja feita de forma mais rápida e eficiente.

Esta dificuldade relativa ao tempo e que também interfere na própria proposta inicial do indicador, também se estende para a questão da economia do indicador, refletindo em uma das características necessárias para o seu uso como uma função controle. Podemos entender que o problema da demora para os cálculos e compilação dos dados anteriormente capitados de outras fontes, como o IBGE, por exemplo, é por falta de pessoal capacitado para esta atividade. A sua solução geraria certamente um aumento dos custos para a formulação do indicador. Esse aumento seria dado através da contratação de novos funcionários ou servidores e até mesmo com as despesas relativas ao treinamento e capacitação daqueles que já ocupam algum cargo na SEMAC e que poderiam ser realocados para fazer parte da equipe responsável por essa codificação e conclusão dos dados do IRS.

A importância do Plano Plurianual para o IRS não está limitada a questão do tempo. Como a proposta deste estudo é verificar o uso desse indicador como ferramenta de controle para políticas públicas no estado de Mato Grosso do Sul, o Plano Plurianual e todos seus programas referentes aos aspectos abordados no IRS devem ser acompanhados pelo indicador.

O programa MS Competitivo, que trata de aspectos relacionados à indústria, comércio e serviços, bem como geração de empregos. Cujas ações estão voltadas para o fomento, desenvolvimento e incremento das atividades econômicas, especialmente a indústria, comércio e serviços, pode ser beneficiado com o acompanhamento do indicador. Os dados referentes a dimensão “renda”, podem ser usados para verificar necessidade de distribuição de riquezas entre as cidades do estado, podendo ajudar por exemplo, na estratégia de distribuição de implementação das indústrias em determinadas cidades ou regiões do estado, fato que é possível através dos incentivos fiscais pretendidos pelos indústrias e previstos pelo governo no programa.

O programa MS Cidadão trata em uma de suas diretrizes, de variados assuntos relacionados à saúde. Os dados do indicador são importantes para este

programa, pois duas de suas dimensões são abrangidas. Além de implementar e fortalecer a rede básica de saúde e da assistência especializada, as ações desta diretriz contemplam também projetos de combate à pobreza através da área de saúde, com a garantia de acesso da população aos medicamentos, aos insumos. Com isso é possível concluir que os dados referentes a renda da população presentes no IRS podem ser de grande utilidade para o programa. Observando também a dimensão “longevidade”, que está intimamente ligada a questões referentes à saúde e condição de vida da população.

A longevidade, pesquisada no indicador, é de grande utilidade para outra diretriz do programa MS Cidadão. Tal componente do programa trata de questões relacionadas ao trânsito e segurança da população. A importância da dimensão é entendida, pois suas variáveis contemplam as taxas de mortalidade em diferentes idades. A falta de segurança pública e principalmente o trânsito são grandes responsáveis no percentual de mortes em algumas faixas etárias.

A educação é uma das diretrizes do programa MS Cidadão e também é um dos arcabouços abordados no IRS, através da dimensão “escolaridade”. Segundo o Plano Plurianual, os projetos e as ações são voltados à formação profissional e ao acesso ao ensino superior, à educação de jovens e adultos, à formação continuada e desenvolvimento do ensino fundamental, médio e infantil, através de ações e projetos de combate à pobreza, integrados à área de educação. A proposta do programa aprecia todas as variáveis da dimensão escolaridade, tendo como objetivo, resultados que sendo positivos, irão também implicar nas outras dimensões do indicador.

A inclusão social também faz parte do programa MS Cidadão. As ações dessa diretriz são voltadas para desenvolver e manter os programas sociais e para criar novas oportunidades para as famílias. Este aspecto é importante, pois o Índice de Responsabilidade Social foi criado para atender as expectativas do governo, que objetivava mensurar o grau de desenvolvimento humano de cada um dos municípios do estado. Como já foi dito, as dimensões do IRS, são as mesmas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo dados do PNUD (2008), o IDH parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população e o seu desenvolvimento humano, não se deve considerar apenas a dimensão econômica,

mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Na verdade a inclusão social acaba sendo a finalidade do indicador, bem como o porquê da proposta do seu uso como ferramenta de controle de políticas públicas.

Políticas Públicas segundo Guareschi et al (2004) é o conjunto de ações voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Assim, é viável utilizar o IRS como ferramenta de controle para programas relacionados a inclusão social.

13. CONCLUSÃO

Este trabalho foi feito com a finalidade de analisar o uso do Índice de Responsabilidade Social como uma ferramenta de controle para as políticas públicas no Estado de Mato Grosso do Sul.

Através da análise dos conceitos e significados de indicadores sociais sintéticos, políticas públicas e função controle, juntamente com a crítica ao Índice de Responsabilidade Social, foi possível verificar a viabilidade da proposta do estudo.

Indicadores, em uma perspectiva ampla, são substitutos objetivos de conceitos abstratos utilizados para inferir sobre algum aspecto da realidade. (CARLEY 1985). Indicadores sintéticos são elaborados mediante a aglutinação de dois ou mais indicadores simples, referidos a uma mesma ou diferentes dimensões da realidade social.

Política pública é um conceito de Política e da Administração que designa certo tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". Uma teoria geral da política pública busca sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia.

A política pública está ligada com a administração e o planejamento público. Para Fayol 1977, administrar é tão somente prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Alguns outros autores utilizam outras classificações para as tarefas da administração. As funções administrativas são comumente condensadas em quatro: Planejamento, Organização, Liderança e Controle, formando um ciclo que corresponde ao processo administrativo (ROBBINS, 2003).

Para este estudo, as funções de planejamento e controle foram as que necessitaram de maior aprofundamento. A função controle, pois o objetivo do trabalho foi utilizar o indicador como parte final do processo administrativo. A função planejamento, pois as políticas públicas, estudadas aqui, fazem parte do planejamento do governo.

O planejamento é um processo consciente de tomada de decisões sobre objetivos e metas a serem alcançadas no futuro de forma sistemática. Nesse

processo são escolhidas metas e meios para atingi-las (planos agrupados em ordem lógica de progressão e em ordem de prioridades). O planejamento oferece um mapa de trabalho pleno de detalhes, e flexível a mudanças no ambiente, que orienta as ações da organização (BATEMAN e SNELL, 2006).

O processo de controle não tem o significado restrito de fiscalização. Como processo administrativo o controle produz e utiliza informações para tomada de decisões sobre a execução de atividades e sobre objetivos. Controlar consiste em comparar as atividades realizadas com as atividades planejadas, para possibilitar a realização de objetivos.

O IRS (Índice de Responsabilidade Social), foi o indicador estudado neste trabalho. Foi criado com a finalidade de caracterizar os municípios do estado no que se refere ao desenvolvimento humano, por meio de indicadores sensíveis a variações de curto prazo e capazes de incorporar informações relevantes referentes às diversas dimensões que compõem o índice. As dimensões que compõe o índice foram propositalmente escolhidas como as mesmas do Índice de Desenvolvimento Humano, porém, para atender as expectativas do governo, outras variáveis entraram na composição do indicador. As dimensões escolhidas foram renda, longevidade e escolaridade.

Para poder congrega os municípios através de características semelhantes e posteriormente dividi-los em grupos, foi utilizada a técnica estatística de análise multivariada de dados. Os grupos foram divididos em cinco pelo SEMAC, sendo o grupo 1 caracterizado por municípios com alta riqueza e o grupo 5 caracterizado por municípios com riqueza, escolaridade e longevidades baixas em relação aos parâmetros adotados para a constituição dos grupos.

Neste estudo foi feita uma nova proposta para os pesos utilizados para as variáveis do indicador, tal constatação foi feita após o uso da técnica de análise fatorial. Foram estabelecidos os pesos correspondentes, que após serem multiplicados por cada uma das variáveis, somaram-se os resultados e chegou-se a cada um dos indicadores.

Outra contribuição foi a análise dos grupos criados pelo IRS e sua distribuição dentro das regiões do estado de Mato Grosso do Sul, contribuindo para uma análise das necessidades não só dos municípios mas das regiões do estado,

verificando em algumas homogeneidade na classificação, facilitando assim possíveis ações e trabalhos do governo direcionados a elas.

O IRS pode ser de grande contribuição para o governo, seu uso como ferramenta administrativa pode ser útil para o controle e até planejamento de políticas públicas. O enfoque no planejamento pode gerar também trabalhos de grande utilidade.

As características presentes no IRS são suficientes para classificar como correta a sua construção como indicador social. Ele atende tecnicamente os quesitos de periodicidade dos dados, os temas abordados são recorrentes em indicadores sociais, pois buscam verificar a qualidade de vida de determinada população.

A relação do indicador com políticas públicas sociais fica evidenciada pelos temas que são abordados por ele. A escolha dos temas longevidade, escolaridade e riqueza foi feita para medir a inserção social das pessoas do estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo desses temas é verificar a quantidade de tempo que as pessoas vivem e a qualidade que elas possuem neste tempo de vida. A qualidade é estimada pela renda e pelos benefícios que esta renda pode trazer. Outro fator considerado é o fator educacional, fator esse que é considerado importante para o melhor uso da renda obtida durante os anos de vida da população estudada.

Para analisar o IRS como ferramenta de controle, foi necessário considerar se o mesmo atende às características correspondentes e comuns à função controle. As características consideradas principalmente foram: economia, objetividade, aceitação, rapidez, precisão. Pode-se concluir que o indicador apresenta características necessárias para ser utilizado como ferramenta de controle.

Após aceitação do IRS como ferramenta de controle, foi necessário verificar a sua possibilidade de utilização para as políticas públicas, especificamente planejamento e controle posterior do plano plurianual, podendo ser utilizado em várias diretrizes previstas pelo governo.

Há necessidade de ajustes e melhoras na organização e trabalho dos dados do indicador, principalmente no tempo de compilação e publicação, pois tal

problema descaracteriza um dos objetivos do indicador. Como função controle o indicador deve ser usado de forma cíclica. Seu uso como ferramenta de controle acaba sendo de suma importância para posteriormente orientar os rumos dos novos planejamentos das políticas públicas ou dos planos plurianuais. Com as falhas ou demoras no tempo da coleta e compilação dos dados, o indicador acaba perdendo a sua capacidade cíclica presente nas funções administrativas e nas políticas públicas em geral.

O Índice de Responsabilidade Social, conceitualmente e em termos técnicos, é apropriado e segue todos os requisitos fundamentais para ser utilizado como função controle, como foi proposto e verificado neste trabalho. Contudo, a periodicidade (de dois em dois anos) que é feita a coleta dos dados, bem como a demora para a compilação e divulgação dos dados, comprometem e impossibilitam a utilização do indicador como função controle.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTUNEK, J. M. & SEO, M. **Qualitative research can add new meanings to quantitative research**. Journal of Organizational Behavior, v. 23, n.2, 2002.

BATEMAN, T. S; SNELL, S. A. **Administração – Novo Cenário Competitivo**. Atlas: São Paulo, 2006.

BLANES, Denise. **Formulação de indicadores de acompanhamento e avaliação de políticas sócio-assistenciais**. In: Famílias: redes, laços e políticas públicas. Org. ACOSTA, Ana Rojas; VITALES, Maria Amália Faller. IEE/PUC-SP: São Paulo, 2003.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais – teoria e prática**. Zahar: Rio de Janeiro, 1985.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração – Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Bookman: Porto Alegre, 2005.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Prentice-Hall: Englewood Cliffs, N.J, 1984.

EASTONE, D. **A Framework for Political Analysis**. Prentice Hall: Englewood Cliffs, 1965.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, out. 2005.

----- **Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. Atlas, São Paulo, 1977.

GUARESCHI, N.; COMUNELLO, L. N.; NARDINI, M. & HOENISCH, J. C. **Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência**. Edipucrs, Porto Alegre, 2004.

GUIMARÃES, J.R.S e JANNUZZI, P.M. **IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica**. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador , 2005.

HADDAD, Paulo. **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil – Estudo de clusters**. CNPQ, Brasília, 1999.

HAIR Jr., J.F. ; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. **Análise Multivariada de Dados** Bookman. Porto Alegre-RS , 2005.

HAIR, Joseph F. **Multivariate data analysis**. Prentice Hall: New Jersey, 1998.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil – Conceitos, Fontes de dados e Aplicações**. Alínea: Campinas, 2003.

-----, M. **Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades**. XIV Encontro nacional de estudos populacionais, ABEP. 20-24 Setembro 2004.

KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. EPU / EDUSP: São Paulo, 1980.

KON, Anita. **Subsídios teóricos e metodológicos ao planejamento econômico público**. Relatório de pesquisa nº 12. EAESP/FGV: São Paulo, 1997.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Meridian Books: Cleveland, 1936.

LOWI, Theodor. "American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory", **World Politics**, 1964.

-----". "Four Systems of Policy, Politics, and Choice". **Public Administration Review**, 1972.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Goodyear: Calif, 1980.

MARQUES, H. R.. **Pesquisa e projeto de pesquisa..** UCDB: Campo Grande, 2004.

MAXIMIANO, A. C. **Introdução a administração**. Atlas: São Paulo, 2006.

MEAD, L. M. **Public Policy: Vision, Potential, Limits**, Policy Currents, Fevereiro: 1995.

MINGOTI, S. A. **Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2005.

MINITAB. **Tutorials Homepage**. (Disponível em: www.minitab.com/resources/tutorials). Acesso em 21 abr. 2008.

NAHAS, M. I. P. **O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte: um processo de geração de indicadores sociais**. CAD. ciênc. soc., V5, N.8, p.88-109. 1997.

-----". **Banco de metodologias de sistemas de indicadores**. In: BRASIL, Ministério das Cidades. 2ª Conferência das cidades: Política nacional de desenvolvimento urbano. Desenvolvimento do Índice de Qualidade de Vida Urbana. Brasil, Ministério das Cidades, 2005 (Disponível em CD).

-----, **Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil – experiências e metodologias**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. 18-22 Abril, 2006.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n.3,1996.

OLIVEIRA, J. A. P. **Desafios do planejamento em políticas públicas – diferentes visões e práticas**. Revista de Administração Pública: Rio de Janeiro, n.40, vol. 1: pg. 273-288. Mar./Abr. 2006.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham House: Chatham, N.J, 1986.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife**. PNUD: Recife, 2005 (Disponível em CD).

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD: Campinas, 1991 (Disponível em www.pnud.org.br). Acesso em 20 mar. 2008.

PORTER, Michael E. **Vantagem Competitiva**, *Campus*, Rio Janeiro,1989.

ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas**. Rio de Janeiro, Atlas, 2003.

SALTELLI, A. et. al. **Composite indicators - the controversy and the way forward**. Palermo, OECD World Forum on Key Indicators. 2004. 17 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/40/50/33841312.doc>>. Acesso em: 19 Abr. 2008.

SAUER, L; CAMPÊLO, E. H. R. **Mapeamento dos Índices de INCLUSÃO/EXCLUSÃO Social em Campo Grande-MS**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

SCHERMERHORN, John R. **Administração – Conceitos fundamentais**. Atlas: São Paulo, 2006.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento e crescimento econômico**. Valor Econômico. São Paulo. 22 Set. 2003.

ANEXOS

Anexo A

Anexo A.1 - Longevidade 2003 (original) – 1 de 2

Cidade	Coeficiente de Mortalidade Perinatal	Coeficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coeficiente de Mortalidade de 60 e +
ÁGUA CLARA	36,47	25,84	1,83	34,51
ALCINÓPOLIS	16,39	8,20	1,27	42,88
AMAMBÁI	35,07	39,12	3,07	33,21
ANASTÁCIO	28,87	20,85	1,44	39,05
ANAUROLÂNDIA	21,63	14,42	0,66	40,77
ANGÉLICA	20,34	10,17	1,40	37,51
ANTONIO JOÃO	37,19	30,99	2,52	29,08
APARECIDA DO TABOADO	12,53	10,03	1,99	38,48
AQUIDAUANA	20,86	17,03	1,70	43,44
ARAL MOREIRA	28,68	26,77	2,39	25,77
BANDEIRANTES	3,94	0,00	1,11	30,72
BATAGUASSU	23,64	18,91	1,38	38,82
BATAIPORÃ	18,63	18,63	1,71	41,50
BELA VISTA	26,87	32,77	1,55	38,59
BODOQUENA	20,04	26,73	1,50	34,20
BONITO	25,38	24,44	1,53	42,38
BRASILÂNDIA	38,58	23,15	2,07	42,64
CAARAPÓ	22,25	25,13	2,39	41,22
CAMAPUÃ	20,35	26,16	1,33	32,36
CAMPO GRANDE	14,36	13,92	1,71	41,47
CARACOL	17,48	17,48	1,36	18,95
CASSILÂNDIA	18,46	20,51	1,20	32,01
CHAPADÃO DO SUL	18,13	19,64	1,82	23,32
CORGUINHO	17,54	52,63	1,36	23,09
CORONEL SAPUCAIA	29,27	54,63	3,76	43,32
CORUMBÁ	33,47	31,17	2,17	46,66
COSTA RICA	21,49	22,76	2,54	37,21
COXIM	22,86	17,58	1,68	36,28
DEODÁPOLIS	22,40	16,29	1,45	38,07
DOIS IRMÃOS DO BURITI	41,78	13,05	1,12	31,36
DOURADINA	20,94	73,30	1,88	47,41
DOURADOS	23,03	22,08	2,18	40,03
ELDORADO	24,94	21,38	1,61	40,82
FÁTIMA DO SUL	17,46	18,70	1,98	38,95
FIGUEIRÃO	71,43	1,58		
GUIA LOPES DA LAGUNA	16,13	16,13	1,29	39,00
GLÓRIA DE DOURADOS	17,48	19,23	1,56	40,02
IGUAATEMI	27,75	23,12	1,64	35,32
INOCÊNCIA	24,32	18,92	1,21	31,20

Anexo A.1 - Longevidade 2003 (original) – 2 de 2

Cidade	Coefficiente de Mortalidade Perinatal	Coefficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coefficiente de Mortalidade de 60 e +
ITAPORÃ	25,20	14,17	1,25	34,48
ITAQUIRAÍ	34,71	20,61	1,50	33,33
IVINHEMA	20,49	20,49	1,26	40,63
JAPORÃ	48,95	81,59	4,67	29,37
JARAGUARI	22,39	14,93	1,61	15,87
JARDIM	17,08	19,13	1,75	40,72
JATEÍ	16,57	22,10	1,41	43,89
JUTI	44,16	34,70	3,28	41,75
LADÁRIO	39,29	38,02	1,56	40,43
LAGUNA CARAPÃ	23,89	17,06	1,78	26,07
MARACAJU	16,70	14,22	1,50	37,78
MIRANDA	22,86	20,95	1,25	28,66
MUNDO NOVO	30,43	25,00	1,40	44,77
NAVIRAÍ	21,78	13,66	2,01	46,34
NIOAQUE	18,52	18,52	0,77	24,99
NOVA ALVORADA DO SUL	36,22	24,14	2,05	29,57
NOVA ANDRADINA	20,52	14,93	1,79	37,60
NOVO HORIZONTE DO SUL	4,27	8,55	0,68	34,89
PARANAÍBA	25,32	25,32	1,73	41,95
PARANHOS	42,69	53,04	2,35	37,09
PEDRO GOMES	14,46	16,87	1,28	31,06
PONTA PORÃ	27,30	26,53	2,68	42,40
PORTO MURTINHO	39,95	34,62	2,22	37,65
RIBAS DO RIO PARDO	25,67	27,81	2,80	40,00
RIO BRILHANTE	15,08	15,76	2,09	36,53
RIO NEGRO	44,69	16,76	0,90	26,35
RIO VERDE DE MATO	12,76	17,66	1,19	34,24
ROCHEDO	22,10	33,15	1,21	30,83
SANTA RITA DO PARDO	35,09	28,07	1,64	33,42
SÃO GABRIEL DO OESTE	19,59	15,86	1,90	34,21
SELVÍRIA	48,78	24,39	1,54	35,16
SETE QUEDAS	15,49	17,70	2,78	42,99
SIDROLÂNDIA	19,04	16,50	1,43	38,29
SONORA	7,48	16,21	1,00	31,75
TACURU	36,68	55,82	3,11	31,17
TAQUARUSSU	18,99	12,66	2,20	31,48
TERENOS	23,21	23,21	1,58	30,59
TRÊS LAGOAS	21,84	16,49	1,95	42,94
VICENTINA	36,04	22,52	1,37	36,73

Anexo A.2 - Escolaridade 2003 (original) – 1 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ÁGUA CLARA	30,74	46,11	21,70	42,70
ALCINÓPOLIS	65,45	101,06	36,50	61,60
AMAMBAÍ	49,61	56,17	35,10	46,20
ANASTÁCIO	37,81	50,30	24,30	53,30
ANAUROLÂNDIA	41,42	50,45	26,50	67,70
ANGÉLICA	69,07	77,75	16,50	30,40
ANTÔNIO JOÃO	24,71	51,53	22,20	37,70
APARECIDA DO TABOADO	37,68	73,30	13,70	25,40
AQUIDAUANA	35,58	74,95	26,40	53,50
ARAL MOREIRA	19,18	56,76	24,70	49,80
BANDEIRANTES	37,34	66,40	24,70	38,40
BATAGUASSU	61,28	75,96	21,40	46,00
BATAIPORÃ	24,64	50,56	34,90	57,50
BELA VISTA	26,20	68,10	17,70	35,60
BODOQUENA	53,51	37,08	30,40	59,70
BONITO	39,37	66,64	21,10	54,50
BRASILÂNDIA	36,23	50,20	23,30	57,20
CAARAPÓ	51,58	69,57	21,60	32,90
CAMAPUÃ	26,26	61,95	22,70	36,50
CAMPO GRANDE	43,35	94,58	16,40	38,20
CARACOL	29,64	37,99	24,10	42,60
CASSILÂNDIA	61,74	82,65	14,20	39,10
CHAPADÃO DO SUL	58,17	86,34	11,20	40,40
CORGUINHO	44,83	66,52	27,60	49,00
CORONEL SAPUCAIA	27,69	53,36	34,30	53,40
CORUMBÁ	50,21	64,82	24,40	47,30
COSTA RICA	44,25	77,84	14,40	45,00
COXIM	37,07	62,12	21,60	48,30
DEODÁPOLIS	52,53	83,59	14,40	38,80
DOIS IRMÃOS DO BURITI	10,41	34,71	25,10	62,20
DOURADINA	55,94	66,44	18,60	50,20
DOURADOS	43,76	74,23	20,40	43,90
ELDORADO	45,68	61,04	36,50	46,10
FÁTIMA DO SUL	41,85	81,41	14,80	43,40
FIGUEIRÃO				
GUIA LOPES DA LAGUNA	45,62	78,19	18,90	36,40
GLÓRIA DE DOURADOS	23,63	57,11	32,40	54,60
IGUATEMI	41,68	47,79	25,70	46,40
INOCÊNCIA	29,52	50,92	27,50	43,20

Anexo A.2 - Escolaridade 2003 (original) – 2 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ITAPORÃ	32,27	63,38	12,60	35,80
ITAQUIRAÍ	44,89	52,86	26,60	41,70
IVINHEMA	59,67	75,83	15,90	39,10
JAPORÃ	19,83	22,70	43,20	61,20
JARAGUARI	20,37	62,61	27,10	61,40
JARDIM	38,46	82,22	22,40	36,90
JATEÍ	62,98	71,55	15,50	51,40
JUTI	21,67	62,03	37,00	51,90
LADÁRIO	55,51	66,40	28,10	55,50
LAGUNA CARAPÃ	30,94	47,42	21,20	47,40
MARACAJU	41,23	58,67	14,90	32,30
MIRANDA	40,33	64,94	31,10	56,60
MUNDO NOVO	22,19	60,94	36,50	50,60
NAVIRAÍ	39,28	72,82	22,60	41,70
NIOAQUE	28,07	48,43	37,00	54,40
NOVA ALVORADA DO SUL	42,86	72,33	21,30	44,20
NOVA ANDRADINA	52,57	73,29	24,40	46,20
NOVO HORIZONTE DO SUL	24,12	62,50	30,00	51,90
PARANAÍBA	48,29	74,60	20,30	49,40
PARANHOS	50,40	34,83	41,30	58,10
PEDRO GOMES	26,58	49,72	25,50	45,50
PONTA PORÃ	31,77	68,69	19,10	42,00
PORTO MURTINHO	32,43	62,08	31,90	48,70
RIBAS DO RIO PARDO	27,82	48,71	27,30	46,90
RIO BRILHANTE	53,41	57,32	21,30	45,20
RIO NEGRO	55,15	74,58	23,90	49,00
RIO VERDE DE MATO	31,27	50,25	27,20	51,50
ROCHEDO	28,47	61,19	23,10	50,70
SANTA RITA DO PARDO	36,86	56,46	22,90	51,40
SÃO GABRIEL DO OESTE	40,64	65,87	20,50	40,00
SELVÍRIA	58,79	74,93	19,40	24,60
SETE QUEDAS	28,48	67,06	38,00	52,20
SIDROLÂNDIA	33,80	71,90	16,30	41,10
SONORA	47,55	49,85	20,50	48,40
TACURU	16,32	41,93	34,20	58,40
TAQUARUSSU	41,18	42,65	24,30	69,10
TERENOS	25,12	53,21	22,90	49,00
TRÊS LAGOAS	55,74	68,27	15,60	42,70
VICENTINA	39,60	96,08	11,50	34,10

Anexo A.3 - Riqueza 2003 (original) – 1 de 2

Cidade	Consumo Residencial de Energia Elétrica (mWh)	Consumo de Energia Elétrica na Produção (mwh)	Remuneração Média (R\$)	Valor Adicionado Fiscal Per Capita (R\$)
ÁGUA CLARA	1,83	6,21	488,26	22.728,78
ALCINÓPOLIS	1,22	3,85	599,40	24.648,73
AMAMBAÍ	1,52	6,20	528,58	10.962,77
ANASTÁCIO	1,46	7,12	495,04	3.161,22
ANAUROLÂNDIA	1,38	6,02	527,92	8.365,86
ANGÉLICA	1,17	4,11	478,42	7.798,40
ANTÔNIO JOÃO	1,03	4,89	514,42	5.761,25
APARECIDA DO TABOADO	1,66	9,24	580,88	6.372,54
AQUIDAUANA	1,72	5,61	503,38	3.453,52
ARAL MOREIRA	1,23	6,88	548,62	18.484,21
BANDEIRANTES	1,14	5,29	471,35	12.001,31
BATAGUASSU	1,58	5,81	538,93	6.916,05
BATAIPORÃ	1,38	3,69	501,90	6.796,26
BELA VISTA	1,55	3,98	520,39	5.632,84
BODOQUENA	1,40	3,76	650,00	16.576,92
BONITO	1,60	7,73	552,79	6.608,01
BRASILÂNDIA	1,58	13,28	618,09	21.430,18
CAARAPÓ	1,41	9,18	578,69	15.107,05
CAMAPUÃ	1,38	6,19	559,86	11.666,71
CAMPO GRANDE	1,93	13,17	989,38	7.405,55
CARACOL	1,42	4,13	484,16	11.573,34
CASSILÂNDIA	1,48	5,88	469,31	6.056,56
CHAPADÃO DO SUL	1,91	15,53	720,00	36.681,74
CORGUINHO	1,20	3,75	444,10	10.656,67
CORONEL SAPUCAIA	1,34	4,61	498,12	2.743,90
CORUMBÁ	2,10	7,87	672,85	13.734,87
COSTA RICA	1,40	11,13	618,13	25.739,76
COXIM	1,59	7,68	593,81	5.859,22
DEODÁPOLIS	1,23	5,90	470,52	3.662,96
DOIS IRMÃOS DO BURITI	1,12	3,43	529,68	5.659,95
DOURADINA	1,32	69,79	420,37	6.540,98
DOURADOS	1,78	11,31	632,35	7.908,84
ELDORADO	1,41	4,52	567,03	7.823,13
FÁTIMA DO SUL	1,40	11,30	496,19	5.848,33
FIGUEIRÃO				
GUIA LOPES DA LAGUNA	1,18	4,16	525,62	2.975,61
GLÓRIA DE DOURADOS	1,39	4,29	569,00	2.863,03
IGUATEMI	1,47	5,49	439,70	9.237,55
INOCÊNCIA	1,50	4,50	490,11	13.366,06

Anexo A.3 - Riqueza 2003 (original) – 2 de 2

Cidade	Consumo Residencial de Energia Elétrica (mWh)	Consumo de Energia Elétrica na Produção (mwh)	Remuneração Média (R\$)	Valor Adicionado Fiscal Per Capita (R\$)
ITAPORÃ	1,61	13,99	481,91	10.567,90
ITAQUIRAÍ	1,37	2,67	508,72	7.745,37
IVINHEMA	1,46	3,65	511,03	5.521,66
JAPORÃ	1,15	2,34	426,61	2.499,75
JARAGUARI	1,30	4,55	517,04	9.083,21
JARDIM	1,55	4,85	547,59	3.025,56
JATEÍ	1,28	4,52	521,19	14.010,72
JUTI	1,19	6,65	517,91	9.824,14
LADÁRIO	1,82	6,70	1.529,22	2.282,98
LAGUNA CARAPÃ	1,53	8,10	635,95	25.012,70
MARACAJU	1,74	8,69	571,01	20.327,52
MIRANDA	1,63	8,78	581,55	4.207,81
MUNDO NOVO	1,48	4,41	571,61	4.013,55
NAVIRAÍ	1,67	7,38	569,74	11.145,54
NIOAQUE	1,45	2,39	553,78	5.662,46
NOVA ALVORADA DO SUL	1,49	6,04	592,77	19.126,95
NOVA ANDRADINA	1,62	6,16	603,69	10.169,76
NOVO HORIZONTE DO SUL	1,07	2,33	471,48	4.216,49
PARANAÍBA	1,72	5,34	530,79	5.644,90
PARANHOS	1,10	3,21	600,68	2.509,88
PEDRO GOMES	1,30	5,18	504,83	11.265,64
PONTA PORÃ	1,61	16,92	577,80	8.748,73
PORTO MURTINHO	1,84	7,11	548,69	10.090,20
RIBAS DO RIO PARDO	1,59	5,93	510,30	20.533,52
RIO BRILHANTE	1,71	11,72	624,17	16.334,21
RIO NEGRO	1,19	3,26	509,21	5.112,36
RIO VERDE DE MATO	1,30	5,23	492,42	5.942,63
ROCHEDO	1,43	4,31	409,35	9.446,92
SANTA RITA DO PARDO	1,38	6,56	577,33	15.820,05
SÃO GABRIEL DO OESTE	1,85	11,68	656,65	26.905,15
SELVÍRIA	1,55	6,03	573,21	9.551,58
SETE QUEDAS	1,31	4,09	469,19	5.207,98
SIDROLÂNDIA	1,53	7,12	532,95	15.518,29
SONORA	1,57	9,33	675,00	17.380,06
TACURU	1,26	6,57	478,63	5.970,63
TAQUARUSSU	1,19	4,69	444,90	8.992,72
TERENOS	1,35	4,57	543,05	7.819,66
TRÊS LAGOAS	1,87	7,85	473,77	10.468,35
VICENTINA	1,20	3,82	485,74	4.225,76

Anexo A.4 - Longevidade 2005 (original) – 1 de 2

Cidade	Coefficiente de Mortalidade Perinatal	Coefficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coefficiente de Mortalidade de 60 e +
ÁGUA CLARA	25,53	16,97	2,16	32,41
ALCINÓPOLIS	25,42	15,15	2,77	65,62
AMAMBAÍ	40,51	44,42	2,86	41,40
ANASTÁCIO	30,12	16,79	1,26	40,82
ANAUROLÂNDIA	22,22	19,18	0,83	39,22
ANGÉLICA	13,25	9,20	1,75	42,37
ANTÔNIO JOÃO	30,24	29,98	2,97	39,22
APARECIDA DO TABOADO	11,76	11,08	1,89	34,95
AQUIDAUANA	22,47	21,66	1,77	43,37
ARAL MOREIRA	31,50	35,85	3,02	36,08
BANDEIRANTES	12,71	18,52	1,21	30,97
BATAGUASSU	19,72	11,44	1,50	31,88
BATAIPORÃ	18,90	13,72	1,02	38,04
BELA VISTA	30,58	31,88	1,70	38,68
BODOQUENA	13,19	29,55	1,39	41,28
BONITO	24,60	13,38	1,32	39,50
BRASILÂNDIA	32,26	20,37	1,82	40,99
CAARAPÓ	22,85	22,03	1,98	42,00
CAMAPUÃ	21,04	17,17	1,78	36,34
CAMPO GRANDE	13,58	13,82	1,55	40,82
CARACOL	13,61	10,95	1,63	29,63
CASSILÂNDIA	19,53	18,81	1,35	28,66
CHAPADÃO DO SUL	18,77	12,76	1,77	27,15
CORGUINHO	15,50	23,26	1,60	26,42
CORONEL SAPUCAIA	29,15	40,15	3,54	44,47
CORUMBÁ	32,53	25,14	2,00	45,98
COSTA RICA	17,48	10,42	1,88	39,71
COXIM	22,70	21,71	1,39	38,59
DEODÁPOLIS	19,52	22,68	1,48	42,50
DOIS IRMÃOS DO BURITI	40,57	22,44	1,36	32,53
DOURADINA	13,16	48,08	2,40	33,05
DOURADOS	19,46	18,69	1,98	41,75
ELDORADO	32,57	25,09	1,89	40,02
FÁTIMA DO SUL	12,90	19,46	1,67	45,71
FIGUEIRÃO	42,55	25,97		
GUIA LOPES DA LAGUNA	31,58	16,30	1,19	41,63
GLÓRIA DE DOURADOS	10,89	16,16	1,49	35,19
IGUAATEMI	27,71	34,66	1,76	32,72
INOCÊNCIA	17,81	18,62	0,71	34,71

Anexo A.4 - Longevidade 2005 (original) – 2 de 2

Cidade	Coeficiente de Mortalidade Perinatal	Coeficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coeficiente de Mortalidade de 60 e +
ITAPORÃ	20,87	14,02	0,86	29,81
ITAQUIRAÍ	25,41	15,03	1,47	32,31
IVINHEMA	18,99	14,63	1,42	43,32
JAPORÃ	50,58	68,56	5,81	40,22
JARAGUARI	7,14	12,74	0,84	20,33
JARDIM	13,45	21,93	1,97	38,71
JATEÍ	27,03	26,88	1,10	55,34
JUTI	36,47	16,18	2,64	41,06
LADÁRIO	44,42	30,43	1,28	41,26
LAGUNA CARAPÃ	39,01	26,32	1,95	29,41
MARACAJU	15,80	14,62	1,28	42,89
MIRANDA	23,84	23,32	1,17	30,40
MUNDO NOVO	33,49	18,01	1,58	42,28
NAVIRAÍ	23,52	19,01	1,92	40,77
NIOAQUE	21,08	18,59	1,03	27,22
NOVA ALVORADA DO SUL	27,32	15,50	1,33	30,25
NOVA ANDRADINA	22,39	22,22	1,82	39,94
NOVO HORIZONTE DO SUL	0,00	25,74	1,56	45,83
PARANAÍBA	19,80	19,14	1,61	40,31
PARANHOS	36,57	44,42	3,02	28,32
PEDRO GOMES	23,32	20,59	1,73	33,29
PONTA PORÃ	25,13	20,91	2,29	46,02
PORTO MURTINHO	37,04	23,07	2,43	33,26
RIBAS DO RIO PARDO	28,93	34,84	2,83	37,78
RIO BRILHANTE	10,45	15,84	2,37	33,44
RIO NEGRO	33,98	9,26	1,52	34,72
RIO VERDE DE MATO	13,74	10,49	1,44	34,18
ROCHEDO	20,00	15,54	0,98	30,81
SANTA RITA DO PARDO	32,49	17,86	1,56	41,47
SÃO GABRIEL DO OESTE	16,93	15,48	1,72	36,59
SELVÍRIA	35,71	17,54	1,02	29,07
SETE QUEDAS	21,98	20,13	3,50	56,05
SIDROLÂNDIA	21,40	16,35	1,36	39,68
SONORA	8,15	10,26	1,20	26,46
TACURU	41,80	48,67	3,21	30,58
TAQUARUSSU	18,87	6,33	0,55	38,18
TERENOS	22,26	23,95	1,13	27,64
TRÊS LAGOAS	22,22	21,15	2,02	43,99
VICENTINA	31,58	18,43	1,00	46,03

Anexo A.5 - Escolaridade 2005 (original) – 1 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ÁGUA CLARA	39,00	58,51	22,30	35,70
ALCINÓPOLIS	94,29	116,55	28,10	52,40
AMAMBAÍ	43,70	54,80	31,40	43,20
ANASTÁCIO	47,39	40,09	26,40	48,30
ANAUROLÂNDIA	42,31	62,26	22,00	50,70
ANGÉLICA	70,29	87,95	16,20	28,60
ANTÔNIO JOÃO	30,74	40,73	26,20	31,30
APARECIDA DO TABOADO	29,97	60,31	13,50	25,30
AQUIDAUANA	47,45	61,56	29,20	51,00
ARAL MOREIRA	23,56	66,94	29,40	44,50
BANDEIRANTES	38,61	85,08	22,10	47,50
BATAGUASSU	59,21	73,78	20,00	33,70
BATAIPORÃ	38,22	42,69	31,10	43,40
BELA VISTA	35,59	73,90	17,20	30,20
BODOQUENA	56,79	50,96	29,00	48,10
BONITO	44,14	71,22	21,20	53,70
BRASILÂNDIA	35,31	56,47	23,30	48,50
CAARAPÓ	51,02	62,63	19,80	32,80
CAMAPUÃ	29,98	59,40	23,40	28,70
CAMPO GRANDE	43,30	80,27	16,80	33,50
CARACOL	54,57	59,25	18,00	44,40
CASSILÂNDIA	55,84	79,18	15,40	29,90
CHAPADÃO DO SUL	63,19	79,91	13,90	28,10
CORGUINHO	37,07	71,30	23,30	39,00
CORONEL SAPUCAIA	32,40	59,13	32,00	39,40
CORUMBÁ	58,71	62,37	25,30	41,80
COSTA RICA	56,06	80,59	17,90	35,20
COXIM	36,56	61,76	24,90	51,00
DEODÁPOLIS	55,89	85,61	14,70	27,90
DOIS IRMÃOS DO BURITI	21,29	60,63	22,80	53,70
DOURADINA	56,99	85,57	16,40	50,60
DOURADOS	44,00	70,21	21,70	35,90
ELDORADO	47,42	62,00	32,20	39,30
FÁTIMA DO SUL	53,62	90,85	16,80	33,70
FIGUEIRÃO	27,51	63,13	39,00	61,00
GUIA LOPES DA LAGUNA	50,74	85,84	17,40	34,10
GLÓRIA DE DOURADOS	22,83	32,47	25,30	38,90
IGUAATEMI	37,11	46,65	27,20	48,70
INOCÊNCIA	40,25	46,50	24,00	33,90

Anexo A.5 - Escolaridade 2005 (original) – 2 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ITAPORÃ	31,89	71,28	15,50	26,50
ITAQUIRAÍ	37,06	49,75	25,50	48,60
IVINHEMA	59,80	78,33	16,80	35,80
JAPORÃ	19,35	31,13	38,10	61,00
JARAGUARI	24,41	44,80	21,70	45,80
JARDIM	30,79	67,36	20,50	39,80
JATEÍ	69,59	75,00	16,50	53,80
JUTI	23,86	75,16	28,20	37,30
LADÁRIO	68,47	53,68	29,30	43,60
LAGUNA CARAPÃ	36,08	50,12	22,20	43,60
MARACAJU	48,52	62,02	16,20	34,60
MIRANDA	36,67	73,79	29,40	51,60
MUNDO NOVO	35,09	60,19	33,70	45,20
NAVIRAÍ	44,55	75,61	17,50	35,80
NIOAQUE	19,00	54,13	31,90	58,50
NOVA ALVORADA DO SUL	38,66	83,31	20,30	40,60
NOVA ANDRADINA	51,63	73,65	24,90	45,60
NOVO HORIZONTE DO SUL	26,40	85,19	26,50	39,80
PARANAÍBA	49,20	63,01	20,60	40,70
PARANHOS	53,42	45,62	39,00	53,80
PEDRO GOMES	28,97	51,37	24,80	37,10
PONTA PORÃ	39,49	79,13	23,00	37,20
PORTO MURTINHO	32,57	86,29	33,00	42,70
RIBAS DO RIO PARDO	34,42	45,69	28,40	48,10
RIO BRILHANTE	50,31	52,23	18,20	37,20
RIO NEGRO	53,02	69,30	18,60	32,90
RIO VERDE DE MATO	33,57	47,50	27,00	45,60
ROCHEDO	35,46	66,01	20,30	41,00
SANTA RITA DO PARDO	30,24	77,11	23,10	45,30
SÃO GABRIEL DO OESTE	46,89	71,34	19,70	33,70
SELVÍRIA	45,17	52,55	17,60	32,60
SETE QUEDAS	32,71	86,02	35,00	50,90
SIDROLÂNDIA	37,93	66,83	14,10	28,80
SONORA	41,81	57,52	19,70	38,10
TACURU	25,92	40,71	34,10	52,30
TAQUARUSSU	65,87	50,00	22,20	56,10
TERENOS	34,52	56,57	24,30	46,70
TRÊS LAGOAS	52,72	63,55	16,80	38,50
VICENTINA	32,16	89,74	12,60	26,90

Anexo A.6 - Riqueza 2005 (original) – 1 de 2

Cidade	Consumo Residencial de Energia Elétrica (mWh)	Consumo de Energia Elétrica na Produção (mwh)	Remuneração Média (R\$)	Valor Adicionado Fiscal Per Capita (R\$)
ÁGUA CLARA	1,94	7,80	557,03	22.160,09
ALCINÓPOLIS	1,28	3,66	563,67	35.457,34
AMAMBAÍ	1,51	5,85	634,25	6.846,44
ANASTÁCIO	1,45	8,48	542,45	5.155,78
ANAUROLÂNDIA	1,43	6,32	531,64	8.396,67
ANGÉLICA	1,22	4,32	503,85	7.569,96
ANTÔNIO JOÃO	1,06	5,10	542,51	5.165,37
APARECIDA DO TABOADO	1,73	9,13	587,50	10.936,71
AQUIDAUANA	1,71	5,76	552,23	4.019,10
ARAL MOREIRA	1,20	6,82	602,73	20.056,09
BANDEIRANTES	1,17	5,09	520,02	11.986,72
BATAGUASSU	1,64	5,15	531,52	15.649,94
BATAIPORÃ	1,40	4,17	515,25	5.663,64
BELA VISTA	1,56	3,97	561,32	5.424,43
BODOQUENA	1,41	5,43	712,39	14.351,32
BONITO	1,60	6,84	598,15	5.820,86
BRASILÂNDIA	1,61	16,59	642,37	22.211,38
CAARAPÓ	1,46	8,14	562,91	13.738,90
CAMAPUÃ	1,36	5,85	601,47	12.398,65
CAMPO GRANDE	1,88	13,97	1.092,38	7.176,84
CARACOL	1,51	3,62	591,53	8.836,90
CASSILÂNDIA	1,48	6,31	517,92	6.242,43
CHAPADÃO DO SUL	1,86	15,64	722,51	28.338,69
CORGUINHO	1,20	3,54	488,78	11.815,36
CORONEL SAPUCAIA	1,33	4,21	702,16	2.631,43
CORUMBÁ	2,07	8,39	738,12	22.435,17
COSTA RICA	1,45	10,34	634,99	21.927,87
COXIM	1,56	7,46	637,48	6.306,49
DEODÁPOLIS	1,29	6,09	495,82	4.634,53
DOIS IRMÃOS DO BURITI	1,09	5,46	582,91	5.381,61
DOURADINA	1,37	69,60	568,97	5.244,52
DOURADOS	1,80	11,32	681,19	9.304,27
ELDORADO	1,45	4,84	537,64	7.390,85
FÁTIMA DO SUL	1,47	11,04	519,49	4.520,86
FIGUEIRÃO	1,25	2,09	662,15	11.869,88
GUIA LOPES DA LAGUNA	1,23	4,62	562,46	3.018,13
GLÓRIA DE DOURADOS	1,46	4,69	578,47	5.068,59
IGUATEMI	1,51	3,89	515,88	11.640,90
INOCÊNCIA	1,53	4,62	550,43	14.044,26

Anexo A.6 - Riqueza 2005 (original) – 2 de 2

Cidade	Consumo Residencial de Energia Elétrica (mWh)	Consumo de Energia Elétrica na Produção (mwh)	Remuneração Média (R\$)	Valor Adicionado Fiscal Per Capita (R\$)
ITAPORÃ	1,62	14,57	561,47	10.259,71
ITAQUIRAÍ	1,44	2,77	583,37	6.583,67
IVINHEMA	1,52	3,73	530,10	6.554,08
JAPORÃ	1,19	2,56	541,70	3.916,74
JARAGUARI	1,42	4,00	523,83	7.407,93
JARDIM	1,56	5,98	667,48	3.249,80
JATEÍ	1,25	5,56	570,73	14.214,52
JUTI	1,26	6,13	571,88	11.437,46
LADÁRIO	1,92	8,89	1.643,37	2.242,97
LAGUNA CARAPÃ	1,64	7,16	724,55	39.887,91
MARACAJU	1,74	9,32	573,54	20.908,53
MIRANDA	1,72	8,72	642,62	3.747,96
MUNDO NOVO	1,51	4,24	595,72	5.953,08
NAVIRAÍ	1,69	8,29	631,83	11.936,29
NIOAQUE	1,53	2,97	792,72	3.953,26
NOVA ALVORADA DO SUL	1,55	6,45	574,53	19.941,94
NOVA ANDRADINA	1,69	6,83	652,48	10.682,93
NOVO HORIZONTE DO SUL	1,19	3,11	525,74	6.531,84
PARANAÍBA	1,78	5,58	535,73	6.575,94
PARANHOS	1,17	3,17	933,88	2.323,23
PEDRO GOMES	1,31	6,05	550,70	7.373,47
PONTA PORÃ	1,56	6,02	639,45	7.233,43
PORTO MURTINHO	1,76	7,08	538,23	8.018,26
RIBAS DO RIO PARDO	1,73	6,48	552,22	21.615,73
RIO BRILHANTE	1,78	9,60	681,14	15.942,54
RIO NEGRO	1,22	3,43	484,99	4.305,98
RIO VERDE DE MATO	1,31	5,05	569,37	5.681,63
ROCHEDO	1,36	3,58	454,36	7.726,10
SANTA RITA DO PARDO	1,53	7,29	576,17	19.471,01
SÃO GABRIEL DO OESTE	1,77	11,40	704,76	22.651,28
SELVÍRIA	1,64	7,08	471,60	18.220,71
SETE QUEDAS	1,33	4,32	573,16	5.406,48
SIDROLÂNDIA	1,50	6,47	595,68	17.939,60
SONORA	1,60	9,91	732,20	20.263,17
TACURU	1,34	5,79	610,98	6.815,86
TAQUARUSSU	1,26	3,75	455,62	7.676,71
TERENOS	1,43	4,84	542,06	10.663,35
TRÊS LAGOAS	1,98	8,93	609,39	13.785,19
VICENTINA	1,23	4,33	543,33	7.759,69

Anexo A.7 - Longevidade 2003 – 1 de 2

Cidade	Coefficiente de Mortalidade Perinatal	Coefficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coefficiente de Mortalidade de 60 e +
ÁGUA CLARA	48,20	31,67	29,18	59,10
ALCINÓPOLIS	18,45	10,05	15,21	85,64
AMAMBAÍ	46,13	47,95	60,10	54,98
ANASTÁCIO	36,94	25,55	19,45	73,49
ANAUROLÂNDIA	26,21	17,67	0,00	78,95
ANGÉLICA	24,30	12,46	18,45	68,61
ANTÔNIO JOÃO	49,27	37,98	46,38	41,88
APARECIDA DO TABOADO	12,73	12,29	33,17	71,69
AQUIDAUANA	25,07	20,87	25,94	87,41
ARAL MOREIRA	36,66	32,81	43,14	31,39
BANDEIRANTES	0,00	0,00	11,22	47,08
BATAGUASSU	29,19	23,18	17,96	72,76
BATAIPORÃ	21,77	22,83	26,18	81,26
BELA VISTA	33,98	40,16	22,19	72,04
BODOQUENA	23,86	32,76	20,95	58,12
BONITO	31,77	29,95	21,70	84,05
BRASILÂNDIA	51,33	28,37	35,16	84,88
CAARAPÓ	27,13	30,80	43,14	80,37
CAMAPUÃ	24,31	32,06	16,71	52,28
CAMPO GRANDE	15,44	17,06	26,18	81,17
CARACOL	20,06	21,42	17,46	9,77
CASSILÂNDIA	21,51	25,14	13,47	51,17
CHAPADÃO DO SUL	21,03	24,07	28,93	23,62
CORGUINHO	20,15	64,51	17,46	22,89
CORONEL SAPUCAIA	37,53	66,96	77,31	87,03
CORUMBÁ	43,75	38,20	37,66	97,62
COSTA RICA	26,00	27,90	46,88	67,66
COXIM	28,03	21,55	25,44	64,71
DEODÁPOLIS	27,35	19,97	19,70	70,39
DOIS IRMÃOS DO BURITI	56,07	15,99	11,47	49,11
DOURADINA	25,19	89,84	30,42	100,00
DOURADOS	28,29	27,06	37,91	76,60
ELDORADO	31,12	26,20	23,69	79,11
FÁTIMA DO SUL	20,03	22,92	32,92	73,18
GUIA LOPES DA LAGUNA	18,06	19,77	15,71	73,34
GLÓRIA DE DOURADOS	20,06	23,57	22,44	76,57
IGUATEMI	35,28	28,34	24,44	61,67
INOCÊNCIA	30,20	23,19	13,72	48,60

Anexo A.7 - Longevidade 2003 – 2 de 2

Cidade	Coefficiente de Mortalidade Perinatal	Coefficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coefficiente de Mortalidade de 60 e +
ITAPORÃ	31,50	17,37	14,71	59,00
ITAQUIRAÍ	45,59	25,26	20,95	55,36
IVINHEMA	24,52	25,11	14,96	78,50
JAPORÃ	66,69	100,00	100,00	42,80
JARAGUARI	27,34	18,30	23,69	0,00
JARDIM	19,47	23,45	27,18	78,79
JATEÍ	18,71	27,09	18,70	88,84
JUTI	59,59	42,53	65,34	82,05
LADÁRIO	52,38	46,60	22,44	77,87
LAGUNA CARAPÃ	29,56	20,91	27,93	32,34
MARACAJU	18,91	17,43	20,95	69,47
MIRANDA	28,03	25,68	14,71	40,55
MUNDO NOVO	39,25	30,64	18,45	91,63
NAVIRAÍ	26,43	16,74	33,67	96,61
NIOAQUE	21,60	22,70	2,74	28,92
NOVA ALVORADA DO SUL	47,83	29,59	34,66	43,44
NOVA ANDRADINA	24,57	18,30	28,18	68,90
NOVO HORIZONTE DO SUL	0,49	10,48	0,50	60,30
PARANAÍBA	31,68	31,03	26,68	82,69
PARANHOS	57,42	65,01	42,14	67,28
PEDRO GOMES	15,59	20,68	15,46	48,16
PONTA PORÃ	34,61	32,52	50,37	84,12
PORTO MURTINHO	53,36	42,43	38,90	69,06
RIBAS DO RIO PARDO	32,20	34,09	53,37	76,51
RIO BRILHANTE	16,51	19,32	35,66	65,50
RIO NEGRO	60,38	20,54	5,99	33,23
RIO VERDE DE MATO	13,07	21,64	13,22	58,24
ROCHEDO	26,91	40,63	13,72	47,43
SANTA RITA DO PARDO	46,15	34,40	24,44	55,64
SÃO GABRIEL DO OESTE	23,19	19,44	30,92	58,15
SELVÍRIA	66,44	29,89	21,95	61,16
SETE QUEDAS	17,11	21,69	52,87	85,99
SIDROLÂNDIA	22,37	20,22	19,20	71,08
SONORA	5,25	19,87	8,48	50,35
TACURU	48,51	68,42	61,10	48,51
TAQUARUSSU	22,30	15,52	38,40	49,49
TERENOS	28,55	28,45	22,94	46,67
TRÊS LAGOAS	26,52	20,21	32,17	85,83
VICENTINA	47,56	27,60	17,71	66,14

Anexo A.8 - Escolaridade 2003 – 1 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ÁGUA CLARA	34,66	29,87	32,81	40,67
ALCINÓPOLIS	93,83	100,00	79,06	83,15
AMAMBAÍ	66,83	42,71	74,69	48,54
ANASTÁCIO	46,71	35,22	40,94	64,49
ANAUROLÂNDIA	52,86	35,41	47,81	96,85
ANGÉLICA	100,00	70,25	16,56	13,03
ANTÔNIO JOÃO	24,38	36,79	34,38	29,44
APARECIDA DO TABOADO	46,49	64,57	7,81	1,80
AQUIDAUANA	42,91	66,68	47,50	64,94
ARAL MOREIRA	14,95	43,47	42,19	56,63
BANDEIRANTES	45,91	55,77	42,19	31,01
BATAGUASSU	86,72	67,97	31,88	48,09
BATAIPORÃ	24,26	35,55	74,06	73,93
BELA VISTA	26,92	57,94	20,31	24,72
BODOQUENA	73,47	18,35	60,00	78,88
BONITO	49,37	56,07	30,94	67,19
BRASILÂNDIA	44,02	35,09	37,81	73,26
CAARAPÓ	70,18	59,81	32,50	18,65
CAMAPUÃ	27,02	50,09	35,94	26,74
CAMPO GRANDE	56,15	91,73	16,25	30,56
CARACOL	32,78	19,51	40,31	40,45
CASSILÂNDIA	87,50	76,51	9,38	32,58
CHAPADÃO DO SUL	81,42	81,21	0,00	35,51
CORGUINHO	58,68	55,92	51,25	54,83
CORONEL SAPUCAIA	29,46	39,13	72,19	64,72
CORUMBÁ	67,85	53,75	41,25	51,01
COSTA RICA	57,69	70,37	10,00	45,84
COXIM	45,45	50,31	32,50	53,26
DEODÁPOLIS	71,80	77,71	10,00	31,91
DOIS IRMÃOS DO BURITI	0,00	15,33	43,44	84,49
DOURADINA	77,62	55,82	23,13	57,53
DOURADOS	56,85	65,76	28,75	43,37
ELDORADO	60,13	48,93	79,06	48,31
FÁTIMA DO SUL	53,60	74,92	11,25	42,25
GUIA LOPES DA LAGUNA	60,02	70,81	24,06	26,52
GLÓRIA DE DOURADOS	22,54	43,91	66,25	67,42
IGUAQUEMI	53,31	32,02	45,31	48,99
INOCÊNCIA	32,58	36,01	50,94	41,80

Anexo A.8 - Escolaridade 2003 – 2 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ITAPORÃ	37,27	51,91	4,38	25,17
ITAQUIRAÍ	58,78	38,49	48,13	38,43
IVINHEMA	83,98	67,80	14,69	32,58
JAPORÃ	16,06	0,00	100,00	82,25
JARAGUARI	16,98	50,93	49,69	82,70
JARDIM	47,82	75,96	35,00	27,64
JATEÍ	89,62	62,34	13,44	60,22
JUTI	19,20	50,19	80,63	61,35
LADÁRIO	76,88	55,77	52,81	69,44
LAGUNA CARAPÃ	35,00	31,55	31,25	51,24
MARACAJU	52,54	45,90	11,56	17,30
MIRANDA	51,01	53,91	62,19	71,91
MUNDO NOVO	20,08	48,80	79,06	58,43
NAVIRAÍ	49,22	63,96	35,63	38,43
NIOAQUE	30,11	32,84	80,63	66,97
NOVA ALVORADA DO SUL	55,32	63,34	31,56	44,04
NOVA ANDRADINA	71,87	64,56	41,25	48,54
NOVO HORIZONTE DO SUL	23,37	50,79	58,75	61,35
PARANAÍBA	64,58	66,23	28,44	55,73
PARANHOS	68,17	15,48	94,06	75,28
PEDRO GOMES	27,57	34,48	44,69	46,97
PONTA PORÃ	36,41	58,69	24,69	39,10
PORTO MURTINHO	37,54	50,26	64,69	54,16
RIBAS DO RIO PARDO	29,68	33,19	50,31	50,11
RIO BRILHANTE	73,30	44,18	31,56	46,29
RIO NEGRO	76,27	66,21	39,69	54,83
RIO VERDE DE MATO	35,56	35,16	50,00	60,45
ROCHEDO	30,79	49,12	37,19	58,65
SANTA RITA DO PARDO	45,09	43,08	36,56	60,22
SÃO GABRIEL DO OESTE	51,53	55,09	29,06	34,61
SELVÍRIA	82,48	66,65	25,63	0,00
SETE QUEDAS	30,80	56,61	83,75	62,02
SIDROLÂNDIA	39,87	62,79	15,94	37,08
SONORA	63,31	34,65	29,06	53,48
TACURU	10,08	24,54	71,88	75,96
TAQUARUSSU	52,45	25,46	40,94	100,00
TERENOS	25,08	38,94	36,56	54,83
TRÊS LAGOAS	77,28	58,15	13,75	40,67
VICENTINA	49,76	93,64	0,94	21,35

Anexo A.9 - Riqueza 2003 – 1 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ÁGUA CLARA	74,77	5,75	7,05	59,44
ALCINÓPOLIS	17,76	2,25	16,97	65,02
AMAMBAÍ	45,79	5,74	10,65	25,23
ANASTÁCIO	40,19	7,10	7,65	2,55
ANAUROLÂNDIA	32,71	5,47	10,59	17,68
ANGÉLICA	13,08	2,64	6,17	16,03
ANTONIO JOÃO	0,00	3,79	9,38	10,11
APARECIDA DO TABOADO	58,88	10,24	15,32	11,89
AQUIDAUANA	64,49	4,86	8,40	3,40
ARAL MOREIRA	18,69	6,74	12,44	47,10
BANDEIRANTES	10,28	4,39	5,54	28,25
BATAGUASSU	51,40	5,16	11,57	13,47
BATAIPORÃ	32,71	2,02	8,26	13,12
BELA VISTA	48,60	2,45	9,92	9,74
BODOQUENA	34,58	2,12	21,49	41,55
BONITO	53,27	8,00	12,81	12,57
BRASILÂNDIA	51,40	16,23	18,64	55,66
CAARAPÓ	35,51	10,15	15,12	37,28
CAMAPUÃ	32,71	5,72	13,44	27,28
CAMPO GRANDE	84,11	16,07	51,80	14,89
CARACOL	36,45	2,67	6,68	27,01
CASSILÂNDIA	42,06	5,26	5,35	10,97
CHAPADÃO DO SUL	82,24	19,57	27,74	100,00
CORGUINHO	15,89	2,10	3,10	24,34
CORONEL SAPUCAIA	28,97	3,38	7,93	1,34
CORUMBÁ	100,00	8,21	23,53	33,29
COSTA RICA	34,58	13,04	18,64	68,19
COXIM	52,34	7,93	16,47	10,40
DEODÁPOLIS	18,69	5,29	5,46	4,01
DOIS IRMÃOS DO BURITI	8,41	1,63	10,75	9,82
DOURADINA	27,10	100,00	0,98	12,38
DOURADOS	70,09	13,31	19,91	16,35
ELDORADO	35,51	3,25	14,08	16,11
FÁTIMA DO SUL	34,58	13,30	7,75	10,36
GUIA LOPES DA LAGUNA	14,02	2,71	10,38	2,01
GLÓRIA DE DOURADOS	33,64	2,91	14,26	1,69
IGUAATEMI	41,12	4,68	2,71	20,22
INOCÊNCIA	43,93	3,22	7,21	32,22

Anexo A.9 - Riqueza 2003 – 2 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ITAPORÃ	54,21	17,28	6,48	24,08
ITAQUIRAÍ	31,78	0,50	8,87	15,88
IVINHEMA	40,19	1,96	9,08	9,41
JAPORÃ	11,21	0,01	1,54	0,63
JARAGUARI	25,23	3,29	9,62	19,77
JARDIM	48,60	3,74	12,34	2,16
JATEÍ	23,36	3,25	9,99	34,09
JUTI	14,95	6,40	9,69	21,92
LADÁRIO	73,83	6,48	100,00	0,00
LAGUNA CARAPÃ	46,73	8,55	20,23	66,08
MARACAJU	66,36	9,43	14,44	52,46
MIRANDA	56,07	9,56	15,38	5,60
MUNDO NOVO	42,06	3,08	14,49	5,03
NAVIRAÍ	59,81	7,49	14,32	25,76
NIOAQUE	39,25	0,09	12,90	9,82
NOVA ALVORADA DO SUL	42,99	5,50	16,38	48,97
NOVA ANDRADINA	55,14	5,68	17,35	22,93
NOVO HORIZONTE DO SUL	3,74	0,00	5,55	5,62
PARANAÍBA	64,49	4,46	10,84	9,77
PARANHOS	6,54	1,30	17,09	0,66
PEDRO GOMES	25,23	4,22	8,53	26,11
PONTA PORÃ	54,21	21,63	15,04	18,80
PORTO MURTINHO	75,70	7,09	12,44	22,70
RIBAS DO RIO PARDO	52,34	5,34	9,01	53,06
RIO BRILHANTE	63,55	13,92	19,18	40,85
RIO NEGRO	14,95	1,38	8,92	8,23
RIO VERDE DE MATO	25,23	4,30	7,42	10,64
ROCHEDO	37,38	2,94	0,00	20,83
SANTA RITA DO PARDO	32,71	6,27	15,00	39,35
SÃO GABRIEL DO OESTE	76,64	13,86	22,08	71,58
SELVÍRIA	48,60	5,48	14,63	21,13
SETE QUEDAS	26,17	2,61	5,34	8,50
SIDROLÂNDIA	46,73	7,10	11,04	38,48
SONORA	50,47	10,38	23,72	43,89
TACURU	21,50	6,29	6,19	10,72
TAQUARUSSU	14,95	3,50	3,17	19,51
TERENOS	29,91	3,32	11,94	16,10
TRÊS LAGOAS	78,50	8,18	5,75	23,80
VICENTINA	15,89	2,21	6,82	5,65

Anexo A.10 - Longevidade 2005 – 1 de 2

Cidade	Coefficiente de Mortalidade Perinatal	Coefficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coefficiente de Mortalidade de 60 e +
ÁGUA CLARA	49,50	17,10	30,61	26,67
ALCINÓPOLIS	49,28	14,17	42,21	100,00
AMAMBAÍ	78,54	61,21	43,92	46,52
ANASTÁCIO	58,39	16,81	13,50	45,24
ANAUROLÂNDIA	43,08	20,65	5,32	41,71
ANGÉLICA	25,69	4,61	22,81	48,66
ANTÔNIO JOÃO	58,63	38,00	46,01	41,71
APARECIDA DO TABOADO	22,80	7,63	25,48	32,28
AQUIDAUANA	43,56	24,63	23,19	50,87
ARAL MOREIRA	61,07	47,44	46,96	34,78
BANDEIRANTES	24,64	19,59	12,55	23,49
BATAGUASSU	38,23	8,21	18,06	25,50
BATAIPORÃ	36,64	11,88	8,94	39,10
BELA VISTA	59,29	41,06	21,86	40,52
BODOQUENA	25,57	37,31	15,97	46,26
BONITO	47,69	11,33	14,64	42,33
BRASILÂNDIA	62,54	22,56	24,14	45,62
CAARAPÓ	44,30	25,23	27,19	47,85
CAMAPUÃ	40,79	17,42	23,38	35,35
CAMPO GRANDE	26,33	12,04	19,01	45,24
CARACOL	26,39	7,42	20,53	20,53
CASSILÂNDIA	37,86	20,05	15,21	18,39
CHAPADÃO DO SUL	36,39	10,33	23,19	15,06
CORGUINHO	30,05	27,21	19,96	13,45
CORONEL SAPUCAIA	56,51	54,35	56,84	53,30
CORUMBÁ	63,07	30,23	27,57	56,64
COSTA RICA	33,89	6,57	25,29	42,79
COXIM	44,01	24,71	15,97	40,32
DEODÁPOLIS	37,84	26,27	17,68	48,95
DOIS IRMÃOS DO BURITI	78,65	25,89	15,40	26,94
DOURADINA	25,51	67,09	35,17	28,09
DOURADOS	37,73	19,86	27,19	47,30
ELDORADO	63,14	30,15	25,48	43,48
FÁTIMA DO SUL	25,01	21,10	21,29	56,04
GUIA LOPES DA LAGUNA	61,23	16,02	12,17	47,03
GLÓRIA DE DOURADOS	21,11	15,80	17,87	32,81
IGUAPEMI	53,72	45,52	23,00	27,36
INOCÊNCIA	34,53	19,75	3,04	31,75

Anexo A.10 - Longevidade 2005 – 2 de 2

Cidade	Coefficiente de Mortalidade Perinatal	Coefficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coefficiente de Mortalidade de 60 e +
ITAPORÃ	40,46	12,36	5,89	20,93
ITAQUIRAÍ	49,26	13,98	17,49	26,45
IVINHEMA	36,82	13,34	16,54	50,76
JAPORÃ	98,06	100,00	100,00	43,92
JARAGUARI	13,84	10,30	5,51	0,00
JARDIM	26,08	25,07	27,00	40,58
JATEÍ	52,40	33,02	10,46	77,30
JUTI	70,71	15,83	39,73	45,77
LADÁRIO	86,12	38,73	13,88	46,21
LAGUNA CARAPÃ	75,63	32,12	26,62	20,05
MARACAJU	30,63	13,32	13,88	49,81
MIRANDA	46,22	27,30	11,79	22,23
MUNDO NOVO	64,93	18,77	19,58	48,47
NAVIRAÍ	45,60	20,38	26,05	45,13
NIOAQUE	40,87	19,70	9,13	15,21
NOVA ALVORADA DO SUL	52,97	14,74	14,83	21,90
NOVA ANDRADINA	43,41	25,53	24,14	43,30
NOVO HORIZONTE DO SUL	0,00	31,19	19,20	56,30
PARANAÍBA	38,39	20,58	20,15	44,12
PARANHOS	70,90	61,21	46,96	17,64
PEDRO GOMES	45,21	22,91	22,43	28,62
PONTA PORÃ	48,72	23,43	33,08	56,72
PORTO MURTINHO	71,81	26,90	35,74	28,55
RIBAS DO RIO PARDO	56,09	45,81	43,35	38,53
RIO BRILHANTE	20,26	15,28	34,60	28,95
RIO NEGRO	65,88	4,71	18,44	31,77
RIO VERDE DE MATO	26,64	6,68	16,92	30,58
ROCHEDO	38,77	14,80	8,17	23,14
SANTA RITA DO PARDO	62,99	18,53	19,20	46,68
SÃO GABRIEL DO OESTE	32,82	14,70	22,24	35,90
SELVÍRIA	69,23	18,01	8,94	19,30
SETE QUEDAS	42,61	22,18	56,08	78,87
SIDROLÂNDIA	41,49	16,10	15,40	42,72
SONORA	15,80	6,32	12,36	13,53
TACURU	81,04	68,04	50,57	22,63
TAQUARUSSU	36,58	0,00	0,00	39,41
TERENOS	43,16	28,31	11,03	16,14
TRÊS LAGOAS	43,08	23,81	27,95	52,24
VICENTINA	61,23	19,44	8,56	56,75

Anexo A.11 - Escolaridade 2005 – 1 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ÁGUA CLARA	26,56	32,05	36,74	29,13
ALCINÓPOLIS	100,00	100,00	58,71	75,91
AMAMBAÍ	32,81	27,71	71,21	50,14
ANASTÁCIO	37,71	10,49	52,27	64,43
ANAUROLÂNDIA	30,96	36,44	35,61	71,15
ANGÉLICA	68,12	66,52	13,64	9,24
ANTONIO JOÃO	15,59	11,24	51,52	16,81
APARECIDA DO TABOADO	14,57	34,16	3,41	0,00
AQUIDAUANA	37,79	35,62	62,88	71,99
ARAL MOREIRA	6,06	41,92	63,64	53,78
BANDEIRANTES	26,05	63,16	35,98	62,18
BATAGUASSU	53,41	49,93	28,03	23,53
BATAIPORÃ	25,53	13,53	70,08	50,70
BELA VISTA	22,03	50,07	17,42	13,73
BODOQUENA	50,19	23,21	62,12	63,87
BONITO	33,39	46,93	32,58	79,55
BRASILÂNDIA	21,66	29,67	40,53	64,99
CAARAPÓ	42,53	36,88	27,27	21,01
CAMAPUÃ	14,58	33,10	40,91	9,52
CAMPO GRANDE	32,28	57,53	15,91	22,97
CARACOL	47,24	32,92	20,45	53,50
CASSILÂNDIA	48,93	56,25	10,61	12,89
CHAPADÃO DO SUL	58,69	57,11	4,92	7,84
CORGUINHO	24,00	47,03	40,53	38,38
CORONEL SAPUCAIA	17,80	32,78	73,48	39,50
CORUMBÁ	52,74	36,57	48,11	46,22
COSTA RICA	49,22	57,90	20,08	27,73
COXIM	23,32	35,86	46,59	71,99
DEODÁPOLIS	49,00	63,78	7,95	7,28
DOIS IRMÃOS DO BURITI	3,04	34,54	38,64	79,55
DOURADINA	50,46	63,73	14,39	70,87
DOURADOS	33,20	45,75	34,47	29,69
ELDORADO	37,75	36,14	74,24	39,22
FÁTIMA DO SUL	45,98	69,91	15,91	23,53
GUIA LOPES DA LAGUNA	42,16	64,05	18,18	24,65
GLORIA DE DOURADOS	5,09	1,57	48,11	38,10
IGUATEMI	24,05	18,17	55,30	65,55
INOCÊNCIA	28,22	17,99	43,18	24,09

Anexo A.11 - Escolaridade 2005 – 2 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ITAPORÃ	17,12	47,00	10,98	3,36
ITAQUIRAÍ	23,99	21,80	48,86	65,27
IVINHEMA	54,19	55,26	15,91	29,41
JAPORÃ	0,46	0,00	96,59	100,00
JARAGUARI	7,19	16,00	34,47	57,42
JARDIM	15,66	42,41	29,92	40,62
JATEÍ	67,19	51,36	14,77	79,83
JUTI	6,46	51,55	59,09	33,61
LADÁRIO	65,71	26,40	63,26	51,26
LAGUNA CARAPÃ	22,69	22,23	36,36	51,26
MARACAJU	39,21	36,16	13,64	26,05
MIRANDA	23,47	49,94	63,64	73,67
MUNDO NOVO	21,37	34,02	79,92	55,74
NAVIRAÍ	33,94	52,07	18,56	29,41
NIOAQUE	0,00	26,93	73,11	93,00
NOVA ALVORADA DO SUL	26,11	61,09	29,17	42,86
NOVA ANDRADINA	43,34	49,78	46,59	56,86
NOVO HORIZONTE DO SUL	9,83	63,29	52,65	40,62
PARANAÍBA	40,11	37,32	30,30	43,14
PARANHOS	45,72	16,96	100,00	79,83
PEDRO GOMES	13,24	23,69	46,21	33,05
PONTA PORÃ	27,21	56,19	39,39	33,33
PORTO MURTINHO	18,02	64,58	77,27	48,74
RIBAS DO RIO PARDO	20,48	17,05	59,85	63,87
RIO BRILHANTE	41,59	24,70	21,21	33,33
RIO NEGRO	45,19	44,69	22,73	21,29
RIO VERDE DE MATO	19,35	19,16	54,55	56,86
ROCHEDO	21,86	40,83	29,17	43,98
SANTA RITA DO PARDO	14,93	53,83	39,77	56,02
SÃO GABRIEL DO OESTE	37,04	47,07	26,89	23,53
SELVÍRIA	34,76	25,08	18,94	20,45
SETE QUEDAS	18,21	64,26	84,85	71,71
SIDROLÂNDIA	25,14	41,79	5,68	9,80
SONORA	30,30	30,89	26,89	35,85
TACURU	9,19	11,22	81,44	75,63
TAQUARUSSU	62,25	22,09	36,36	86,27
TERENOS	20,61	29,78	44,32	59,94
TRÊS LAGOAS	44,79	37,95	15,91	36,97
VICENTINA	17,48	68,61	0,00	4,48

Anexo A.12 - Riqueza 2005 – 1 de 2

Cidade	Consumo Residencial de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica na Produção	Remuneração Média	Valor Adicionado Fiscal Per Capita
ÁGUA CLARA	87,13	8,46	8,63	52,91
ALCINÓPOLIS	21,78	2,33	9,19	88,23
AMAMBAÍ	44,55	5,57	15,13	12,23
ANASTÁCIO	38,61	9,47	7,41	7,74
ANAUROLÂNDIA	36,63	6,27	6,50	16,35
ANGÉLICA	15,84	3,30	4,16	14,15
ANTÔNIO JOÃO	0,00	4,46	7,41	7,76
APARECIDA DO TABOADO	66,34	10,43	11,20	23,09
AQUIDAUANA	64,36	5,44	8,23	4,72
ARAL MOREIRA	13,86	7,01	12,48	47,32
BANDEIRANTES	10,89	4,44	5,52	25,88
BATAGUASSU	57,43	4,53	6,49	35,61
BATAIPORÃ	33,66	3,08	5,12	9,09
BELA VISTA	49,50	2,78	9,00	8,45
BODOQUENA	34,65	4,95	21,70	32,16
BONITO	53,47	7,04	12,09	9,50
BRASILÂNDIA	54,46	21,48	15,81	53,04
CAARAPÓ	39,60	8,96	9,13	30,54
CAMAPUÃ	29,70	5,57	12,37	26,98
CAMPO GRANDE	81,19	17,60	53,66	13,11
CARACOL	44,55	2,27	11,54	17,52
CASSILÂNDIA	41,58	6,25	5,35	10,62
CHAPADÃO DO SUL	79,21	20,07	22,55	69,32
CORGUINHO	13,86	2,15	2,89	25,43
CORONEL SAPUCAIA	26,73	3,14	20,84	1,03
CORUMBÁ	100,00	9,33	23,86	53,64
COSTA RICA	38,61	12,22	15,19	52,29
COXIM	49,50	7,95	15,40	10,79
DEODÁPOLIS	22,77	5,93	3,49	6,35
DOIS IRMÃOS DO BURITI	2,97	4,99	10,81	8,34
DOURADINA	30,69	100,00	9,64	7,97
DOURADOS	73,27	13,67	19,08	18,76
ELDORADO	38,61	4,07	7,00	13,67
FÁTIMA DO SUL	40,59	13,26	5,48	6,05
GUIA LOPES DA LAGUNA	16,83	3,75	9,09	2,06
GLÓRIA DE DOURADOS	39,60	3,85	10,44	7,51
IGUAQUEMI	44,55	2,67	5,17	24,96
INOCÊNCIA	46,53	3,75	8,08	31,35

Anexo A.12 - Riqueza 2005 – 2 de 2

Cidade	Consumo Residencial de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica na Produção	Remuneração Média	Valor Adicionado Fiscal Per Capita
ITAPORÃ	55,45	18,49	9,01	21,30
ITAQUIRAÍ	37,62	1,01	10,85	11,53
IVINHEMA	45,54	2,43	6,37	11,45
JAPORÃ	12,87	0,70	7,35	4,45
JARAGUARI	35,64	2,83	5,84	13,72
JARDIM	49,50	5,76	17,92	2,67
JATEÍ	18,81	5,14	9,79	31,80
JUTI	19,80	5,98	9,88	24,42
LADÁRIO	85,15	10,07	100,00	0,00
LAGUNA CARAPÃ	57,43	7,51	22,72	100,00
MARACAJU	67,33	10,71	10,02	49,58
MIRANDA	65,35	9,82	15,83	4,00
MUNDO NOVO	44,55	3,18	11,89	9,86
NAVIRAÍ	62,38	9,18	14,93	25,75
NIOAQUE	46,53	1,30	28,46	4,54
NOVA ALVORADA DO SUL	48,51	6,46	10,11	47,02
NOVA ANDRADINA	62,38	7,02	16,66	22,42
NOVO HORIZONTE DO SUL	12,87	1,51	6,00	11,39
PARANAÍBA	71,29	5,17	6,84	11,51
PARANHOS	10,89	1,60	40,33	0,21
PEDRO GOMES	24,75	5,87	8,10	13,63
PONTA PORÃ	49,50	5,82	15,57	13,26
PORTO MURTINHO	69,31	7,39	7,05	15,34
RIBAS DO RIO PARDO	66,34	6,50	8,23	51,46
RIO BRILHANTE	71,29	11,12	19,07	36,39
RIO NEGRO	15,84	1,98	2,58	5,48
RIO VERDE DE MATO	24,75	4,38	9,67	9,13
ROCHEDO	29,70	2,21	0,00	14,57
SANTA RITA DO PARDO	46,53	7,70	10,24	45,76
SÃO GABRIEL DO OESTE	70,30	13,79	21,06	54,21
SELVÍRIA	57,43	7,39	1,45	42,44
SETE QUEDAS	26,73	3,30	9,99	8,40
SIDROLÂNDIA	43,56	6,49	11,89	41,70
SONORA	53,47	11,58	23,37	47,87
TACURU	27,72	5,48	13,17	12,15
TAQUARUSSU	19,80	2,46	0,11	14,43
TERENOS	36,63	4,07	7,38	22,37
TRÊS LAGOAS	91,09	10,13	13,04	30,66
VICENTINA	16,83	3,32	7,48	14,65

Anexo A.13 - 2003 – 1 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries	Coefficiente de Mortalidade Perinatal	Coefficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coefficiente de Mortalidade de 60 e +	Consumo Residencial de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica na Produção	Remuneração Média	Valor Adicionado Fiscal Per Capita
AGUA CLARA	34,66	29,87	32,81	40,67	48,20	31,67	29,18	59,10	74,77	5,75	7,05	59,44
ALCINOPOLIS	93,83	100,00	79,06	83,15	18,45	10,05	15,21	85,64	17,76	2,25	16,97	65,02
AMAMBAI	66,83	42,71	74,69	48,54	46,13	47,95	60,10	54,98	45,79	5,74	10,65	25,23
ANASTACIO	46,71	35,22	40,94	64,49	36,94	25,55	19,45	73,49	40,19	7,10	7,65	2,55
ANAUROLANDIA	52,86	35,41	47,81	96,85	26,21	17,67	0,00	78,95	32,71	5,47	10,59	17,68
ANGELICA	100,00	70,25	16,56	13,03	24,30	12,46	18,45	68,61	13,08	2,64	6,17	16,03
ANTONIO JOAO	24,38	36,79	34,38	29,44	49,27	37,98	46,38	41,88	0,00	3,79	9,38	10,11
APARECIDA DO TABOADO	46,49	64,57	7,81	1,80	12,73	12,29	33,17	71,69	58,88	10,24	15,32	11,89
AQUIDAUANA	42,91	66,68	47,50	64,94	25,07	20,87	25,94	87,41	64,49	4,86	8,40	3,40
ARAL MOREIRA	14,95	43,47	42,19	56,63	36,66	32,81	43,14	31,39	18,69	6,74	12,44	47,10
BANDERANTES	45,91	55,77	42,19	31,01	0,00	0,00	11,22	47,08	10,28	4,39	5,54	28,25
BATA GUASSU	86,72	67,97	31,88	48,09	29,19	23,18	17,96	72,76	51,40	5,16	11,57	13,47
BATAIPORA	24,26	35,55	74,06	73,93	21,77	22,83	26,18	81,26	32,71	2,02	8,26	13,12
BELA VISTA	26,92	57,94	20,31	24,72	33,98	40,16	22,19	72,04	48,60	2,45	9,92	9,74
BODOQUENA	73,47	18,35	60,00	78,88	23,86	32,76	20,95	58,12	34,58	2,12	21,49	41,55
BONITO	49,37	56,07	30,94	67,19	31,77	29,95	21,70	84,05	53,27	8,00	12,81	12,57
BRASILANDIA	44,02	35,09	37,81	73,26	51,33	28,37	35,16	84,88	51,40	16,23	18,64	55,66
CAARAPO	70,18	59,81	32,50	18,65	27,13	30,80	43,14	80,37	35,51	10,15	15,12	37,28
CAMAPUA	27,02	50,09	35,94	26,74	24,31	32,06	16,71	52,28	32,71	5,72	13,44	27,28
CAMPO GRANDE	56,15	91,73	16,25	30,56	15,44	17,06	26,18	81,17	84,11	16,07	51,80	14,89
CARACOL	32,78	19,51	40,31	40,45	20,06	21,42	17,46	9,77	36,45	2,67	6,68	27,01
CASSILANDIA	87,50	76,51	9,38	32,58	21,51	25,14	13,47	51,17	42,06	5,26	5,35	10,97
CHAPADAO DO SUL	81,42	81,21	0,00	35,51	21,03	24,07	28,93	23,62	82,24	19,57	27,74	100,00
CORGUINHO	58,68	55,92	51,25	54,83	20,15	64,51	17,46	22,89	15,89	2,10	3,10	24,34
CORONEL SAPUCAIA	29,46	39,13	72,19	64,72	37,53	66,96	77,31	87,03	28,97	3,38	7,93	1,34
CORUMBA	67,85	53,75	41,25	51,01	43,75	38,20	37,66	97,62	100,00	8,21	23,53	33,29
COSTA RICA	57,69	70,37	10,00	45,84	26,00	27,90	46,88	67,66	34,58	13,04	18,64	68,19
COXIM	45,45	50,31	32,50	53,26	28,03	21,55	25,44	64,71	52,34	7,93	16,47	10,40
DEODAPOLIS	71,80	77,71	10,00	31,91	27,35	19,97	19,70	70,39	18,69	5,29	5,46	4,01
DOIS IRMAOS DO BURITI	0,00	15,33	43,44	84,49	56,07	15,99	11,47	49,11	8,41	1,63	10,75	9,82
DOURADINA	77,62	55,82	23,13	57,53	25,19	89,84	30,42	100,00	27,10	100,00	0,98	12,38
DOURADOS	56,85	65,76	28,75	43,37	28,29	27,06	37,91	76,60	70,09	13,31	19,91	16,35
ELDORADO	60,13	48,93	79,06	48,31	31,12	26,20	23,69	79,11	35,51	3,25	14,08	16,11
FATIMA DO SUL	53,60	74,92	11,25	42,25	20,03	22,92	32,92	73,18	34,58	13,30	7,75	10,36
GLORIA DE DOURADOS	60,02	70,81	24,06	26,52	18,06	19,77	15,71	73,34	14,02	2,71	10,38	2,01
GUIA LOPES DA LAGUNA	22,54	43,91	66,25	67,42	20,06	23,57	22,44	76,57	33,64	2,91	14,26	1,69
IGUA TEM	53,31	32,02	45,31	48,99	35,28	28,34	24,44	61,67	41,12	4,68	2,71	20,22
INOCENCIA	32,58	36,01	50,94	41,80	30,20	23,19	13,72	48,60	43,93	3,22	7,21	32,22

Anexo A.13 - 2003 – 2 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries	Coefficiente de Mortalidade Perinatal	Coefficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coefficiente de Mortalidade de 60 e +	Consumo Residencial de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica na Produção	Remuneração Média	Valor Adicionado Fiscal Per Capita
ITAPORA	37,27	51,91	4,38	25,17	31,50	17,37	14,71	59,00	54,21	17,28	6,48	24,08
ITAQUIRAI	58,78	38,49	48,13	38,43	45,59	25,26	20,95	55,36	31,78	0,50	8,87	15,88
IVINHEMA	83,98	67,80	14,69	32,58	24,52	25,11	14,96	78,50	40,19	1,96	9,08	9,41
JAPORA	16,06	0,00	100,00	82,25	66,69	100,00	100,00	42,80	11,21	0,01	1,54	0,63
JARAGUARI	16,98	50,93	49,69	82,70	27,34	18,30	23,69	0,00	25,23	3,29	9,62	19,77
JARDIM	47,82	75,96	35,00	27,64	19,47	23,45	27,18	78,79	48,60	3,74	12,34	2,16
JATEI	89,62	62,34	13,44	60,22	18,71	27,09	18,70	88,84	23,36	3,25	9,99	34,09
JUTI	19,20	50,19	80,63	61,35	59,59	42,53	65,34	82,05	14,95	6,40	9,69	21,92
LADARIO	76,88	55,77	52,81	69,44	52,38	46,60	22,44	77,87	73,83	6,48	100,00	0,00
LAGUNA CARAPA	35,00	31,55	31,25	51,24	29,56	20,91	27,93	32,34	46,73	8,55	20,23	66,08
MARACAJU	52,54	45,90	11,56	17,30	18,91	17,43	20,95	69,47	66,36	9,43	14,44	52,46
MIRANDA	51,01	53,91	62,19	71,91	28,03	25,68	14,71	40,55	56,07	9,56	15,38	5,60
MUNDO NOVO	20,08	48,80	79,06	58,43	39,25	30,64	18,45	91,63	42,06	3,08	14,49	5,03
NAVIRAI	49,22	63,96	35,63	38,43	26,43	16,74	33,67	96,61	59,81	7,49	14,32	25,76
NIOAQUE	30,11	32,84	80,63	66,97	21,60	22,70	2,74	28,92	39,25	0,09	12,90	9,82
NOVA ALVORADA DO SUL	55,32	63,34	31,56	44,04	47,83	29,59	34,66	43,44	42,99	5,50	16,38	48,97
NOVA ANDRADINA	71,87	64,56	41,25	48,54	24,57	18,30	28,18	68,90	55,14	5,68	17,35	22,93
NOVO HORIZONTE DO SUL	23,37	50,79	58,75	61,35	0,49	10,48	0,50	60,30	3,74	0,00	5,55	5,62
PARANAIBA	64,58	66,23	28,44	55,73	31,68	31,03	26,68	82,69	64,49	4,46	10,84	9,77
PARANHOS	68,17	15,48	94,06	75,28	57,42	65,01	42,14	67,28	6,54	1,30	17,09	0,66
PEDRO GOMES	27,57	34,48	44,69	46,97	15,59	20,68	15,46	48,16	25,23	4,22	8,53	26,11
PONTA PORÁ	36,41	58,69	24,69	39,10	34,61	32,52	50,37	84,12	54,21	21,63	15,04	18,80
PORTO MURTINHO	37,54	50,26	64,69	54,16	53,36	42,43	38,90	69,06	75,70	7,09	12,44	22,70
RIBAS DO RIO PARDO	29,68	33,19	50,31	50,11	32,20	34,09	53,37	76,51	52,34	5,34	9,01	53,06
RIO BRILHANTE	73,30	44,18	31,56	46,29	16,51	19,32	35,66	65,50	63,55	13,92	19,18	40,85
RIO NEGRO	76,27	66,21	39,69	54,83	60,38	20,54	5,99	33,23	14,95	1,38	8,92	8,23
RIO VERDE DE MATO GROSSO	35,56	35,16	50,00	60,45	13,07	21,64	13,22	58,24	25,23	4,30	7,42	10,64
ROCHEDO	30,79	49,12	37,19	58,65	26,91	40,63	13,72	47,43	37,38	2,94	0,00	20,83
SANTA RITA DO PARDO	45,09	43,08	36,56	60,22	46,15	34,40	24,44	55,64	32,71	6,27	15,00	39,35
SÃO GABRIEL DO OESTE	51,53	55,09	29,06	34,61	23,19	19,44	30,92	58,15	76,64	13,86	22,08	71,58
SELVIRIA	82,48	66,65	25,63	0,00	66,44	29,89	21,95	61,16	48,60	5,48	14,63	21,13
SETE QUEDAS	30,80	56,61	83,75	62,02	17,11	21,69	52,87	85,99	26,17	2,61	5,34	8,50
SIDROLANDIA	39,87	62,79	15,94	37,08	22,37	20,22	19,20	71,08	46,73	7,10	11,04	38,48
SONORA	63,31	34,65	29,06	53,48	5,25	19,87	8,48	50,35	50,47	10,38	23,72	43,89
TACURU	10,08	24,54	71,88	75,96	48,51	68,42	61,10	48,51	21,50	6,29	6,19	10,72
TAQUARUSSU	52,45	25,46	40,94	100,00	22,30	15,52	38,40	49,49	14,95	3,50	3,17	19,51
TERENOS	25,08	38,94	36,56	54,83	28,55	28,45	22,94	46,67	29,91	3,32	11,94	16,10
TRÊS LAGOAS	77,28	58,15	13,75	40,67	26,52	20,21	32,17	85,83	78,50	8,18	5,75	23,80
VICENTINA	49,76	93,64	0,94	21,35	47,56	27,60	17,71	66,14	15,89	2,21	6,82	5,65

Anexo A.14 - 2005 – 1 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries	Coefficiente de Mortalidade Perinatal	Coefficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coefficiente de Mortalidade de 60 e +	Consumo Residencial de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica na Produção	Remuneração Média	Valor Adicionado Fiscal Per Capita
AGUA CLARA	26,56	32,05	36,74	29,13	49,50	17,10	30,61	26,67	87,13	8,46	8,63	52,91
ALCINOPOLIS	100,00	100,00	58,71	75,91	49,28	14,17	42,21	100,00	21,78	2,33	9,19	88,23
AMAMBAI	32,81	27,71	71,21	50,14	78,54	61,21	43,92	46,52	44,55	5,57	15,13	12,23
ANASTACIO	37,71	10,49	52,27	64,43	58,39	16,81	13,50	45,24	38,61	9,47	7,41	7,74
ANAURILANDIA	30,96	36,44	35,61	71,15	43,08	20,65	5,32	41,71	36,63	6,27	6,50	16,35
ANGELICA	68,12	66,52	13,64	9,24	25,69	4,61	22,81	48,66	15,84	3,30	4,16	14,15
ANTONIO JOAO	15,59	11,24	51,52	16,81	58,63	38,00	46,01	41,71	0,00	4,46	7,41	7,76
APARECIDA DO TABOADO	14,57	34,16	3,41	0,00	22,80	7,63	25,48	32,28	66,34	10,43	11,20	23,09
AQUIDAUANA	37,79	35,62	62,88	71,99	43,56	24,63	23,19	50,87	64,36	5,44	8,23	4,72
ARAL MOREIRA	6,06	41,92	63,64	53,78	61,07	47,44	46,96	34,78	13,86	7,01	12,48	47,32
BANDERANTES	26,05	63,16	35,98	62,18	24,64	19,59	12,55	23,49	10,89	4,44	5,52	25,88
BATA GUASSU	53,41	49,93	28,03	23,53	38,23	8,21	18,06	25,50	57,43	4,53	6,49	35,61
BATAIPORA	25,53	13,53	70,08	50,70	36,64	11,88	8,94	39,10	33,66	3,08	5,12	9,09
BELA VISTA	22,03	50,07	17,42	13,73	59,29	41,06	21,86	40,52	49,50	2,78	9,00	8,45
BODOQUENA	50,19	23,21	62,12	63,87	25,57	37,31	15,97	46,26	34,65	4,95	21,70	32,16
BONITO	33,39	46,93	32,58	79,55	47,69	11,33	14,64	42,33	53,47	7,04	12,09	9,50
BRASILANDIA	21,66	29,67	40,53	64,99	62,54	22,56	24,14	45,62	54,46	21,48	15,81	53,04
CAARAPO	42,53	36,88	27,27	21,01	44,30	25,23	27,19	47,85	39,60	8,96	9,13	30,54
CAMAPUA	14,58	33,10	40,91	9,52	40,79	17,42	23,38	35,35	29,70	5,57	12,37	26,98
CAMPO GRANDE	32,28	57,53	15,91	22,97	26,33	12,04	19,01	45,24	81,19	17,60	53,66	13,11
CARACOL	47,24	32,92	20,45	53,50	26,39	7,42	20,53	20,53	44,55	2,27	11,54	17,52
CASSILANDIA	48,93	56,25	10,61	12,89	37,86	20,05	15,21	18,39	41,58	6,25	5,35	10,62
CHAPADAO DO SUL	58,69	57,11	4,92	7,84	36,39	10,33	23,19	15,06	79,21	20,07	22,55	69,32
CORGUINHO	24,00	47,03	40,53	38,38	30,05	27,21	19,96	13,45	13,86	2,15	2,89	25,43
CORONEL SAPUCAIA	17,80	32,78	73,48	39,50	56,51	54,35	56,84	53,30	26,73	3,14	20,84	1,03
CORUMBA	52,74	36,57	48,11	46,22	63,07	30,23	27,57	56,64	100,00	9,33	23,86	53,64
COSTA RICA	49,22	57,90	20,08	27,73	33,89	6,57	25,29	42,79	38,61	12,22	15,19	52,29
COXIM	23,32	35,86	46,59	71,99	44,01	24,71	15,97	40,32	49,50	7,95	15,40	10,79
DEODAPOLIS	49,00	63,78	7,95	7,28	37,84	26,27	17,68	48,95	22,77	5,93	3,49	6,35
DOIS IRMAOS DO BURITI	3,04	34,54	38,64	79,55	78,65	25,89	15,40	26,94	2,97	4,99	10,81	8,34
DOURADINA	50,46	63,73	14,39	70,87	25,51	67,09	35,17	28,09	30,69	100,00	9,64	7,97
DOURADOS	33,20	45,75	34,47	29,69	37,73	19,86	27,19	47,30	73,27	13,67	19,08	18,76
ELDORADO	37,75	36,14	74,24	39,22	63,14	30,15	25,48	43,48	38,61	4,07	7,00	13,67
FATIMA DO SUL	45,98	69,91	15,91	23,53	25,01	21,10	21,29	56,04	40,59	13,26	5,48	6,05
GLORIA DE DOURADOS	42,16	64,05	18,18	24,65	61,23	16,02	12,17	47,03	16,83	3,75	9,09	2,06
GUIA LOPES DA LAGUNA	5,09	1,57	48,11	38,10	21,11	15,80	17,87	32,81	39,60	3,85	10,44	7,51
IGUA TEM	24,05	18,17	55,30	65,55	53,72	45,52	23,00	27,36	44,55	2,67	5,17	24,96
INOCENCIA	28,22	17,99	43,18	24,09	34,53	19,75	3,04	31,75	46,53	3,75	8,08	31,35

Anexo A.14 - 2005 – 2 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries	Coefficiente de Mortalidade Perinatal	Coefficiente de Mortalidade Infantil	Taxa de Óbitos de 15 a 39 anos	Coefficiente de Mortalidade de 60 e +	Consumo Residencial de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica na Produção	Remuneração Média	Valor Adicionado Fiscal Per Capita
ITAPORA	17,12	47,00	10,98	3,36	40,46	12,36	5,89	20,93	55,45	18,49	9,01	21,30
ITAQUIRAI	23,99	21,80	48,86	65,27	49,26	13,98	17,49	26,45	37,62	1,01	10,85	11,53
IVINHEMA	54,19	55,26	15,91	29,41	36,82	13,34	16,54	50,76	45,54	2,43	6,37	11,45
JAPORA	0,46	0,00	96,59	100,00	98,06	100,00	100,00	43,92	12,87	0,70	7,35	4,45
JARAGUARI	7,19	16,00	34,47	57,42	13,84	10,30	5,51	0,00	35,64	2,83	5,84	13,72
JARDIM	15,66	42,41	29,92	40,62	26,08	25,07	27,00	40,58	49,50	5,76	17,92	2,67
JATEI	67,19	51,36	14,77	79,83	52,40	33,02	10,46	77,30	18,81	5,14	9,79	31,80
JUTI	6,46	51,55	59,09	33,61	70,71	15,83	39,73	45,77	19,80	5,98	9,88	24,42
LADARIO	65,71	26,40	63,26	51,26	86,12	38,73	13,88	46,21	85,15	10,07	100,00	0,00
LAGUNA CARAPA	22,69	22,23	36,36	51,26	75,63	32,12	26,62	20,05	57,43	7,51	22,72	100,00
MARACAJU	39,21	36,16	13,64	26,05	30,63	13,32	13,88	49,81	67,33	10,71	10,02	49,58
MIRANDA	23,47	49,94	63,64	73,67	46,22	27,30	11,79	22,23	65,35	9,82	15,83	4,00
MUNDO NOVO	21,37	34,02	79,92	55,74	64,93	18,77	19,58	48,47	44,55	3,18	11,89	9,86
NAVIRAÍ	33,94	52,07	18,56	29,41	45,60	20,38	18,56	45,13	62,38	9,18	14,93	25,75
NIOaque	0,00	26,93	73,11	93,00	40,87	19,70	9,13	15,21	46,53	1,30	28,46	4,54
NOVA ALVORADA DO SUL	26,11	61,09	29,17	42,86	52,97	14,74	14,83	21,90	48,51	6,46	10,11	47,02
NOVA ANDRADINA	43,34	49,78	46,59	56,86	43,41	25,53	24,14	43,30	62,38	7,02	16,66	22,42
NOVO HORIZONTE DO SUL	9,83	63,29	52,65	40,62	0,00	31,19	19,20	56,30	12,87	1,51	6,00	11,39
PARANAIBA	40,11	37,32	30,30	43,14	38,39	20,58	20,15	44,12	71,29	5,17	6,84	11,51
PARANHOS	45,72	16,96	100,00	79,83	70,90	61,21	46,96	17,64	10,89	1,60	40,33	0,21
PEDRO GOMES	13,24	23,69	46,21	33,05	45,21	22,91	22,43	28,62	24,75	5,87	8,10	13,63
PONTA PORÁ	27,21	56,19	39,39	33,33	48,72	23,43	33,08	56,72	49,50	5,82	15,57	13,26
PORTO MURTINHO	18,02	64,58	77,27	48,74	71,81	26,90	35,74	28,55	69,31	7,39	7,05	15,34
RIBAS DO RIO PARDO	20,48	17,05	59,85	63,87	56,09	45,81	43,35	38,53	66,34	6,50	8,23	51,46
RIO BRILHANTE	41,59	24,70	21,21	33,33	20,26	15,28	34,60	28,95	71,29	11,12	19,07	36,39
RIO NEGRO	45,19	44,69	22,73	21,29	65,88	4,71	18,44	31,77	15,84	1,98	2,58	5,48
RIO VERDE DE MATO GROSSO	19,35	19,16	54,55	56,86	26,64	6,68	16,92	30,58	24,75	4,38	9,67	9,13
ROCHEDO	21,86	40,83	29,17	43,98	38,77	14,80	8,17	23,14	29,70	2,21	0,00	14,57
SANTA RITA DO PARDO	14,93	53,83	39,77	56,02	62,99	18,53	19,20	46,68	46,53	7,70	10,24	45,76
SÃO GABRIEL DO OESTE	37,04	47,07	26,89	23,53	32,82	14,70	22,24	35,90	70,30	13,79	21,06	54,21
SELVIRIA	34,76	25,08	18,94	20,45	69,23	18,01	8,94	19,30	57,43	7,39	1,45	42,44
SETE QUEDAS	18,21	64,26	84,85	71,71	42,61	22,18	56,08	78,87	26,73	3,30	9,99	8,40
SIDROLÂNDIA	25,14	41,79	5,68	9,80	41,49	16,10	15,40	42,72	43,56	6,49	11,89	41,70
SONORA	30,30	30,89	26,89	35,85	15,80	6,32	12,36	13,53	53,47	11,58	23,37	47,87
TACURU	9,19	11,22	81,44	75,63	81,04	68,04	50,57	22,63	27,72	5,48	13,17	12,15
TAQUARUSSU	62,25	22,09	36,36	86,27	36,58	0,00	0,00	39,41	19,80	2,46	0,11	14,43
TERENOS	20,61	29,78	44,32	59,94	43,16	28,31	11,03	16,14	36,63	4,07	7,38	22,37
TRÊS LAGOAS	44,79	37,95	15,91	36,97	43,08	23,81	27,95	52,24	91,09	10,13	13,04	30,66
VICENTINA	17,48	68,61	0,00	4,48	61,23	19,44	8,56	56,75	16,83	3,32	7,48	14,65

Anexo A.15 - Valores – 1 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ÁGUA CLARA	39,00	58,51	22,30	35,70
ALCINÓPOLIS	94,29	116,55	28,10	52,40
AMAMBAÍ	43,70	54,80	31,40	43,20
ANASTÁCIO	47,39	40,09	26,40	48,30
ANAUROLÂNDIA	42,31	62,26	22,00	50,70
ANGÉLICA	70,29	87,95	16,20	28,60
ANTONIO JOÃO	30,74	40,73	26,20	31,30
APARECIDA DO TABOADO	29,97	60,31	13,50	25,30
AQUIDAUANA	47,45	61,56	29,20	51,00
ARAL MOREIRA	23,56	66,94	29,40	44,50
BANDEIRANTES	38,61	85,08	22,10	47,50
BATAGUASSU	59,21	73,78	20,00	33,70
BATAIPORÃ	38,22	42,69	31,10	43,40
BELA VISTA	35,59	73,90	17,20	30,20
BODOQUENA	56,79	50,96	29,00	48,10
BONITO	44,14	71,22	21,20	53,70
BRASILÂNDIA	35,31	56,47	23,30	48,50
CAARAPÓ	51,02	62,63	19,80	32,80
CAMAPUÃ	29,98	59,40	23,40	28,70
CAMPO GRANDE	43,30	80,27	16,80	33,50
CARACOL	54,57	59,25	18,00	44,40
CASSILÂNDIA	55,84	79,18	15,40	29,90
CHAPADÃO DO SUL	63,19	79,91	13,90	28,10
CORGUINHO	37,07	71,30	23,30	39,00
CORONEL SAPUCAIA	32,40	59,13	32,00	39,40
CORUMBÁ	58,71	62,37	25,30	41,80
COSTA RICA	56,06	80,59	17,90	35,20
COXIM	36,56	61,76	24,90	51,00
DEODÁPOLIS	55,89	85,61	14,70	27,90
DOIS IRMÃOS DO BURITI	21,29	60,63	22,80	53,70
DOURADINA	56,99	85,57	16,40	50,60
DOURADOS	44,00	70,21	21,70	35,90
ELDORADO	47,42	62,00	32,20	39,30
FÁTIMA DO SUL	53,62	90,85	16,80	33,70
FIGUEIRÃO	27,51	63,13	39,00	61,00
GUIA LOPES DA LAGUNA	50,74	85,84	17,40	34,10
GLORIA DE DOURADOS	22,83	32,47	25,30	38,90
IGUATEMI	37,11	46,65	27,20	48,70
INOCÊNCIA	40,25	46,50	24,00	33,90

Anexo A.15 - Valores – 2 de 2

Cidade	Taxa de Matrícula na Pré-escola	Taxa de Matrícula no Ensino Médio	Distorção Idade/Série de 1ª a 4ª séries	Distorção Idade/Série de 5ª a 8ª séries
ITAPORÃ	31,89	71,28	15,50	26,50
ITAQUIRAÍ	37,06	49,75	25,50	48,60
IVINHEMA	59,80	78,33	16,80	35,80
JAPORÃ	19,35	31,13	38,10	61,00
JARAGUARI	24,41	44,80	21,70	45,80
JARDIM	30,79	67,36	20,50	39,80
JATEÍ	69,59	75,00	16,50	53,80
JUTI	23,86	75,16	28,20	37,30
LADÁRIO	68,47	53,68	29,30	43,60
LAGUNA CARAPÃ	36,08	50,12	22,20	43,60
MARACAJU	48,52	62,02	16,20	34,60
MIRANDA	36,67	73,79	29,40	51,60
MUNDO NOVO	35,09	60,19	33,70	45,20
NAVIRAI	44,55	75,61	17,50	35,80
NIOAQUE	19,00	54,13	31,90	58,50
NOVA ALVORADA DO SUL	38,66	83,31	20,30	40,60
NOVA ANDRADINA	51,63	73,65	24,90	45,60
NOVO HORIZONTE DO SUL	26,40	85,19	26,50	39,80
PARANAÍBA	49,20	63,01	20,60	40,70
PARANHOS	53,42	45,62	39,00	53,80
PEDRO GOMES	28,97	51,37	24,80	37,10
PONTA PORÃ	39,49	79,13	23,00	37,20
PORTO MURTINHO	32,57	86,29	33,00	42,70
RIBAS DO RIO PARDO	34,42	45,69	28,40	48,10
RIO BRILHANTE	50,31	52,23	18,20	37,20
RIO NEGRO	53,02	69,30	18,60	32,90
RIO VERDE DE MATO	33,57	47,50	27,00	45,60
ROCHEDO	35,46	66,01	20,30	41,00
SANTA RITA DO PARDO	30,24	77,11	23,10	45,30
SÃO GABRIEL DO OESTE	46,89	71,34	19,70	33,70
SELVÍRIA	45,17	52,55	17,60	32,60
SETE QUEDAS	32,71	86,02	35,00	50,90
SIDROLÂNDIA	37,93	66,83	14,10	28,80
SONORA	41,81	57,52	19,70	38,10
TACURU	25,92	40,71	34,10	52,30
TAQUARUSSU	65,87	50,00	22,20	56,10
TERENOS	34,52	56,57	24,30	46,70
TRÊS LAGOAS	52,72	63,55	16,80	38,50
VICENTINA	32,16	89,74	12,60	26,90

Anexo B

Anexo B.1 - Factor Analysis 2003

Principal Component Factor Analysis of the Correlation Matrix

Unrotated Factor Loadings and Communalities

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Factor5	Factor6
Taxa de	-0,608	-0,283	-0,126	0,147	-0,039	-0,518
Taxa de	-0,758	-0,140	-0,285	0,127	0,178	-0,085
Distorção	0,792	0,017	0,061	0,373	-0,130	0,030
Distorção	0,632	0,067	0,152	0,351	-0,522	-0,140
Coeficiente	0,502	-0,444	0,122	-0,012	0,508	-0,266
Coeficiente	0,611	-0,610	-0,156	-0,225	-0,024	-0,215
Taxa de	0,506	-0,590	0,033	-0,229	0,208	0,274
Coeficiente	-0,227	-0,537	-0,413	0,425	-0,119	0,397
x1	-0,480	-0,459	0,475	0,133	-0,010	0,337
x2	-0,192	-0,537	-0,242	-0,394	-0,571	-0,093
x3	-0,245	-0,386	0,518	0,515	0,008	-0,209
x4	-0,310	-0,063	0,660	-0,450	-0,191	0,014
Variance	3,3275	1,9621	1,3230	1,2247	1,0015	0,8118
% Var	0,277	0,164	0,110	0,102	0,083	0,068
Variable	Factor7	Factor8	Factor9	Factor10	Factor11	Factor12
Taxa de	-0,367	-0,113	-0,286	0,062	-0,054	0,083
Taxa de	-0,163	0,242	0,252	-0,338	0,074	-0,039
Distorção	-0,208	0,107	-0,113	-0,067	0,364	0,089
Distorção	-0,144	-0,116	0,166	-0,193	-0,241	-0,018
Coeficiente	0,060	-0,367	0,246	-0,026	0,062	0,065
Coeficiente	0,088	0,113	-0,172	-0,068	0,019	-0,278
Taxa de	-0,287	0,280	-0,023	0,003	-0,193	0,159
Coeficiente	-0,185	-0,185	0,121	0,208	0,025	-0,102
x1	0,168	-0,206	-0,248	-0,264	0,003	0,013
x2	0,275	-0,006	0,118	0,001	0,104	0,160
x3	0,268	0,311	0,102	0,185	-0,021	-0,003
x4	-0,410	-0,035	0,159	0,080	0,113	-0,103
Variance	0,6965	0,4967	0,4013	0,3193	0,2651	0,1704
% Var	0,058	0,041	0,033	0,027	0,022	0,014

Worksheet size: 10000000 cells

Retrieving project from file: C:\Users\novo\Desktop\dissertação\IRS\2003.MPJ

Anexo B.2 - Factor Analysis 2005

Principal Component Factor Analysis of the Correlation Matrix

Unrotated Factor Loadings and Communalities

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Factor5	Factor6
Taxa de	0,436	0,630	0,063	0,159	-0,264	-0,209
Taxa de	0,521	0,486	0,438	-0,118	-0,039	0,095
Distorção	-0,858	0,016	0,004	0,232	-0,123	-0,139
Distorção	-0,629	0,054	0,009	0,081	-0,370	-0,618
Coeficiente	-0,640	0,276	-0,079	0,199	0,257	0,161
Coeficiente	-0,797	0,266	-0,041	-0,374	0,063	0,089
Taxa de	-0,673	0,409	0,115	-0,214	0,343	0,156
Coeficiente	0,003	0,677	0,493	0,263	-0,093	0,105
x1	0,305	0,267	-0,741	0,146	0,081	0,059
x2	0,158	0,311	-0,247	-0,833	-0,175	-0,154
x3	-0,137	0,376	-0,633	0,202	-0,393	0,300
x4	0,298	0,345	-0,256	0,136	0,644	-0,469

Variance	3,3178	1,8367	1,5363	1,1683	1,0263	0,8594
% Var	0,276	0,153	0,128	0,097	0,086	0,072

Variable	Factor7	Factor8	Factor9	Factor10	Factor11	Factor12
Taxa de	-0,242	0,407	0,006	0,207	-0,056	0,016
Taxa de	-0,034	-0,441	-0,141	0,234	0,065	0,036
Distorção	0,187	-0,091	-0,107	0,123	-0,252	0,206
Distorção	0,025	-0,167	0,073	0,011	0,141	-0,149
Coeficiente	-0,520	-0,176	0,256	-0,016	-0,087	-0,045
Coeficiente	-0,060	0,139	0,000	0,025	0,280	0,194
Taxa de	0,257	0,137	-0,131	0,150	-0,064	-0,225
Coeficiente	0,264	0,017	0,194	-0,318	0,004	0,030
x1	0,309	-0,085	0,341	0,184	0,051	0,022
x2	-0,032	-0,075	0,094	-0,137	-0,186	0,011
x3	-0,064	-0,072	-0,348	-0,142	0,030	-0,051
x4	-0,023	-0,040	-0,219	-0,140	0,017	0,055

Variance	0,6059	0,4854	0,4513	0,3295	0,2195	0,1635
% Var	0,050	0,040	0,038	0,027	0,018	0,014

Worksheet size: 10000000 cells

Retrieving project from file: C:\Users\novo\Desktop\dissertação\IRS\2005.MPJ

Anexo B.3 - Factor Analysis - Riqueza 2003

Principal Component Factor Analysis of the Correlation Matrix

Unrotated Factor Loadings and Communalities

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Communality
x1	-0,842	0,120	0,054	0,523	1,000
x2	-0,346	-0,806	0,468	-0,104	1,000
x3	-0,689	0,507	0,319	-0,408	1,000
x4	-0,591	-0,290	-0,724	-0,208	1,000
Variance	1,6541	1,0046	0,8477	0,4936	4,0000
% Var	0,414	0,251	0,212	0,123	1,000

Worksheet size: 100000000 cells

Retrieving project from file: C:\Users\novo\Desktop\dissertação\IRS\Análise fatorial - Riqueza 2003.MPJ

Anexo B.4 - Factor Analysis - Riqueza 2005

Principal Component Factor Analysis of the Correlation Matrix

Unrotated Factor Loadings and Communalities

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Communality
x1	-0,849	0,031	0,177	-0,497	1,000
x2	-0,414	-0,098	-0,904	0,051	1,000
x3	-0,640	-0,610	0,276	0,378	1,000
x4	-0,507	0,797	0,094	0,315	1,000
Variance	1,5579	1,0176	0,9327	0,4918	4,0000
% Var	0,389	0,254	0,233	0,123	1,000

Worksheet size: 100000000 cells

Retrieving project from file: C:\Users\novo\Desktop\dissertação\IRS\Riqueza 2005.MPJ

Anexo B.5 - Factor Analysis - Escolaridade 2003

Principal Component Factor Analysis of the Correlation Matrix

Unrotated Factor Loadings and Communalities

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Communality
Taxa de	0,667	-0,667	0,296	-0,150	1,000
Taxa de	0,822	-0,217	-0,517	0,105	1,000
Distorção	-0,827	-0,300	-0,262	-0,397	1,000
Distorção	-0,775	-0,484	-0,014	0,406	1,000
Variance	2,4045	0,8162	0,4232	0,3561	4,0000
% Var	0,601	0,204	0,106	0,089	1,000

Worksheet size: 100000000 cells

Retrieving project from file: C:\Users\novo\Desktop\dissertação\IRS\Escolaridade 2003.MPJ

Anexo B.6 - Factor Analysis - Escolaridade 2005

Principal Component Factor Analysis of the Correlation Matrix

Unrotated Factor Loadings and Communalities

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Communality
Taxa de	0,562	0,697	0,426	0,133	1,000
Taxa de	0,717	0,365	-0,594	0,014	1,000
Distorção	-0,852	0,274	-0,169	0,412	1,000
Distorção	-0,729	0,576	-0,058	-0,366	1,000
Variance	2,0869	1,0253	0,5663	0,3216	4,0000
% Var	0,522	0,256	0,142	0,080	1,000

Worksheet size: 10000000 cells

Retrieving project from file: C:\Users\novo\Desktop\dissertação\IRS\Escolaridade 2005.MPJ

Anexo B.7 - Factor Analysis - Longevidade 2003

Principal Component Factor Analysis of the Correlation Matrix

Unrotated Factor Loadings and Communalities

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Communality
Coeficie	0,762	-0,223	0,598	-0,105	1,000
Coeficie	0,866	-0,082	-0,197	0,452	1,000
Taxa de	0,837	0,134	-0,368	-0,382	1,000
Coeficie	0,133	0,974	0,171	0,066	1,000
Variance	2,0494	1,0231	0,5617	0,3658	4,0000
% Var	0,512	0,256	0,140	0,091	1,000

Worksheet size: 10000000 cells

Retrieving project from file: C:\Users\novo\Desktop\dissertação\IRS\Longevidade 2003.MPJ

Anexo B.8 - Factor Analysis - Longevidade 2005

Principal Component Factor Analysis of the Correlation Matrix

Unrotated Factor Loadings and Communalities

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Communality
Coeficie	0,740	-0,165	0,648	0,073	1,000
Coeficie	0,874	-0,237	-0,221	-0,363	1,000
Taxa de	0,870	0,062	-0,356	0,335	1,000
Coeficie	0,291	0,948	0,081	-0,100	1,000
Variance	2,1526	0,9861	0,6017	0,2596	4,0000
% Var	0,538	0,247	0,150	0,065	1,000

Worksheet size: 10000000 cells

Retrieving project from file: C:\Users\novo\Desktop\dissertação\IRS\Longevidade 2005MPJ.MPJ